



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 41

QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 38ª SESSÃO, EM 1º DE ABRIL DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimentos

— Nº 119, de 1992, de autoria do Senador Onofre Quina, solicitando licença no período de 10 a 30 de abril do corrente ano. Aprovado.

— Nº 120, de 1992, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, justificando o seu não comparecimento às sessões ordinárias do Senado nas duas primeiras semanas do mês de março, por motivos que menciona. Aprovado.

1.2.2 — Comunicação

Do Senador Onofre Quinan, que se ausentará do País.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Apelo ao Sr. Presidente no sentido de que seja acessado aos Srs. Senadores, via terminais instalados em seus gabinetes, informações contidas nos bancos de dados do Prodasen sobre distribuição de recursos orçamentários.

O SR. PRESIDENTE — Determinando ao Prodasen estudos para o atendimento da solicitação do Sr. Eduardo Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Considerações sobre entrevista do Presidente da República à imprensa, no concernente à participação dos partidos políticos em seu Governo, inclusive o PT. Observações sobre jet-ski e a importância de 100 mil dólares que teriam sido recebidos pelo Ministro Ricardo Fiúza, no último pleito eleitoral. Prestação de contas da CUT.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Reforma ministerial.

SENADOR MÁRIO COVAS, como Líder — Reforma ministerial do Governo Collor e posição do PSDB em face da conjuntura nacional.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR IRAM SARAIVA — Manifestação do Presidente da Caixa Econômica Federal, a respeito da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 216/91, de autoria de S. Exª, que altera a sistemática de transferência de financiamento destinado à aquisição da casa própria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADOR NEY MARANHÃO — Reforma ministerial.

SENADOR AUREO MELLO — Reforma ministerial. Necessária ênfase ao desenvolvimento da Amazônia a ser dado pelo novo Ministério.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Acordo do setor automotivo.

SENADOR ONOFRE QUINAN — Saudação ao Sr. Alano de Freitas pela assunção ao mandato de Deputado Federal, da representação de Goiás.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Pequena participação dos salários na renda nacional e a concentração de renda em nosso País.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Transcrição nos Anais do Senado do "Acordo de Prosseguimento de Entendimento", celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e várias empresas mencionadas no documento para a urgente complementação das obras da usina hidrelétrica de Itá.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VIEIRA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Insuficiente saneamento básico como fator principal da propagação da cólera.

SENADOR MARCIO LACERDA — Protesto contra medidas adotadas pela Caixa Econômica Federal com a centralização das contas do FGTS e a forma de gerência pelo beneficiado.

SENADOR JOSÉ PAULO BISOL — Considerações sobre assunto objeto do discurso proferido pelo Sr. Maurício Corrêa, em sessão anterior, relativo ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, sobre parecer da subprocuradoria do Tribunal de Contas da União, em Rondônia, circunscrito nos limites da Constituição de Rondônia, não envolvendo o art. 130 da Constituição Federal, tendo em vista interpretação equivocada de alguns Senadores e a propósito da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991.

1.2.6 — Ofícios

— Nº 53/92, da Liderança do PFL, solicitando providências no sentido de substituir o Senador Francisco Rollemberg pelo Senador Carlos Patrocínio, na composição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a incidência de esterelização em massa de mulheres no Brasil.

— Nºs 522 e 523, de 1992, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a substituição de membros em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991 — Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no país

de origem. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984 (nº 44/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1991 (nº 69/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, em Brasília, em 7 de novembro de 1990. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1991 (nº 46/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que altera a redação do art. 159, I, b, da Constituição, e o art. 34, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Apreciação sobrestada**, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

1.3.1 — Comunicações da Presidência

— Cancelamento da sessão extraordinária, anteriormente convocada para as 18 horas e 30 minutos.

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 31/91, e aos Projetos de

Lei do Senado nº 105 e 106, de 1991, sendo que aos mesmos não foram apresentadas emendas.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 82, de 1992 (republicação)

3 — PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO

Nº 11, de 1992.

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Balancetes Patrimoniais e Demonstrativos das Receitas e Despesas, precedidos dos respectivos pareceres pela aprovação dos meses de outubro e novembro de 1991 e Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Receita e Despesa de 1991, com nota explicativa.

— Ata da 1ª Reunião Ordinária Conjunta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, realizada em 12 de dezembro de 1991.

Ata da 38ª Sessão, em 1º de abril de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Dirceu Carneiro

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos De' Carli — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Espiridão Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 119, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência licença para tratar de interesses particulares no exterior, no período de 10 a 30 de abril do corrente ano.

Cordialmente,

Sala das Sessões, 1º de abril de 1992. — Senador Onofre Quinan.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 120, DE 1992

Senhor Presidente,

Cumpro o dever de informar a V. Exª que não compareci às sessões ordinárias do Senado nas duas primeiras semanas do corrente mês. Não o fiz, excepcionalmente, porque tive de exercer minhas funções de Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, em circunstâncias muito especiais, que me impediram.

Na primeira semana estive trabalhando com uma equipe de educadores do Rio de Janeiro, na revisão do Anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LD-BEN, que apresentarei no mês próximo a plenário, juntamente com outros Senadores e do qual junto uma cópia, para seu conhecimento. (Doc. 1)

Na segunda semana atendi a uma solicitação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, para acompanhá-lo na cerimônia de inauguração do CIAC — Tiradentes pelo Senhor Presidente da República, a quem eu devia expor oralmente e mostrar em função o sistema pedagógico que ali fora implantado sob minha orientação. Também nesse caso estou mandando cópia do documento redigido a pedido do Senhor Presidente, que desejou ter por escrito minha explanação. Peço, com respeito a esse texto a natural reserva. (Doc. 2)

Sendo essas as razões de minhas ausências, espero receber de V. Exª a consideração de que elas se efetivaram como licença autorizada, na forma do Regimento.

Queira aceitar, Senhor Presidente, as saudações mais cordiais de — Senador Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, alínea a do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 10 a 30 de abril do corrente ano, para breve viagem aos Estados Unidos da América.

Cordialmente,

Sala das Sessões, 1º de abril de 1992. — Senador Onofre Quinan.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica aos Srs. Senadores que importantes matérias estão incluídas na Ordem do Dia da sessão de hoje, cujo início a Presidência deseja, cumprindo disposição regimental, que ocorra às quinze horas e trinta minutos. É um apelo para que a essa hora todos os Srs. Senadores já estejam no plenário, já que se vai votar matéria que exige *quorum* qualificado, no caso, lei complementar que, para sua aceitação, há necessidade do voto de 41 Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar o tema do pronunciamento que farei hoje, levanto uma questão de ordem relativa à resposta parcial que recebi a requerimento encaminhado à Mesa no dia 24 de fevereiro de 1992, nos seguintes termos:

“Considerando a importância de podermos dispor de elementos com vistas à melhor análise do Orçamento da União para o ano de 1992, no que concerne aos critérios de destinação de recursos, por estados e municípios, por número de habitantes e por sua locação nos diversos órgãos federais, venho solicitar-lhe seja o Prodasen autorizado a fornecer-me um demonstrativo, com base na redação final do Orçamento para este exercício, no volume de recursos de cada órgão, destinado a cada estado e município brasileiro, em termos globais e *per capita*, se possível já utilizando os dados coletados no último censo efetuado pelo IBGE.”

Sr. Presidente, esse enorme volume de papel que me foi entregue na última segunda-feira, representa 40% da resposta ao requerimento encaminhado a V. Exª, solicitando informações sobre o Orçamento da União.

Outro volume de papel, pouco maior que este, ainda deverá ser impresso pelo Prodasen, para apresentar a distribuição *per capita* do Orçamento, que também foi solicitado no requerimento.

O trabalho para produção e impressão deste volume de papel é claro, e gostaria de salientar, desnecessário, tendo em vista que estas informações estão hoje disponíveis nos bancos de dados do Prodasen, ou seja, elas poderiam ser acessadas, diretamente, através dos terminais, instalados em nossos gabinetes, desde que o Sr. Presidente autorize o acesso às informações constantes no banco de dados, que são:

- proposta orçamentária;
- as emendas aprovadas; e
- as emendas apresentadas.

Vale lembrar que todas essas informações são públicas. Este banco de dados tem, inclusive, as informações orçamentárias agrupadas por unidade da Federação, o que é de extrema utilidade para nós Senadores.

Sr. Presidente, solicito que V. Exª autorize o Prodasen a colocar esses dados disponíveis nos terminais dos Srs. Senadores, permitindo assim a ampliação do serviço de informática da Casa. Se eu puder, ou qualquer outro Senador, ter acesso a estas informações pelos terminais, que ora estão instalados nos gabinetes, não será necessária a utilização de tanto papel, sendo um avanço decorrente das próprias providências que V. Exª e a Mesa, nesta gestão, estão procedendo.

Sintetizando, o Prodasen deverá encaminhar-me, para completar a informação requerida, agora a informação não apenas por Estado, no global, mas também em termos *per capita* por Estado e por Município, o que requereria um outro volume grande de papel. Contudo, dispensei receber referidas informações impressas. Se puder obter essas informações no terminal, o que poderia ser facultado a todos os Senadores, desde que V. Exª, Sr. Presidente, autorize o Prodasen a nos permitir o acesso ao seu banco de dados via terminais disponíveis em nossos gabinetes.

Esta é a questão de ordem que precede o teor do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Claro, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª faz uma solicitação à Mesa no sentido que determine ao Prodasen a inclusão no seu banco de dados dessas informações que constam de um requerimento que V. Exª submeteu ao exame desta Casa e que, devidamente aprovado, começa a ser cumprido com o envio da documentação indispensável a seu exame e, naturalmente, para seu estudo e avaliação do que representou a elaboração orçamentária, referente a 1992.

Diria a V. Exª e à Casa que a nossa preocupação tem sido constante, nesta linha modernizadora, em garantir o funcionamento exemplar da nossa estrutura de informática, abrindo aos Senadores a perspectiva de melhor atender ainda ao desempenho das tarefas dos representantes do povo e dos Estados brasileiros nesta Casa.

Vou me reunir com a Diretoria do Prodasen para que viabilize, no menor espaço de tempo, o que pleiteia V. Exª, permitindo, portanto, que através dos terminais instalados em todos os gabinetes dos Srs. Senadores, possa haver acesso a essas informações, que no entender de V. Exª são preciosas para uma análise do quadro orçamentário do nosso País, no que se relaciona à Lei de Meios da União.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar dois aspectos da reforma ministerial e o procedimento dos Ministros que saem e que entram.

Em primeiro lugar, quero comentar a parte da entrevista do Presidente Fernando Collor, quando Sua Excelência menciona a possibilidade de entendimento com todos os Partidos.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, para que fique bem clara a minha reflexão, vou ler as palavras do Presidente na sua conversa com os jornalistas:

“Bom, eu não excluiria nenhum dos Partidos. Acho que o Governo, o nosso Governo, é o verdadeiro Governo da transição. Acho que este, como tal, é um Governo que precisa estar sempre muito aberto e muito disposto ao entendimento, ao diálogo, ao consenso.”

E o consenso inclui todos, inclusive o próprio PT, por mais que isto seja difícil.

Mas eu não! Este Governo não é excludente, nem é seletivo no sentido ideológico. Não é seletivo. Ele deseja é agregar, adensar o seu entorno no sentido de podermos, num trabalho solidário, recuperar o País. Acho que essa é a função do Governo que, sinto, de transição, como estamos liderando, e vejo também muita expectativa nesta nova reformulação da política, que estamos às vésperas dela."

Sua Excelência prossegue dizendo que temos aí a reforma da Constituição, a antecipação da realização do plebiscito, a definição do sistema de Governo e outras observações.

Quero salientar que o Presidente Fernando Collor tem razões para considerar extremamente difícil a eventual participação do Partido dos Trabalhadores em seu Governo. Por que razão?

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também consideramos extremamente difícil vislumbrar a possibilidade de integrar o Governô Fernando Collor. Por que razão? Os objetivos, os procedimentos, os valores que têm caracterizado o Governo nestes últimos dois anos, aliás, desde bem antes, desde a campanha eleitoral, demonstram que Sua Excelência, como homem público, dista léguas daquilo que avaliamos como o correto para esta País.

Quero ressaltar, mais uma vez, que a reforma ministerial, desvendando o fato de o interesse público e o interesse privado estarem sendo negociados no ventre do Governo, decorreu, em grande parte, da maneira como a imprensa firmemente trouxe à luz procedimentos incorretos e condenáveis pela opinião pública, procedimentos inclusive que constituem crime perante a lei. Decorreu, também, em grande parte, do esforço do Congresso Nacional, por suas Comissões, pela atuação dos inúmeros Parlamentares dedicados a sua função de fiscalizar o Executivo. Tais fatos nos levam à conclusão da necessidade de se apurar a fundo e com rigor os atos de corrupção e irregularidades que caracterizam o Governo Collor até aqui. De maneira alguma podemos admitir que se possa apagar, com a reforma ministerial, o que precisa ser desvendado.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também observamos o novo Ministério. Ele é composto de forças tais como a do PFL, as do PRN, forças nitidamente conservadoras, que têm no apoio à política econômica, recessiva já por dois anos, de combate à inflação, a forma de resolver o problema da dívida externa brasileira, com a qual não estamos de acordo. Não podemos cogitar de integrar um Governo que insiste em combater a inflação através de um processo recessivo.

Também nos sentimos com a responsabilidade de estarmos, ao mesmo tempo, apontando soluções para o País, pois temos apresentado muitas sugestões.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me concederia um aparte quando achar oportuno?

O SR. EDUARDO SUP LICY — Com muita honra. Peço a V. Exª tolerância, pois gostaria de completar pelo menos a parte introdutória do meu pensamento.

O Partido dos Trabalhadores tem feito sugestões.

Assinalarei algumas: ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária. O Professor José Gomes da Silva — Ministro do Governo paralelo de Luiz Inácio Lula da Silva — entregou, em mãos ao Sr. Antônio Cabrera, no primeiro ano do Governo Collor proposições sobre a área da agricultura e reforma agrá-

ria. O Professor Cristóvam Buarque, responsável pela área educacional e de assuntos sociais do Governo paralelo do Partido dos Trabalhadores, entregou ao Sr. Ministro Antônio Cabrera um plano de reforma agrária, inclusive do conhecimento do Sr. Senador Esperidião Amin, que teve a oportunidade de examinar o documento. Ainda, recentemente, o Sr. Ministro José Goldemberg convidou a Secretária da Educação do Município de Porto Alegre, Srª Ester Gross, para dialogar, porquanto a Srª Secretária formulara uma das principais críticas aos CIAC, levantamento a questão com relação à não existência de um projeto didático. Diante de tal fato, o Ministro convidou-a a fazer o referido projeto. A Srª Ester Gross já iniciou um procedimento de proposição do que seja um processo didático para o sistema educacional brasileiro.

Poderia citar inúmeras outras proposições. Os projetos de lei de autoria do Senador e dos Deputados do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional são também proposições para o País, como programa de garantia de renda mínima, que introduz o Imposto de Renda negativo, como projeto que, aprovado na semana passada no Senado, obriga as instituições financeiras oficiais a publicarem no **Diário Oficial** os créditos subsidiados, suas condições e quais as empresas beneficiadas.

No âmbito da Câmara dos Deputados, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Partido dos Trabalhadores está apresentando um projeto de política salarial. O Partido dos Trabalhadores também tem colocado como positiva a iniciativa do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, Vicente Paula da Silva, no sentido de fazer um entendimento visando a baixa da margem de lucros, a baixa dos impostos, a baixa de tudo aquilo que possa culminar com uma melhor participação dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores tem avaliado como positiva a iniciativa de entendimento que culminou com a garantia do aumento de emprego, do aumento do nível dos salários, redução da margem de lucro e redução de impostos.

Tentativas como essas, decorrentes da proposta da Câmara Setorial que o Partido dos Trabalhadores propôs em fevereiro de 1991, são exemplos de proposições que o partido fez à Nação e ao Congresso. Obviamente, que se o Governo Collor avaliar como positivas nós consideramos isso como adequado e positivo. Mas não podemos compartilhar de procedimentos tais como os que caracterizam o novo Ministério.

O Ministro Ricardo Fiúza ao confirmar, novamente, que recebeu 100 mil dólares para sua campanha eleitoral de empresários da Febraban — antes S. Exª dissera que era da Febraban e agora está informando que são de empresários. Caso tenha sido da Febraban, nitidamente S. Exª está descumprindo a legislação eleitoral e partidária que não admite que pessoa jurídica possa fornecer recursos de doação a campanha eleitoral. A doação deve ser encaminhada ao partido.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Eduardo Suplicy, lembro a V. Exª que continuo aguardando a oportunidade para o aparte.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Em breve o concederei a V. Exª, nobre Senador Esperidião Amin.

O Ministro Ricardo Fiúza faz uma afirmação — que nitidamente mostra o critério de relacionamento entre este Governo e as empreiteiras, o que nós, do Partido dos Trabalhadores, avaliamos como absolutamente condenável.

O O Estado de S. Paulo de hoje diz:

“O Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, forneceu combustível para a primeira confusão nessa área na nova fase de governo. Depois de ser confirmado no cargo, Fiúza disse em entrevista que considera “correto” empreiteiras prestarem assessoria direta aos prefeitos interessados em captar recursos públicos.

“Este País não é São Paulo e a maioria dos prefeitos do interior mal sabe ler”, disse o ministro. “Se não tiver uma empresa para fazer o projeto, como é que vai ser?” Apesar de julgar legítima a interferência das empreiteiras na definição das obras municipais — mecanismos que pode favorecer, por exemplo, a ocorrência de superfaturamento —, Fiúza isentou seu ministério de qualquer responsabilidade: “Nós apenas elegemos os projetos”.

O ministro manteve o tom polêmico e pragmático de sua avaliações ao referir-se à CPI da Corrupção, que investiga no Congresso a aplicação dos recursos federais em obras públicas.”

E vejam bem que o Ministro se referiu a uma das três CPI instaladas no Congresso Nacional. Há duas do Senado; uma, presidida pelo Senador Ruy Bacelar, que investiga a corrupção em obras públicas, cujo Vice-Presidente é o Senador Jutahy Magalhães e Relator o Senador Elcio Álvares.

Mas, vejam bem, Srs. Senadores, o que disse o Ministro Ricardo Fiúza:

“Essa CPI é um império de leviandades, porque só levanta suspeitas e não prova nada. O parlamentar que faz isso é imbecil, analfabeto e cretino”, exaltou-se.

Tal declaração é um desrespeito ao Congresso Nacional!

O Parlamentar tem obrigação, sim, de averiguar se houve sobrefaturamento. Eu próprio não aceito essas observações do Ministro Ricardo Fiúza; exijo, Sr. Presidente, que haja a retratação por parte daquele que é membro do Congresso Nacional e hoje integra o Ministério Fernando Collor de Mello.

A CPI presidida pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho está examinando um possível caso de sobrefaturamento, e deve ir a fundo. É uma obrigação nossa averiguarmos. Não se pode admitir que um Ministro de Estado faça tais declarações, porque Deputados e Senadores estão aqui a cumprir suas responsabilidades.

Concedo o aparte ao Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Vou procurar fazer com que meu aparte ainda seja oportuno, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a suplantou o Senador Marco Maciel, que, outro dia, deixou V. Ex^a esperando 15 minutos por um aparte. Gostaria de aludir a dois aspectos do pronunciamento de V. Ex^a, como sempre um pronunciamento oportuno e — há de ser — denso. O primeiro aspecto diz respeito à aflição de V. Ex^a Percebi, no início do seu pronunciamento, que V. Ex^a se manifestava um pouco aflito com a perspectiva que o Presidente Collor — leio eu — no sentido de ser abrangente, no sentido de não ser excludente quando se manifestou em relação ao PT. Imagine, V. Ex^a, se o Presidente dissesse que todos poderiam participar do Governo, exceto o PT. Dir-se-ia que se tratava de um sectário, de um faccioso, de alguém que não consegue observar que é o Presidente de todos os brasileiros, inclusive dos brasileiros simpatizantes ou filiados ao PT. Quanto à participação, penso que o PT está participando, através da fiscalização que V. Ex^a e seus nobres Pares exercem. Os exemplos

bons e, às vezes, também os maus exemplos que a administração do PT produz nos municípios pelo País afora, também constituem uma contribuição para o País. São formas de participar. Gostaria, sem querer fazer a interpretação autêntica de uma entrevista, da qual não participei, mas li, de dizer que V. Ex^a não deve manifestar a aflição dos convidados quando o Presidente diz que gostaria de ter a participação de todos, até do PT, e até do PT não é nem depreciativo. É até o reconhecimento de que é da Oposição mais certa com a qual o Presidente pode contar. Se alguém falhar, eu penso, o PT não vai falhar na tarefa de exercer a fiscalização e a vigilância do Governo, procedimentos necessários à democracia brasileira. No curso do seu pronunciamento, V. Ex^a, inclusive citando o meu nome, honrosamente para mim, lembrou que eu sou um leitor, na medida em que caía na minha mão, do programa alternativo do PT, e mencionou a contribuição do Sr. José Gomes da Silva. Se não me falha a memória, presta escrevendo, ele, parece-me, já contribuiu ao País, de forma discutível, quando Ministro do Governo do Senhor José Sarney. E a considero tão discutível, Senador Eduardo Suplicy, que vou lhe relatar, brevemente, o que aconteceu comigo. No dia de N. S^{ta} do Caravaggio, em maio de 1985, houve a ocupação simultânea, por mais de 5 mil pessoas, de nove propriedades em Santa Catarina, nove propriedades no mesmo dia. Atribuiu-se, até, a um homônimo do Sr. José Gomes da Silva, ao Bispo de Chapecó, Dom José Gomes, a articulação desse movimento que chamo de ocupação, não de invasão. Como Governador de Estado, tive o procedimento humano de dar assistência médica e comprar, com o dinheiro do Estado, e alugar — porque não queriam vender — terras para abrigar essas famílias, enquanto o Incra, administrado pelo Sr. José Gomes, não fazia as desapropriações. Pois saiba V. Ex^a que ele saiu do Ministério sem desapropriar nada — e ainda por cima fiquei junto ao SNI — que então existia — com a fama de eu, do PDS, ter promovido as invasões, imagine. A revista Veja chegou a publicar isso na época. No Ministério da Reforma Agrária, do Sr. Nelson Ribeiro Leite, se a memória não me falha, que era o Presidente do Incra, ouvi essa alusão: a de que o Governador do PDS tinha sido o causador das invasões, porque tinha tratado com humanidade as mais de 5 mil pessoas que ocuparam aquelas terras, tendo providenciado, inclusive, sem que a Constituição à época permitisse, ou a compra — eu não podia desapropriar — ou o aluguel de terras, para evitar confrontos a bala, que o Ministério da Reforma Agrária, gerido por este Senhor ao qual V. Ex^a se referiu, não conseguiu solucionar. É uma ironia que tais contribuições ainda sejam ditas como perfeitas. Mas eu repito, o PT tem, através de V. Ex^a e de outros integrantes valorosos, contribuído e haverá de participar, sim, para que o Brasil melhore, como creio, com a nova concepção do seu Ministério.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço o aparte, Senador Esperidião Amin.

Certamente o episódio a que V. Ex^a se referiu traz à luz uma atitude positiva de V. Ex^a enquanto Governador. Acredito que teria procedimento semelhante se estivesse à frente do Governo de Santa Catarina. Portanto, elogio a atitude que teve na oportunidade.

Não posso aqui explicar toda a situação vivida pelo Sr. José Gomes da Silva, na medida em que, talvez, tivesse havido outros contingenciamentos que tivessem impedido a desapropriação à época. Mas espero poder levantar a informação relativamente a este assunto.

Quero, Sr. Presidente, dizer que procurarei o Sr. Ministro Ricardo Fiúza, reiterando o quanto considero importante que S. Exª devolva o seu jet-ski.

Avalio que deveria o Presidente da República ordenar de pronto esse procedimento. Só espero que os jets-skis do Presidente da República não tenham sido também doação de natureza semelhante, porque, aí, o próprio deveria devolvê-lo.

Com respeito aos 100 mil dólares que a Febraban destinou ao Ministro, enquanto candidato a Deputado, aqui cabe a ação da Justiça Eleitoral e cabe, também, preventivamente, a ação dos responsáveis pela Justiça Eleitoral e também pelo Ministro Célio Borja, a quem ontem o Presidente da República disse ter atribuído funções de examinar o aperfeiçoamento da legislação eleitoral e partidária.

Lembro-me, Sr. Presidente, no início do Governo José Sarney, que o então Ministro da justiça, também membro desta Casa, Paulo Brossard, afirmou que uma de suas principais finalidades seria a de coibir o abuso do poder econômico no processo eleitoral. Entretanto, não conseguimos ver medidas efetivas nessa direção, e à luz do episódio que foi colocado em aberto pelo Ministro Ricardo Fiúza, não há dúvida de que se requer um procedimento de coibição desses abusos.

Procurarei o Ministro Ricardo Fiúza para informá-lo mais de perto sobre o raio-X que estamos fazendo, relativamente, à maneira como empreiteiras estavam agindo junto ao Ministério da Ação Social, da Caixa Econômica Federal, às Prefeituras e aos Governos Estaduais.

Agora, se o Ministro Ricardo Fiúza considera normal tudo isso, se considera normal os presentes das empreiteiras, jet-ski, ou outros tipos de presentes. Não há como o Congresso Nacional aceitar esse tipo de procedimento. Se analisarmos exatamente o que está na legislação quanto ao comportamento de homens públicos, dos que são servidores da Nação, jamais poderiam estar recebendo presentes daqueles que têm interesses nas decisões sobre recursos públicos.

Para concluir, Sr. Presidente, registro o ofício que encaminhei ao Senador Marco Maciel, Líder do Partido da Frente Liberal, atendendo ao pedido do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, que reitera encontrar-se à disposição de V. Exª para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Encaminho em anexo documentação, através da qual é demonstrada a proveniência e destinação de todos os recursos financeiros da Central Única dos Trabalhadores e o documento encaminhado por Jair Meneguelli, decorrente do pronunciamento à imprensa do Secretário de Governo da Presidência da República, o Sr. Jorge Bornhausen, quando diz que encaminhará ao Senador Marco Maciel, Líder do PFL, solicitação de CPI para examinar os fundos da Central Única dos Trabalhadores.

O Presidente da CUT, pessoalmente junto ao Líder Marco Maciel, explicou que todas as informações estão à inteira disposição do PFL e do Senado Federal, não precisando — embora não haja objeção —, que se crie uma CPI para isto, mas toda a informação que o PFL ou qualquer Senador deseje sobre os fundos da Central Única dos Trabalhadores, de quanto recebeu do exterior e o total de receita dos convênios das estruturas da CUT. Em 1991, foi 844 mil dólares, sendo que a Central Única dos Trabalhadores registra no total de seus filiados 17 milhões 559 mil 958 trabalhadores. Peço que seja anexado este documento, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLYCY EM SEU DISCURSO:

OFÍCIO Nº 60/92

Brasília, 26 de março de 1992

Prezado Senador,

Atendendo ao pedido do Presidente da Central Única dos Trabalhadores — CUT, Jair Meneguelli, que reitera encontrar-se à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, encaminho, em anexo, documentação através da qual é demonstrada a proveniência e destinação de todos os recursos financeiros daquela entidade.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

1. Cooperação Internacional e os Sindicatos Brasileiros.

A cooperação internacional com os sindicatos antecede à própria existência da CUT (fundada em 1988), e também existe para muitos setores da sociedade. Partidos políticos de direita ou de esquerda, entidades beneficentes, igrejas, projetos agrícolas e até mesmo o Estado mantêm projetos de cooperação com entidades governamentais, não governamentais sindicais e multilaterais (Unicef, FAO, PNUD, OIT).

No campo sindical, essa cooperação ficou bastante restrita após o golpe militar de 1964. Nesse período a única entidade que manteve relações de cooperação com entidades sindicais brasileiras foi a AFL-CIO, que financiou nesse período os Institutos Culturais do Trabalho — CTI e Instituto Americano para Desenvolvimento de Sindicalismo Livre — IADESIL. Essas relações se desenvolveram principalmente em parceria com a CNTI e com sindicatos, como foi o caso do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, na época presidido pelo Sr. Antônio Rogério Magri. Nesse sindicato funcionava um dos ICT.

Com a anistia aos perseguidos políticos no País, muitos exilados trouxeram na bagagem a experiência de contatos com organizações não-governamentais (ONG) da Europa e outros países do Primeiro Mundo. Essas entidades dedicam-se à cooperação com países subdesenvolvidos e com causas humanitárias. Muitas delas deram apoio aos exilados e perseguidos políticos, que fugiram para a Europa após a onda de golpes militares iniciada em 1964 na América Latina.

Com a “abertura política” tanto os sindicatos iniciaram contatos com essas ONG e com as Centrais Mundiais e Nacionais de países desenvolvidos, como estas também passaram a visitar o Brasil e apoiar projetos humanitários e projetos de apoio à organização social.

Para a CUT a cooperação foi vital na fase da criação da central. Atualmente essa cooperação concentra cerca de 20% dos recursos que recebe a central.

Essas cooperação ocorre de diversas formas e através das diversas instâncias e estruturas da CUT.

2. A Cooperação com CUT-Nacional

Muitas das instâncias da CUT recebem apoio e cooperação.

No caso específico da CUT Nacional, essa cooperação destina-se em geral a atividades pioneiras ou melhor aquelas que surgem de necessidades e novas frentes de luta.

Atualmente as atividades que recebem recursos de cooperantes externos são as seguintes:

- 2.1. Formação Sindical.
- 2.2. Atividades organizativas das Instâncias da CUT em Estados e Regiões mais pobres do País (CUT Estaduais, CUT Regionais).
- 2.3. Doações Humanitárias para casos de emergência e que envolvem a sobrevivência ou risco de vida de dirigentes sindicais e de trabalhadores.
- 2.4. Publicações sobre Temas Específicos (Mulher Trabalhadora, Contrato Coletivo, FGTS, etc.).
- 2.5. Atividades da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT.

Total de recursos de cooperação da CUT nacional em 1991: US\$ 483.875,00

Cooperação com as CUT Estaduais

Essa cooperação visa basicamente apoiar atividades de Formação e de Organização das CUT Estaduais. Para os Estados mais desenvolvidos ela ocorreu até recentemente. Atualmente essa cooperação se concentra nos Estados mais pobres. Possuíam em 1991 convênios de cooperação aos seguintes CUT Estaduais dos seguintes Estados: PA, ES, GO, PE, BA, MG e PB.

Total da Receita das CUT Estaduais em 1991: US\$303.800,00

3. Cooperação com as Escolas Sindicais e Estruturas da CUT

A CUT mantém hoje 5 Escolas de Formação Sindical no País:

- Instituto Cajamar — São Paulo;
- Escola Sindical 7 de Outubro — Minas Gerais;
- Escola Sindical Quilombo de Palmares — Pernambuco;
- Escola Sindical Sul — Santa Catarina.
- Escola Sindical Norte — Pará.

Com exceção da Escola Sul e da Quilombo, as demais escolas estão com Infra-Estruturas construídas. Elas possuem direção própria, composta de dirigentes da CUT e uma estrutura financeira independente.

Além das Escolas a CUT dispõe também de um Instituto de Saúde, o INST, que recebe apoio para os programas desenvolvidos sobre diversos assuntos voltados para a saúde do trabalhador.

Os convênios destinam-se a apoiar as seguintes atividades e gastos:

- 3.1 Construção de Infra-Estrutura;
- 3.2 Cursos de Formação;
- 3.3 Equipes de Formadores e Assessores;
- 3.4 Equipamentos;
- 3.5 Pesquisas e Estudos sobre Saúde do Trabalhador.

Total da receita dos convênios das estruturas da CUT em 1991: US\$844.176,00

4. Revisão de Recursos para 1992

A CUT tem trabalhado muito para estruturar-se financeiramente. Atualmente a CUT é completamente auto-sustentável e poderia continuar crescendo somente com os recursos da contribuição estatutária dos sindicatos. No entanto, os recursos de convênios de cooperação continuarão a ser buscados, para estimular as experiências pioneiras e os novos campos de luta em que a CUT passa a atuar.

Para o triênio 1992-94 nosso objetivo é crescer tanto a receita dos sindicatos, como aumentar o número de convênios internacionais.

Objetivo de receita anual para o triênio 1992-94 da CUT Nacional e CUT Estaduais: US\$2.000.000,00.

Além da CUT Nacional e das CUT Estaduais, a Comissão de Acompanhamento de Projetos — CÁP/CUT, buscará também incentivar os convênios dos Departamentos Nacionais por Ramos de Produção com as Federações Profissionais de países desenvolvidos. A CUT só matém convênios com Internacionais e Federações por Ramo da Produção de Centrais Sindicais organizações que tenham afinidade com o projeto sindical da CUT.

Esse incentivo se estenderá também para os convênios entre os Departamentos e ONG desses países. Para esses objetivos ainda não temos uma meta financeira préfixada, uma vez que muitos departamentos foram fundados recentemente e outros serão ainda fundados durante o triênio 1992-94.

5. Entidades Internacionais que mantêm convênio com a CUT, suas Instâncias e Estruturas

5.1 ICCO — Organização Inter-Eclesial de Cooperação ao Desenvolvimento — Sede: Amsterdam-Holanda (fundação confessional protestante).

5.2 NOVIB — Organização Holandesa de Cooperação ao Desenvolvimento — Sede: Haia-Holanda — fundação não confessional.

5.3 CEBEMO — Organização Católica Holandesa de Cooperação ao Desenvolvimento. — Sede: Oegstgeest-Holanda.

5.4 Progetto Sviluppo — instituto da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) para cooperação ao desenvolvimento.

5.5 Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores.

5.6 ISCOS — Instituto da Confederação Italiana Social Laboral (CISL) para cooperação ao desenvolvimento.

5.7 CSN-Confederação de Sindicatos Nacionais — Québec/Canadá.

5.8 CLC-Congresso Canadense do Trabalho — Ottawa/Canadá.

5.9 CCOO-Comissões Obreiras — Madrid/Espanha.

5.10 Evangelisches Missionswerk — Alemanha — fundação protestante.

5.11 Serviço Além-Mar — Alemanha — fundação protestante.

5.12 FNV-Federação Nacional do Trabalho — Sede: Amsterdam-Holanda — central sindical.

5.13 MLAL-Movimento Leigo Latino-Americano — Itália.

5.14 FITPAS-Federação Internacional dos Trabalhadores na Agricultura e Similares — Sede: Genebra-Suíça.

5.15 DGB-Federação Alemã de Sindicatos — Alemanha.

5.16 LO.TCO-Central Sindical da Suécia.

5.17 CIOSL-Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres — Sede: Bruxelas-Bélgica.

5.18 IC-Chemie-Federação dos Químicos da Alemanha (ligada à DGB).

5.19 Misereor-fundação católica alemã Sede: Aasen-Alemanha.

5.20 ILDES — Instituto Latino-Americano de Cooperação ao Desenvolvimento — Sede: São Paulo-SP — filial da Fundação Friedrich Ebert da Social Democracia da Alemanha.

São Paulo, 14 de março de 1992. — Comissão de Acompanhamento de Projetos — CUT Nacional.

A vida da CUT

A Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, SP, iniciou sua vida sindical e política no País, contando com 912 entidades sindicais. Em menos de dez anos, os princípios e objetivos que nortearam as atividades da central em todos os momentos das lutas dos trabalhadores, permitiram que outras tantas entidades sindicais procurassem a organização e a união de forças, para construir a maior central sindical do País que se tem notícias. Hoje, são 1.761 entidades filiadas, representando 17.559.958 trabalhadores, dos quais 4.036.626 são sócios.

A frieza dos números, apesar do seu significado, talvez não retratem o panorama sindical do País. Os sindicatos cutistas representam apenas 19% de todas as entidades registradas. A sindicalização no Brasil ainda é baixíssima. No entanto, com o surgimento da CUT, o movimento sindical brasileiro ganhou novo impulso. Não é à toa que 69% dos trabalhadores, segundo pesquisa publicada no livro "Ouvindo o Brasil", organizado por Lamunier, acredita que os sindicatos são as únicas instituições que merecem confiança, para defender e lutar por melhores condições de vida.

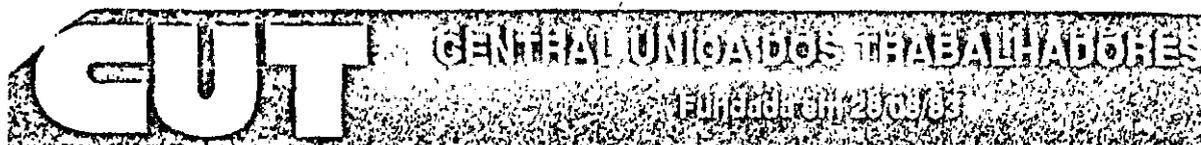
E a CUT está nessa. Partindo do pressuposto que a estrutura sindical do País não atendia aos princípios da liberdade e autonomia sindical, direito de greve, contratação e negociação coletiva (estabelecidos pelas Convenções da Organi-

zação Internacional do Trabalho, OIT) parcela significativa do movimento sindical rompeu, em 1983, com o sindicalismo oficial atrelado ao Estado. E imposto, portanto, de cima para baixo. Conceito que, infelizmente, vigora, até hoje, em parcela do movimento sindical brasileiro.

Não por imposição, mas por legitimidade, a CUT foi se consolidando. Tanto aqui, quanto aos olhos da classe trabalhadora internacional. Hoje, está implantada em todo País, com 26 estaduais e 50 regionais (vale lembrar que as CUT Estaduais do Distrito Federal e de Rondônia, atuam em sedes próprias). Além de 11 Departamentos Nacionais, cinco escolas de formação sindical e dois órgãos assessores (Instituto Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Departamento de Estudos Sócios-Econômicos e Políticos). Possui cerca de 2.000 dirigentes na estrutura vertical e horizontal (excluindo evidentemente os sindicatos. Emprega 381 funcionários, nas instâncias estaduais, regionais, departamentos e de assessoria. Seu orçamento anual está avaliado em 18 milhões de dólares, cuja sustentação financeira vem majoritariamente dos próprios trabalhadores brasileiros.

Este relatório contém a expressão máxima da vida organizada da CUT. Receitas, despesas, o que faz e o que não faz. O que gasta, não gasta e para que gasta. E a tentativa de inaugurar uma atitude em desuso em nosso País, a transparência.

São Paulo, 14 de março de 1992.



ORÇAMENTO 1992

B. F.

CONTRIBUIÇÕES ESTADUÁRIAS	MENSAL CR\$	ANUAL CR\$	AN. DOLAR
Mensalidades	600.000.000,00	7.200.000.000,00	1.385.274,12
Assistencial	300.000.000,00	3.600.000.000,00	2.117.047,06
Fortalecimento	400.000.000,00	4.800.000.000,00	2.823.529,41
Campanhas Interofficais	116.668.668,40	1.399.999.997,00	923.529,41
Sub-total	1.416.668.668,40	18.999.999.997,00	10.000.000,00
Projetos de Cooperação	283.900.000,00	3.406.800.000,00	3.004.000,00
TOTAL	1.700.568.668,40	20.406.799.997,00	12.004.000,00

RECEITA 1991 EM DOLAR

Contribuições Estatutárias/Campanha	5.407.358,82
Projetos de Cooperação	1.631.951,01
Total	7.069.209,82

DESPESAS/1991

Pessoal	20,12%
Publicação/Ilustração/Distribuição	33,60%
Lanternas/Louças/Aluguel/Condomínios	6,00%
Servi. Públicos Veículos Proprios/Tributação	9,00%
Eventos/Reuniões/Seminários/Encontros/Outros	28,54%
Material Administrativo	1,50%

QUADRO ANUAL DE SEMINARIOS

S. F.

INSTANCIAS	Nº. DE SEMINARIOS	Nº. DE PARTICIPANTES	HOUMENS	MULHERES
1 Cnt Nacional	48	1.920	1.440	480
26 Cnts Estaduais	624	24.960	18.720	6.240
153 Cnts Regionais	600	24.000	18.000	6.000
11 Iptoc. Nacionais	132	5.280	3.960	1.320
188	1.404	56.160	42.120	14.040

REUNIOES DE DIRECAO/ANUAL

Executivo Nacional	13
Direção Nacional	04
Executivas Estaduais	624
Direções Estaduais	156
Executiva Iptoc. Nacionais	132
Direção Nacional Iptoc. Nacionais	56 (56)
Executivas Regionais	609
Total	1.594

NO. DE DIRIGENTES DA CUT

Nacional	83
Estaduais	836
Regionais	909
Departamentos Nacionais	165
Total	2.033

Data: 13/03/92										
Totais de Sindicatos e Trabalhadores na Base por Estado Filiação à CUT										
UF	Fil	Trab. Base	Assoc	Fil	Trab. Base	Assoc	Fil	Trab. Base	Assoc	
	Kurais	Kurais	Kurais	Urb.	Urbanos	Urbanos	Tot.	Total	Total	
AC	9	77.500	4.887	15	41.742	15.755	24	119.242	20.622	
AL	3	16.000	687	23	108.563	41.502	26	116.563	42.123	
AM	13	80.500	11.023	14	159.336	37.185	27	239.836	48.298	
AP	1	40.000	3.249	4	6.437	3.813	5	46.437	7.052	
BA	85	867.142	156.120	70	917.528	254.339	155	1.784.670	410.459	
CE	23	248.899	30.739	33	399.591	75.509	56	648.482	106.316	
DF	0	0	0	40	1.386.752	189.745	40	1.386.752	189.745	
ES	11	208.500	16.782	33	282.818	81.915	44	431.318	78.697	
GO	24	139.290	8.657	28	427.819	39.302	52	587.109	47.959	
MA	20	326.514	24.361	29	183.857	26.857	49	509.571	51.218	
MS	60	315.100	47.729	171	1.107.225	357.305	231	1.422.325	455.034	
MT	9	41.546	1.254	13	52.541	23.341	22	94.037	24.595	
MT	4	16.660	4.684	28	116.007	38.104	32	132.667	42.788	
PA	66	1.197.829	84.196	31	325.740	62.445	93	1.523.569	146.641	
PE	28	297.205	73.731	38	218.092	73.682	65	425.394	147.331	
PE	17	271.984	18.716	39	475.766	133.229	56	747.756	155.944	
PI	35	190.321	23.937	25	174.762	36.237	57	365.083	69.224	
PI	33	256.836	9.972	67	297.363	69.295	102	584.193	79.257	
PR	4	7.609	1.353	74	1.461.009	322.203	79	1.459.095	323.571	
RS	23	69.905	8.992	18	151.633	47.231	34	229.593	55.133	
RS	9	258.090	11.702	18	62.553	23.309	13	330.553	35.011	
RR	0	0	0	1	5.008	4.000	1	5.008	4.000	
RR	37	159.340	53.382	119	632.116	243.105	149	960.455	391.495	
SC	21	225.375	60.530	49	239.554	82.445	80	465.929	142.575	
SE	9	54.450	2.099	21	111.304	37.235	30	165.754	29.247	
SE	31	429.749	226.032	162	2.345.965	317.111	291	2.776.715	1.043.155	
SP	17	14.761	6.439	7	47.362	9.710	24	62.191	16.151	
Total	694	5.769.281	399.721	1187	11.789.577	3.145.945	1751	17.459.951	4.036.628	

: Data...:13/03/92		Totais de Sindicatos e Trabalhadores na Base por Setor		
		Filiados & CUT		
DESCRIÇÃO	Filiados	Trab. Base	Trab. Assoc.	
ALIMENTAÇÃO	53	475.703	193.526	
VESTUÁRIO	55	284.452	67.752	
CONSTRUÇÃO	76	593.011	92.126	
INDÚSTRIA	3	11.000	2.140	
QUÍMICO	40	315.588	95.111	
PETROLEIRO	15	43.336	32.874	
METALÚRGICO	81	1.045.263	385.975	
PAPEL	8	17.810	2.545	
URBANITÁRIO	86	227.054	145.635	
EXTRAÇÃO	24	48.502	27.964	
BENEFICIAMENTO	2	0.520	612	
ARTESANATO	1	200	150	
COMÉRCIO	70	589.087	97.321	
COMÉRCIO AUTÔNOMO	46	636.999	52.137	
COMÉRCIO ARMAZENADOR	1	2.509	170	
TURISMO E HOSPITALIDADE	16	90.153	11.363	
SAÚDE	127	994.840	267.657	
TRANSPORTE	55	591.364	233.142	
TÉCNICO	3	3.150	2.000	
COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E JORNALISMO	78	352.763	112.142	
FINANCEIRO	68	681.707	350.430	
EDUCAÇÃO	110	2.221.883	711.411	
DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL	23	152.235	22.604	
ESTAT. RÍPICOS	1	1.300	21	
PROFISSIONAIS LIBERAIS	30	250.379	20.900	
FUNCIÓNALISMO PÚBLICO	127	1.931.700	202.440	
APRESENTADOR	2	121.152	1.111	
INFORMÁTICA	12	25.000	21.200	
RURAL	594	2.763.381	891.721	
Total Geral	1761	17.559.952	4.039.622	

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA CARVALHO (PMDB.— CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou falar com muita brevidade, como é do meu costume, ainda mais que temos a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga toda aquela problemática referente ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, uma reunião que logo mais há de se efetivar, para aprofundarmos aquilo que estávamos averiguando, e que não sofrerá solução de continuidade, apesar da mudança ministerial.

Sr. Presidente, preocupa-nos essa chamada reforma ministerial, ou a renúncia coletiva ministerial, pelo método e é somente sobre isso que falo hoje pelo método adotado na Presidência da República.

Todos os ministros renunciaram, secretários etc, o primeiro escalão, e, depois, no universo dessas renúncias, o Presidente diz quais as que não podem ser aceitas.

E é aí que vai um grande erro, porque renúncia não pode deixar de ser aceita. Renúncia é ato teleológico, finalístico e sem condição.

Juridicamente, não há renúncia que possa ser recusada. Renunciou, está consumado o ato.

É assim o Direito, é assim a lei, é assim a prática jurídica, é assim a jurisprudência.

O Presidente da República inova: que todos renunciem e Sua Excelência diz quais as renúncias que não aceitará.

Mas há um aspecto moral mais grave ainda, além do aspecto jurídico: é que o Presidente, ao fazer isso, oferece à Nação dois conceitos: no seu ministério havia gente boa e gente má; gente competente e gente incompetente; gente honesta e gente desonesta. Os que vão ficar recebem o diploma de honestidade. Os que vão sair são tidos indiretamente como desonestos...

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Logo que eu conclua esse raciocínio, ouvirei a opinião de V. Ex^a com todo o prazer, Senador Divaldo Suruagy.

Veja bem, Senador, há os bons e os maus; os bons ficam e os maus saem. Será isso verdade? Porque entre os que ficam já há imputações, como disse o Senador Eduardo Suplicy em discurso que antecedeu o meu, um discurso contundente, marcante, analisando o aspecto mais grave, de que o novo Ministério já começa com as máculas do Ministério anterior, porque o novo Ministério é, em grande percentual, o Ministério anterior.

Mas, Senador Divaldo Suruagy, conhecemos o ex-Ministro Jarbas Passarinho e sabemos como é injusto, no momento em que não é reconduzido, somar-se àqueles que podem receber determinadas pechas de desonestidade e de incompetência. Vimos, na televisão, o então Ministro Jarbas Passarinho absolutamente indignado, e com muita razão, porque o método utilizado é absolutamente covarde, para com as pessoas de bem que estavam no Ministério e não vão continuar.

Ouçó V. Ex^a, Senador Divaldo Suruagy, com muito prazer.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a, ao concluir o raciocínio que esposava, trouxe

à baila o tema com que eu pretendia apartear-lo: um homem de estatura moral e da grandeza política do Ministro Jarbas Passarinho ser envolvido numa demissão coletiva, quando, para a grande opinião pública, os que estão sendo afastados o estão por desonestidade; isso é macular um homem que dignifica a atividade do processo político brasileiro. O Presidente da República fez mais uma encenação teatral. Anunciou pomposamente ao Brasil que todo o Ministério ia ser modificado. Na verdade, Ministro mesmo, até agora, só o Senador Jarbas Passarinho. Os demais estão em nível de secretariado. E, o que é mais grave, alguns desses, que exerciam função de secretários estão saindo, de acordo com a imprensa, sob denúncias as mais escabrosas; denúncias que permitiram uma piada de mau gosto, mas com muito sentimento de verdade, de um deputado federal do PT.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — E ele iguala o Senador Jarbas Passarinho a esse povo. E por isso que estou na tribuna.

O Sr. Divaldo Suruagy — Daí a minha solidariedade a V. Ex^a nesse pronunciamento, porque o deputado nivelou por baixo. Hoje, li na **Folha de S. Paulo**, frase de um Deputado do PT, que, com muita ironia, dizia: "Os Ministros do Presidente Fernando Collor saíram do Governo e entraram na história policial do País". Ora, no momento em que um homem da grandeza, da estatura moral do Ministro Jarbas Passarinho é rotulado como um dos que reconhecidamente abusaram do exercício da função pública, isso está a exigir de nós, que conhecemos de perto o Senador Jarbas Passarinho, que tivemos o privilégio e a honra de conviver com ele nesta Casa, defendê-lo, embora ele não precise de defesa, mas é conveniente que se exalte isso, quando ele assumiu o Ministério, eu estava participando de um encontro parlamentar em Madri e tomei a liberdade de passar-lhe um telegrama, que não tornei público, porque pertencia a S. Ex^a. Mas, neste momento, quando está sendo exposto a todo tipo de maledicências, torno público, através da tribuna desta Casa, o telegrama que passei para o Ministro Jarbas Passarinho, de Madri, dizendo mais ou menos o seguinte: "Parabenizo o Brasil pela presença do eminente homem público no Ministério da Justiça. Lamento o estimado amigo ter emprestado o seu nome a este Governo. Está aí o resultado. O Ministro Jarbas Passarinho, ao emprestar o seu nome, num momento de crise que o Governo estava atravessando, levou dignidade ao Governo. E agora está sendo exposto a todo tipo de maledicência. Quanto ao Governo, vou usar apenas uma frase do irmão do Presidente da República, Dr. Pedro Collor de Mello não somos nós, que fazemos oposição a Sua Excelência, que afirmamos isso em entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, reproduzidos alguns tópicos na revista **Veja**, que diz mais ou menos o seguinte: que dispunha de uma fita gravada, com quatro cópias, distribuídas em quatro cofres diferentes; que, se essa fita fosse levada ao conhecimento da opinião pública, o Presidente cairia em 72 horas". Isso foi dito pelo irmão do Presidente. Não foi dito pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, ou pelo Senador Divaldo Suruagy, ou pelo Senador Epitácio Cafeteira, ou pelo Senador Eduardo Suplicy, nem pelo Senador Mário Covas, nós que fazemos oposição a ele. Foi o irmão do Presidente da República que fez essa afirmação pública na **Folha de S. Paulo**, que é o jornal mais lido do Brasil, e na revista **Veja**, que é a revista de maior circulação da América Latina; e até hoje não vi ainda nenhuma resposta de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Quero

saber, não da saída desses que estão sendo rotulados de corruptos, sim, da apuração da corrupção de que participaram, se é verdade ou mentira. Os processos têm que continuar. As comissões parlamentares de inquérito têm que continuar. Não devem parar porque eles deixaram de ser ministros, ou deixaram de exercer secretaria A ou B. Compete a esta Casa, através das CPI instaladas, a cobrança e a continuidade dos escândalos. Os escândalos não podem ser abafados através de outros escândalos. Os escândalos não podem ser abafados através de demissões. E o Presidente fica livre da pecha que têm os seus auxiliares, simplesmente porque os afastou? Não. Tem-se que provar a culpabilidade ou não desses ministros e auxiliares. Ai então, ele poderá dizer se tem culpa, se está envolvido ou não. Na verdade, o meu aparte é para ressaltar a honorabilidade desse grande homem público que se chama Jarbas Passarinho, e para dizer a V. Ex^a e a esta Casa que acusações maiores continuam pairando sobre o Governo, e ditas por familiares do Presidente. Não estão sendo ditas por nós, que fazemos oposição a Sua excelência nesta Casa. Congratulo-me com V. Ex^a por mais este gesto de cavalheirismo, que é uma característica da sua vida pública, quando hipoteca solidariedade a um dos grandes homens desta Casa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Note V. Ex^a que a essa altura já começa a desenhar-se a suspeita de que método utilizado para essa reforma ministerial é uma operação contra o então Ministro da Justiça Jarbas Passarinho, já que o Presidente talvez não tivesse como pedir-lhe a devolução do cargo; então, encontrou essa saída. Como está dizendo V. Ex^a, Jarbas Passarinho deixa o Governo cercado de corruptos ou de acusados de atos de corrupção. Isso me parece da maior gravidade.

O povo, no entanto, desesperado como está, recebeu a renúncia coletiva como um grande acontecimento, haja vista que o Ministério não estava acertando e a problemática nacional vem esmagando o povo no íntimo do lar da família brasileira.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço V. Ex^a

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, creio que a saída do Ministro Jarbas Passarinho foi até um gesto de grandeza de S. Ex^a, quando organizou uma renúncia coletiva, que permitia ao Presidente tentar passar uma borracha sobre todo o passado ministerial. O povo entenderia que o Presidente havia mudado de posicionamento e que, ao invés de dirigir o País com amigos, homens de sua confiança, iria dirigir o País com homens da confiança do povo. Afinal de contas, este País precisa ser dirigido por pessoas em que o povo confie de fato. A partir do novo Ministério que Sua Excelência está estruturando, não deverá haver mais nenhum escândalo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Mas já se desenha. V. Ex^a ouviu o que disse o Senador Eduardo Suplicy há poucos instantes.

O Sr. Epitácio Cafeteira — A colocação que faço é que o povo aceitará passar uma borracha em cima de tudo o que ficou para trás, mas não vai mais aceitar novos escândalos...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Concordo com V. Ex^a

O Sr. Epitácio Cafeteira — ...porque esses escândalos estão, na realidade, denegrindo as imagens do Governo. Não

é possível continuarmos a ter um Governo sem o suporte da opinião pública. Faço votos para que o Presidente Collor não tenha mais nenhum problema e para que medite bastante no confirmação do seu novo Ministério, para não ocorrer em casos como esses e Sua Excelência não diga que se sentiu traído e que sofreu muito. Quando houve a denúncia contra o Ministro Alcení Guerra, ele disse: — “Este homem continua a merecer a minha confiança”. A mesma coisa ele disse do Secretário Pedro Paulo Leoni, mas o importante é que mereça a confiança do povo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Exatamente.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Para o bem deste País, desejo que não aconteça mais o que estamos assistindo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sei que o Senador Mário Covas vai usar da palavra agora e não quero prejudicar o tempo de S. Ex^a, que se inscreveu para falar como Líder.

Quero só dizer que ocorre uma reforma ministerial sem mudança de idéia, sem mudança de plano de Governo ou, mais precisamente, sem surgimento de um plano de Governo. Mudam-se pessoas. Não são mudadas as práticas, não são mudadas as idéias, não são mudados os princípios filosóficos que têm desorientado o Governo da República neste período.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP, Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria, Sr. Presidente, de dizer que acabei de usar de um artifício regimental. Falo em nome da Liderança, embora não traduza, neste instante, necessariamente, que seria melhor, a palavra do meu Líder. Ainda é ele quem fala pela Bancada e, portanto, por mim. Acontece que ele está no exterior, e, assim, julguei que seria do meu dever trazer uma opinião, mesmo pessoal, a respeito dos fatos mais recentes, das suas conseqüências, das perspectivas que podem advir para este País e, por que não, de todos os seus antecedentes.

É nesta condição que trago hoje um modesta contribuição. Ela espelha, realmente, o meu ponto de vista. Eu não tenho nem a procuração nem a capacidade necessária para falar por representação a respeito do sentimento, seja do meu Partido como um todo, seja dos meus companheiros de Senado.

Confesso a V. Ex^a que tenho constrangimentos. Eles ocorrem naturalmente. Sou humano, Sr. Presidente! Uma vez pronunciei um discurso neste Senado, a respeito de um editorial que o jornal do meu Estado, a *Folha de S. Paulo*, havia feito com considerações ao Presidente, e recebi, do talento e da inteligência do Senador Odacir Soares, um aviso; a seguinte mensagem:

“Afinal, o senhor perdeu a eleição e, portanto, certamente, é de pressupor que haja uma certa dose de ressentimento em cada uma das suas apreciações a respeito do Governo.”

Examino muito a minha consciência para ver se em cada pronunciamento, em cada manifestação que faço e que envolvo o Governo, a minha opinião contém a dose de isenção

necessária como candidato que, tendo concorrido, obteve nas urnas o que era possível num processo eleitoral: ser o mais votado ou não o ser. Não tenho nenhum constrangimento pelo fato de o Senhor Fernando Collor de Mello ter sido eleito Presidente da República. Lembro-me, e quero lembrar, de que no dia da sua posse, pela vez primeira — seguramente pela única — eu estive no Palácio para apresentar ao Presidente os meus sinceros — reitero e reafirmo — os meus sinceros desejos de que o Governo pudesse dar curso na solução dos grandes problemas nacionais. E, ao fazê-lo, eu não fazia nenhum teatro. Era exatamente o que eu sentia como era, naquele dia — reitero e manifestó — o mesmo objetivo e a mesma visão ainda hoje. Mas não posso, arriscando-me a falir em relação ao compromisso que me trouxe para cá, deixar mesmo tendo em vista essas condicionantes, a cada instante, ou pelo menos nas ocasiões que me parecem indispensáveis, o meu ponto de vista sobre os acontecimentos.

Sr. Presidente, às vezes gostamos de esquecer o passado, sobretudo um passado recente, quando certas coisas aconteceram; parece que aquele que retoma o assunto tem a pretensão de machucar, de aprofundar certas coisas. Isso indicaria estariam ultrapassadas por certas providências.

É como falar da ditadura, das cassações, das mortes, das violências cometidas em relações às quais cada um de nós temos um certo pudor de retomar, como se, retomando, estivéssemos recolocando no quadro alguma coisa que a sociedade brasileira foi capaz de, com sua força, com seu vigor e com a sua competência, superar e apagar. Algo parecido ocorre com esse Governo. Eu o vi enquanto candidato, e a minha visão deste Governo nasce das expressões, ou se baseou, se sedimentou, se consolidou a partir do que ocorreu, inclusive, na campanha eleitoral. Convivi com a candidatura, à medida que concorria também. Vi um candidato extremamente competente na tarefa de sentir e de interpretar a indignação nacional que então existia. Creio que, em cada oportunidade eleitoral, o quadro encontrado é diferente. Particpei, sucessivamente, de três eleições, de um Senador, num instante de profundo otimismo da vontade nacional, no instante do Plano Cruzado e dos seus resultados imediatos, e vi uma sociedade que desejava mensagens otimistas, tremendamente expectante, com esperanças fundadas num futuro imediato e que, portanto, exigia mensagens construtivas, afirmativas; particpei de uma eleição para Presidente, e nessa eleição o quadro era diferente. Havia uma profunda indignação nacional, que tinha sua origem lá atrás e que se vem desenvolvendo durante dois anos. Foi capaz de vencê-la quem foi capaz de se travestir do portador dessa indignação. Vi uma eleição de Governador, posteriormente, em que o processo não era de indignação coletiva, era de desalento coletivo. De tal maneira que até figuras supostamente ultrapassadas na vida política nacional foram resgatadas e reconduzidas à direção dos executivos.

Devo proclamar, reafirmando o que já fiz antes: o Senhor Fernando Collor de Mello foi o melhor retrato para a moldura encontrada naquele instante. O seu discurso teve o tom de indignação que tinha a opinião pública e Sua Excelência foi capaz de transmitir a ela a sua capacidade, ainda que pessoal, de resolver, superar toda a problemática nacional e passar por cima dela como um trator. Eu o vi acentuar, permanentemente, que o seu Governo, em três meses, reduziria a inflação a 10%; que a sua grande luta seria contra o câncer que corroía o Estado e a Nação, até culturalmente, que era essa expressão chamada corrupção.

Eu o vi salientar esse aspecto. E, com fundadas razões, seja eu, seja a sociedade inteira, supúnhamos que o Governo, ao assumir, poderia até falhar nos seus objetivos administrativos, poderia até falhar nos seus compromissos de natureza ideológica, mas certamente não falharia no que se refere à compostura dos seus agentes, dos seus acólitos, dos seus representantes.

Realmente, no primeiro período de Governo, este foi um assunto razoavelmente estranho. O sentimento de expectativa em relação a um futuro que se queria construir era de tal maneira e de tal ordem profundo, que até mesmo os desvios acabavam se escondendo por baixo ou por trás desse sentimento. Se fomos buscar na origem, vamos encontrar que o primeiro Presidente da Petrobrás, ao se demitir, anunciava que o fazia por pressão nascida do Palácio, tendo em vista o fornecimento de certos financiamentos a uma empresa aérea, recentemente vendida pelo Estado de São Paulo a um grupo particular: a VASP. E vai além: assegura que a sua saída tem razão também no fato de que recebeu pressões, no sentido de adiantar o *royalt* devido ao Estado de Alagoas, onde predominava o esquema presidencial. Mas foram mais ou menos notícias espaçadas, notícias vagas, diante da euforia do Plano Collor 1, do Plano Collor 2, da sucessão de medidas, do anúncio de que os funcionários públicos estariam em casa, do anúncio da demissão coletiva, das medidas programadas e da transpiração da expectativa que se criara com a Constituição do novo Governo.

Lembro-me ainda Sr. Presidente, do anúncio da primeira modificação, feita no Ministério da Infra-Estrutura, nascida a partir do chamado SOS-rodovias, onde alguém foi acusado de um tremendo processo de favorecimento. O Governo transitou por um ano e meio, com altos e baixos, com instantes de prestígio popular, com instantes de queda desse prestígio, com instantes de credibilidade acentuada, com instantes de decréscimo da crença popular. Mas após seis meses, Sr. Presidente, as notícias sobre desagregação e corrupção acentuaram-se de tal maneira que a situação tornou-se insustentável para o País. Tentou-se simular com a cunhagem de uma palavra chamada "ingovernabilidade". Foi possível encontrar, em cada um daqueles que eram acusados de tal ou qual ato de corrupção a desculpa de que a acusação era um plano preconcebido que, visando atingir o Governo, atirava por intermédio de um dos auxiliares. Os fatos foram explodindo. Quem tiver lido os jornais, visto a televisão, ouvido as rádios terá percebido que, nos últimos três meses, com intensidade cada vez maior, a opinião pública acabou tendo a sua atenção voltada para o profundo processo de desagregação pelo qual este País, através da instituição chamada Executivo, vinha passando.

Os fatos ganharam um cunho até mesmo constrangedor. Passaram pela LBA, presidida pela esposa do Presidente, passaram pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério da Saúde, passaram pelos auxiliares mais diretos, nascidos, gestados na intimidade do Presidente da República desde a origem do Governo. Um clamor de natureza popular começou a se intensificar.

Um parêntese: encontro, às vezes, o absurdo das pessoas dizerem que era melhor quando não havia democracia, porque tais fatos não existiam. Ninguém me convence de que nos regimes militares, na ditadura, não havia ministros corruptos. Havia, sim! Apenas, naquele tempo, não chegavam ao conhecimento da opinião pública. O mérito da democracia está exatamente em, ao oferecer a transparência, permitir que a sociedade atue como contrapeso; e, como uma avalanche,

ela obriga não apenas a providências, mas a conseqüências, às vezes até de natureza policial.

Foi dentro desse quadro que alguns auxiliares do Presidente — ou porque foram demitidos, ou depois de terem sido demitidos — acabaram por se tornar foco de inquéritos, de processos e de denúncias profundamente sérias a respeito da sua conduta pessoal.

Às vezes, tinha-se a idéia de que, a partir de um determinado instante, ou o Presidente se divorciava integralmente daquilo que era o “primeiro consulado”, ou realmente seria contaminado de forma irreversível por um processo de profunda desconfiança, cujas conseqüências seriam impossíveis de prever. Havia quem temesse, com fundadas razões, que isso tivesse repercussões eventuais até mesmo na condução normal do processo democrático.

E foi assim que chegamos ao corolário desse episódio. Lembro-me que, ao contrário do Senador José Paulo Bisol, não passei o carnaval relatando um projeto; mas, durante o carnaval, li jornais diariamente, talvez até com atenção maior do que nas outras datas, e um fato me chamou a atenção: não havia muito a ler nos jornais, de tal maneira era repetitivo o conteúdo das denúncias direcionadas para três, quatro, cinco ou dez figuras ligadas ao Executivo.

O que sentia, quem quer que tenha feito política uma vez na vida, quem quer que fosse um cidadão engajado, quem quer que operasse na área de comunicação é que, necessariamente, alguma coisa haveria de acontecer. Era preciso que esse processo desaguasse, de alguma maneira, em conseqüências. Por isso, não me causou muito espanto quando, na última segunda-feira, nós todos recebemos a notícia de que o Presidente da República recebera naquela manhã um pedido de demissão coletiva dos seus auxiliares. Surpresa, propriamente, quanto ao acontecido, não me ocorreu. Tinha convicção de que algo, necessariamente, iria acontecer. Não sabia de que dimensão, em que direção, mas alguma coisa havia de acontecer. E, na minha visão, na minha consideração, acabei extraindo daquilo uma lição adicional a respeito desse governo.

Há um homem cuja honorabilidade ninguém discute: o nosso Companheiro de Senado, Jarbas Passarinho. Não vai nisso nenhum *esprit de corps*. Sou alguém que foi cassado pela pena do Ministro Jarbas Passarinho. O meu ato de cassação foi assinado por S. Ex^a Durante a fase da Constituinte, em determinado dia, alguém lhe fez um discurso agressivo, invocando as suas relações com os governos militares. E S. Ex^a perguntou-me: “Você também pensa assim?” “De jeito nenhum. Não tenho porque julgá-lo. Assim como você não tem por que me julgar. Nós somos homens públicos, e é ao povo, à opinião pública, que cabe julgar-nos. Naquele instante, você fazia o que achava que era o seu dever; e eu fazia o que achava que era o meu dever. De forma que nada tenho a opor quanto a isso. A história nos julgará. Não tenho nenhuma razão de vingança de natureza pessoal”. Tenho, portanto, com S. Ex^a antecedentes desse tipo. E não sinto nenhum constrangimento em afirmar que tenho pela sua inteligência e pelo seu caráter apreço muito grande. Posso até não concordar com certas posições políticas de S. Ex^a, mas não tenho dúvida em salientar que a minha opinião é que S. Ex^a não é homem de prevaricar, não é homem de pecar, moralmente.

Mas senti que, naquele processo, o Presidente desejava tomar uma medida da qual decorresse a saída do Ministro Passarinho.

Ao ler as intimidades do processo, tomo conhecimento de que ele foi iniciado, na prática, na tal reunião das 9h da manhã, quando o Presidente reclamou que precisava tomar providências de maior profundidade e o Ministro Jarbas Passarinho se propôs a articular um pedido de demissão coletiva de todos os Ministros e todos os Secretários. Mas, onde leio essa notícia, contam-me também que, na véspera, o Presidente já dissera ao seu cunhado e Chefe da Casa Civil que tomasse as providências para uma demissão coletiva.

Ouvi o Ministro Passarinho dizer, na televisão, que tinha sido de S. Ex^a a iniciativa. Não importa muito de quem é a iniciativa, mas, a rigor, o que vi? Uma demissão coletiva que, numericamente, não tem o direito de se chamar coletiva; vi o Presidente da República imediatamente reconvocar quatro Ministros militares; vi o Presidente da República reconvocar o Ministro da Saúde, o Ministro da Educação e o Ministro da Economia; vi o Presidente da República, um pouco mais adiante, por anúncio e para a satisfação do nosso Companheiro Marco Maciel, reconvocar o Ministro Fiúza e o Ministro Reinhold Stephanes; vi o Governo hesitar — não sei se essa palavra vai bem na minha boca — entre manter ou não o Ministro das Relações Exteriores, recrutado de um órgão de composição vitalícia o Ministro Resek.

Portanto, sobre quem recai essa expectativa de demissão? Sobre apenas três Ministros. Recai sobre o Ministro Passarinho, sobre o Ministro Cabrera e sobre o Ministro João Santana. O que há de comum em relação a essas três pessoas? Se separarmos o Ministro Jarbas Passarinho, o que há de comum é que os dois são os remanescentes da instalação inicial do Governo.

E aí ouço anunciar que alguns dos Secretários já estavam escolhidos como aqueles que realmente não voltariam ao Governo, entre eles Egberto Batista, Pedro Paulo Leoni Ramos, o secretário particular do Presidente e o General Agenor. O que há de comum em relação a essas pessoas? É que sobre elas algum tipo de acusação de natureza moral aconteceu; mas, mais do que isso, todas elas são figuras do primeiro instante.

É como se o Presidente, de repente, quisesse passar a borracha em cima, volto a insistir, do “primeiro consulado”. É como se, de repente, vida nova. A partir daqui, retomamos um novo caminho, onde o mar de lama vai ser contido e a conduta do Governo será absolutamente irrepreensível.

Não sei se falo com pretensão, mas me pareceu até razoável que se começasse a especular se o PSDB ia para o Governo. Afinal, nessa nova fase, o anúncio é de que o Governo agirá com absoluta intransigência com relação à corrupção. De forma que até me pareceu natural essa especulação. Não sei onde ela nasceu. O que vi, a partir daí, foi uma República que, em alguns aspectos, causava cuidado; em alguns aspectos, a coisa tinha descambado para um certo deboche.

Vi, outro dia, no jornal uma notícia que durante três dias permaneceu como verdade. Dizia-se que uma senhora, portadora de uma criança em seu ventre, havia sido seqüestrada como objetivo de induzir em hospital o nascimento da criança, para que ela pudesse ser vendida para o exterior. O que dá credibilidade à notícia é que ela era completada com um artigo que dizia que a Polícia Federal informara que, no ano passado, três mil crianças foram vendidas para o exterior. Apesar da hediondez contida nessa informação, ela passou como verdadeira durante três dias, até que alguém chegou à conclusão de que a pobre mulher, em conseqüência do acontecido e do aborrecimento do marido pela perda do filho,

que ocorrera no quinto mês de gravidez, havia criado essa história. Mas ela passou como verdadeira. E passou como verdadeira, porque chegamos a um estágio em que os valores de tal maneira foram violentados, que, a rigor, isto parecia possível de acontecer.

De repente, abro o jornal e vejo na capa da frente uma menina de treze anos de idade, com uma faca denteada nas costas. Acima disto, a indignação nacional se manifesta. Mas, a rigor, já li, ou alguém me disse que fora publicada uma notícia, e aquela fotografia era o resultado de uma brincadeira inexistente. Ocorre que não há neste País quem tenha dúvida, quando viu a fotografia, da veracidade da mesma. Por quê? Porque chegamos a um ponto em que até isso pode ser admitido. Confesso, repito o fato com certo constrangimento. Não posso entender que o nosso companheiro de Congresso afirme ter recebido uma importância em dinheiro, um presente do qual está desculpado, porque o fez no instante em que era Relator do Orçamento e não havia assumido o Ministério. Mas porque essas coisas se tornam possíveis? Elas se tornam possíveis porque o grau de desagregamento atingiu uma raia insustentável. Isso significa que tudo está perdido? De jeito nenhum. Temos um Presidente da República eleito legitimamente pelo povo. Não ajo de outra forma senão reafirmando o que disse meu partido na sua primeira manifestação partidária, após a eleição do segundo turno, ocorrida num domingo; na quarta-feira, reunido aqui, meu partido, exarou uma nota em que dizia o seguinte: reconhecemos a legitimidade da eleição do Presidente da República e não precisamos de nenhum favor.

Estávamos simplesmente reafirmando o nosso compromisso com o processo democrático. Isso confere ao Presidente da República a obrigação de sugerir as mudanças em relação aos problemas que o País enfrenta.

E, por outro lado, o PSDB se coloca em oposição a este Governo. Foi talvez o primeiro partido que, organicamente, se manifestou em relação ao novo Governo. Mas o que é importante não é o posicionamento relativo, o que é importante é a afirmação inicial, que é até mais pesada do que isto, de compromisso democrático e de reconhecimento da lisura e da validade da eleição. Continuamos a ter um Presidente eleito pelo povo.

Quero declinar, na minha visão pessoal, que considero ótimo que o Presidente da República nos diga que, daqui para a frente, não teremos qualquer ato de decrepitude moral. Aplaudo as escolhas de Hélio Jaguaribe, de Celio Borja, de Eliezer Batista, nos quais acredito, menos ainda do que na competência de cada um, naquilo que deles sei, pelo passado de cada um. São homens em relação aos quais o futuro, provavelmente, resguardará sua passagem pelo Executivo, através de uma obra decente. Não tenho a menor dúvida de que, nesse aspecto, certamente agirão corretamente.

Creio que o processo esteve longe de ser o indicado, depois dessa mecânica pelo qual se afastou o Ministro Jarbas Passarinho num mesmo balaio em que figuras moralmente menos expressivas que S. Ex^a estavam. E é razoável, e é esperança de todos nós, e é exigência de cada um de nós que pelo menos o ângulo moral seja preservado em cada escolha.

Não creio que uma democracia se faça meramente com moralismo, mas a decência e a dignidade são condições indispensáveis, necessárias, embora não suficientes. Não é por um governo ser sério que as organizações políticas se definem a respeito do governo. Ser sério é sua obrigação e o compro-

misso deste Governo é a reiteração de um compromisso feito no início e, até onde leio nos jornais, não cumprida até então.

Mas nem nisso, se é uma nova fase que se está iniciando, parece-me que agiu, pelo menos dentro de parâmetros éticos razoáveis.

De repente, se anuncia um nome e se toma conhecimento da admissão de uma figura — falo com absoluto conhecimento de causa —, que Hélio Jaguaribe foi convidado para o Ministério e aceitou. O que era de se esperar, quando um Governo traz uma proposição de conduta nova? Era que esse Governo, tendo em vista o fato de que ele é membro da Executiva Nacional de um Partido, no mínimo, promovesse a gentileza de natureza política de telefonar ao Presidente do partido e dizer: “Vou formular um convite, para ocupar um cargo de confiança dentro do meu Governo, a alguém que pertence à direção nacional do seu partido”.

Que terá querido dizer o Presidente da República quando não agiu dessa maneira? Seguramente não estava convidando alguém do PSDB, pois se o fizesse, o faria para o partido e não para a pessoa, ao cidadão, como fez, cuja envergadura de natureza moral e política é absolutamente indiscutível. E é nessa condição que o Sr. Hélio Jaguaribe está no Governo. Ali, seguramente, ele não representa o PSDB, embora não precisemos, nem façamos nenhum favor em reconhecer-lhe as qualificações, a sua dimensão, seja de natureza moral, política ou profissional.

Mas, seguramente, o Sr. Hélio Jaguaribe é, hoje, alguém que serviu ao seu partido na dimensão do convite que recebeu. Foi convidado como cidadão, aceitou como cidadão e é nessas condições que ocupa esse cargo.

Quero crer que, se todos os nomes forem dessa qualificação, não teremos problemas morais no futuro. Isso tornará o jogo político convencional muito mais fácil de ser realizado.

Sempre me manifesto em relação a esse Governo com uma figura que conviveu conosco nesta Casa: o Senador Jorge Bornhausen, que quase é, sem ter sido, e quase foi demitido, sem ter assumido. Mas eu sempre digo que eu sou um homem profundamente diferente dele politicamente: ele é um homem de visão conservadora; eu não sou. Tenho a pretensão de me dizer um progressista, não sei se as pessoas me consideram assim, mas tenho esta pretensão. Sou capaz de me sentar com o Senador Jorge Bornhausen, e confiar que S. Ex^a não me dará uma facada nas costas. Tenho certeza que S. Ex^a pensa a mesma coisa a meu respeito. Assim a política se torna fácil, porque ela se faz dentro do terreno das idéias, das convicções, dos destinos que se perseguem para o País. São iguais para todos, embora os caminhos sejam diferentes.

Acabo de receber uma consulta pela emissora de rádio, estando, do outro lado um jornalista chamado Edevaldo Dias, meu amigo particular, jornalista de escol, do *jornal do Brasil*, que me perguntava, afinal, o que o PSDB espera de tudo isso. E ainda:

“O Presidente da República não monta o seu Ministério, porque está esperando o PSDB. Por que o PSDB não assumiu o Governo ainda?” Em primeiro lugar, não tenho conhecimento de que o PSDB sequer tenha sido procurado. Há dois dias, falava eu com o Presidente do meu Partido sobre essa notícia, que vi na televisão, e ele me confirmava que sequer tinha sido procurado. O nosso Partido, o PSDB, não tem nenhum constrangimento em conversar com o Presidente da República. Temos uma visão da democracia, e cremos que virtude, qualidade ou defeito não são contagiosos, pelo fato de conversarmos. Não nos constrange conversar com nin-

guém, porque nem temos a veleidade de, depois de conversar, obrigar alguém a perfilhar as nossas idéias. Não somos obrigados a aceitar que, conversando com alguém, obrigatoriamente teremos que aderir às suas idéias. Isso é realmente, convicção democrática. O Senador Jorge Bornhausen telefonou-me há pouco, e disse-lhe que contaria o fato desta tribuna; não vou comentar todo o teor da conversa que tivemos quanto à nomeação do Dr. Hélio Jaguaribe. Eu disse que procuraria o presidente do meu Partido hoje, o que considero perfeitamente legítimo. A última vez que o Partido conversou com o Presidente da República — e o fez com gala, com a presença do Presidente, dos dois líderes na Câmara e dos dois coordenadores na Câmara e no Senado — foi sobre o problema do parlamentarismo. E lá esteve apresentando a proposta que aqui tramitava, tendo como autor o Senador José Richa, e o beneplácito de uma maioria que permitiu essa tramitação.

O Presidente manifestou sua absoluta concordância com o processo, depois do primeiro turno. E tinha Sua Excelência mesmo um otimismo em relação ao fato que, afinal, não prevaleceu, porque durante a votação o seu Ministro da Justiça — e é difícil pensar que o Ministro Jarbas Passarinho faça algo à revelia do Presidente — esteve nesta Casa, ou telefonou, agindo em sentido contrário. Mas isso decorreu de uma conversa que tivemos junto ao Presidente da República e, em nenhum instante, este Partido teve qualquer demonstração de que ali estivesse o interesse público. Esse interesse público não nos encontra a postos. Poucas pessoas, neste plenário, defenderam tanto a negociação feita com os bancos privados lá fora do que os representantes do PSDB, às vezes correndo o risco de sermos mal interpretados; há quem nos qualifique de oposição *light* porque, afinal, em cada caso, exigimos de nós próprios o exame da necessidade do interesse público.

Mas leio nos jornais que o Governo, daqui para frente, a partir desta reformulação, baseado no entusiasmo que se criou na opinião pública — e eu não nego que criou, não nego que a opinião pública recebeu o anúncio da seriedade do Governo, com muito interesse e com enorme expectativa.

Leio nos jornais que o Governo pretende a coalizão. Imediatamente, outra notícia com aquela maneira simpática, às vezes até silente, o Senador Marco Maciel a corrigir: "Não, o Presidente não falou em coalizão, o Presidente falou em ir buscar gente da melhor qualificação dentro de cada partido. A base do Congresso é muito importante, sobretudo na medida em que ela seja individualizada. Base estruturada já existe. A do PFL e a do PRN." Essas são as declarações do Senador Marcos Maciel, às quais podemos entender como legítima defesa da sua parcela de poder.

Mas o que é um Governo de coalizão? Eu não conheço, na realidade. Fui buscar nos alfarrábios e não encontrei exemplo de um governo de coalizão, como não encontro exemplo disso em regime democrático. Li, hoje, um editorial no jornal **O Estado de S. Paulo** em que pouco mais ou menos se considera a convocação de pessoas, parlamentares, e sobretudo não parlamentares, para compôr essa nova fase, onde fala em governo de coalizão e governo de salvação nacional. O que é governo de salvação nacional? Será aquele ocorrido na Inglaterra, que deu exemplo ao mundo, sob sucessivos ataques aéreos, mantendo suas instituições funcionando? O que é governo de coalizão?

Imediatamente me jogam na cara o famosíssimo Pacto de Moncloa. Mas o Pacto de Moncloa não se direcionou para nenhum governo de coalizão. O Pacto de Moncloa montou uma estrutura onde se permitia que as dissensões ocorressem.

O Pacto de Moncloa foi o compromisso comum de garantir a democracia exatamente para com ela haver o plurinismo, para que cada um pudesse defender a sua visão do mundo dentro de um processo político negociado.

Estamos nessa situação no Brasil? Não! Já vencemos, a ditadura, pelo menos teoricamente. O Presidente é o resultado de uma eleição, diria até, bastante livre. Ela foi influenciada por fatores externos à figura dos candidatos? Sem dúvida alguma! Mas teve um grau de liberdade bastante razoável, aceitável para uma incipiente democracia. Portanto, não se trata disso. Trata-se de quê? De resgatar o País de problemas profundamente diferentes?

O que é "governo de coalizão"?

Abro o jornal e a manchete diz, depois de uma entrevista dos editores dos jornais com o Presidente da República: "**COLLOR DESEJA GOVERNAR COM A OPOSIÇÃO.**"

Também aqui fico tentado a examinar o conteúdo das palavras. Collor quer governar com oposição? Ou Collor quer governar com a Oposição?

Porque oposição existiu até agora. Oposição é necessidade intrínseca do exercício do regime democrático. O Regime democrático, Srs. Senadores, não se funda nas unanimidades. Pelo contrário, ele se funda nas dissensões. É a única forma pela qual se pode negociar politicamente a resultante de diferentes opiniões. E, ao invés de se fazer isso pela luta armada, se faz via Congresso, via instituições sociais, via componentes de classe etc. Nunca o interesse do trabalhador vai ser semelhante ao interesse do empresário. A sua lógica e os seus objetivos são diferentes.

Estava eu numa reunião do meu Partido, em São Luis, da qual participava o Presidente da Associação Comercial, ocasião em que ouvi um líder sindical chamá-lo de companheiro. Companheiro, como o Senado sabe, etimologicamente quer dizer aquele que divide o pão. Portanto, aquele trabalhador necessariamente estava encontrado um terreno comum, onde seu interesse, diferenciado do empresário, atingia uma etapa comum. O que ocorrera? Fora executada uma concorrência sobre a qual pesavam dúvidas e o empresário, enquanto Presidente da Associação Comercial, colocou a boca no mundo. Imediatamente, encontrou a solidariedade de um líder sindical em cima do fato de que a dignidade, o caráter, a seriedade são pontos comuns onde há coincidências de pontos de vista. Mudaram os interesses do trabalhador? Mudou o interesse do empresário? Não. Apenas, no problema específico houve um terreno comum, dentro do qual as conveniências se somaram.

O que é governar com a Oposição? É transformar Oposição em governo. O que significa, supondo que a afirmativa não seja "quero governar com oposição," seja, quero governar com a Oposição? Significa, quero que a Oposição venha para dentro do Governo. Mas a oposição dentro do Governo já não é oposição, é Governo.

Será razoável a nossa democracia se basear em uma única vontade. Mas isto é expressão das ditaduras, onde a vontade não é a única, mas aquela vontade se impõe. A democracia é exatamente o inverso. É a tentativa da negociação política buscando resultantes para componentes divergentes.

Aí me atenho a um fato. É extraordinário o que acontece com o meu partido. Para o meu partido as notícias sempre caminharão na frente dos fatos. Antes mesmo de o Presidente assumir, se dizia: o PSDB vai para o Governo. E uma vez feita a notícia, o fato tem que ocorrer. Se ele não ocorre, ocorre pelo menos a seguinte notícia: "Os tucanos estão loucos

para ir para o Governo." Não importa se eles foram convidados vinte ou trinta vezes, e não foram, o que importa é que eles estão loucos para ir para o Governo.

Ouçó falar que o meu Líder, Fernando Henrique Cardoso, vai ser Ministro das Relações Exteriores. Por que não terá sido? Ouçó falar que outros companheiros nossos foram convidados a ocupar ministérios. Sempre me excluíram, acho que seja por incompetência, seja porque fui concorrente — muito natural que isto ocorra — mas há vários companheiros nossos que têm sido citados e até não lhes fazem nenhum favor. Em uma fase de anúncio de seriedade, a expectativa do PSDB estar presente é até razoável, me parece.

Seria um crime participarmos deste Governo? Não, não diria nisso. Crime não. Se o partido entendesse, e ninguém vai nos ditar o que fazer, a não ser os que pertencem a ele, que para o País, menos que para nós, isto fosse importante, não tenho dúvida alguma de que participaríamos. Se fosse o resultado de uma afeição democrática, interna — e caso o seja —, não tenho dúvida de que participaríamos. Não é um ponto de vista que defenda — e não posso deixar de fazer tal colocação —, porque, Sr. Presidente, comecei dizendo que aqui trazia a minha opinião pessoal. Creio que não devemos participar do Governo por várias razões. A primeira delas é pelo nosso real compromisso com a democracia. E reafirmo o que disse há dois anos ao Presidente da República: "Desejo-lhe o maior sucesso." Quero que Sua Excelência seja capaz de construir um esquema que, por sua vez, seja capaz de resolver os grandes problemas nacionais. Quero que Sua Excelência seja capaz de montar um Governo, sobre o qual não parem dúvidas, em relação ao qual — volto a insistir — a nossa conduta passará a ser a de combate leal e efetivo sobre quem pensa diferentemente. O Presidente da República conta, na entrevista que concedeu, ontem, aos Editores políticos, que pensava há muito tempo no assunto. Preparou até o espírito desta Nação, publicando uma série de artigos, dentro dos quais montava um esboço do que é a ideologia e a programação presentes em seu Governo. E o que é essa ideologia? Talvez, ela possa se sintetizar com algumas palavras: é o que o próprio Presidente chama de liberal-democracia. Bem, mas nós não somos liberais-democratas; somos sociais-democratas! Há espaço na nossa democracia para que duas posições antagônicas, diversas, diferentes, possam, de forma competente e democraticamente construídas, se confrontar normalmente, ou é mais fácil que cada um de nós abra a sua posição, se incorpore num único corpo e transfira para lá o debate? Porque nenhum de nós vai abrir mão do que é, pelo fato de aceitar um Governo! O que nos unirá, então? O fato de sermos ocupantes de cargos?

O debate que, hoje, se trava neste Congresso deve ser transferido para o âmbito do Executivo, com a presença de figuras de cada pensamento. Aí, erroneamente se diz o seguinte: "Mas isso é o parlamentarismo!" É coisa nenhuma!

Parlamentarismo é expressão de uma maioria momentânea que resulta em aliança, sem dúvida alguma, mas que enfrenta uma oposição onde outras alianças opostas estão montadas. A dialética da democracia se funda no fato de existir governo e oposição.

Não é obrigação de ninguém aderir ao Governo para servir ao País. É absolutamente falso dizer que, porque se é oposição, não se serve ao País. É perfeitamente possível servir ao País sendo oposição!

Estou aqui com a justa pretensão — e durmo à noite, quando encosto a cabeça no travesseiro — de que, da minha parte estou tentando servir a este País.

Volto a insistir que o meu partido é uma instituição democrática, que se funda em vontades majoritárias. Mas, tenho para mim presente que, a rigor, o espaço que se abre para profundas conversas, é o debate dos rumos que este País vai tomar.

Recentemente, encontrei duas extraordinárias manifestações, coincidentemente, de dois franceses.

Uma delas de um especialista em questões estratégicas, Sr. Pierre Lellouche, e a outra de um pensador, Sr. Alain Touraine, que analisa as circunstâncias da América Latina, e aponta na direção dos desvios que acabamos de sofrer na nossa avaliação.

O Brasil não se deu conta, ainda, que tem a seu favor, no curto prazo, pelo menos dois fatores profundamente favoráveis. Um deles foi aqui exposto, com a maestria de sempre, pelo nobre Senador Almir Gabriel. Acabamos de conhecer um censo, cujos resultados nos estarreceram. Contrariaram todas as nossas expectativas de crescimento democrático. Demonstraram que, provavelmente no começo do século, teremos um perfil populacional extremamente favorável, sem termos passado por nenhum processo coercitivo de controle de natalidade; mas, sim, porque a sociedade caminhou nessa direção.

Por outro lado, este é, realmente, um país profundamente favorecido pela possibilidade de vinda de capitais; por quê? Pela simples razão de que esses capitais virão muito mais para a América Latina do que para o Leste Europeu; ao contrário do que se pensa. Eles virão para a América Latina e se direcionarão preferencialmente para o Brasil. Sabem por quê? Porque, hoje, o ativo financeiro, neste País, é comprado "a preço de banana"! É o país da América Latina onde é mais fácil comprar uma empresa, aplicar na Bolsa ou ingressar capital estrangeiro! Mas, mesmo para a visão liberal, para o neo-liberalismo, estamos cometendo um erro de avaliação brutal! No Brasil, confundiu-se neo-liberalismo — ou liberalismo — com a destruição do Estado, o que é algo inaceitável, impensável; um erro de formulação brutal! O Brasil foi Estado antes de ser sociedade — essa é uma constatação do Alain Touraine — e os fatos mostram! Nós, em nome do liberalismo, da competição internacional, começamos por arrebentar o Estado! E hoje temos um Estado "frouxo", um Estado que perdeu seus funcionários para que ficassem em casa, um Estado que, hoje, não presta serviço em qualquer área, um Estado que perdeu o papel que tem a desempenhar! E confundir inteiramente inaceitável! Mas, a necessidade de competição, de inserção, dentro de alguma coisa que seja a aldeia global, não se confunde com a destruição do Estado! Uma coisa é abrir mão de empresas que estejam mal, outra é a introdução de certas práticas ou de certas regras inteiramente inaceitáveis, que partem sequer do desconhecimento que ele teve e ainda tem hoje! Volto a insistir: a apreciação nem é nossa, mas de um pensador francês, que classifica que a maioria dos países passaram de um regime autoritário para um regime não autoritário, mas que estão longe de ter uma democracia. Diga-se, de passagem, que Lellouche afirma que, "talvez uma das únicas experiências democráticas ocorridas na América Latina seja a Constituição brasileira, a recente". É bom que tenhamos um pensador estrangeiro que pense assim, quando ela é tão detratada dentro do País. Mas, talvez ela tenha

sido, no seu entender, o único exercício de formulação democrática aceitável, que se voltou para um estudo teórico.

O que cumpre fazer, neste instante, por parte de quem não é governo, ou pense diferente não é atirar em nome de algo que o tornará impraticável. O Governo simplesmente não andaria, em face da fato de que luta pelo pensamento, que hoje ocorre nas mais variadas faixas da sociedade, e se instalaria dentro de quatro paredes.

O que fazemos com a Ciência e Tecnologia? Esse é um problema que deve ser colocado.

Outro dia, fui visitar, como Presidente de uma Comissão de Inquérito que aqui foi instaurada, as instalações voltadas para a ciência e tecnologia que existem em Campinas. Há o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. O Brasil é o único lugar abaixo do Equador que tem instalado um laboratório dessa ordem, de tremendo significado para novos materiais, para uma série de atividades de ponta na tecnologia. Pois bem, durante dois anos seguidos foi adiado o cronograma. No último ano, porque o cronograma financeiro demandava 5 milhões de dólares, que não é nada, o Governo disse: "Não posso fazer este ano porque não tenho dinheiro". É possível até que não tivesse. Mas no mesmo instante em que não deu esse dinheiro, deu 500 milhões de dólares para os usineiros do Nordeste, para salvar as suas indústrias. Mas, afinal, onde é que está a prioridade? Será que nós não compreendemos que o chamado liberalismo aponta na direção da competitividade, aponta na direção da alocação de recursos, aponta na direção de saber o que eu faço com este País? É o que aconteceu logo depois da guerra! Em determinado instante, a partir de 1917, se disse: "O que compete fazer hoje para se desenvolver é a indústria de base, é a planificação russa. O que compete fazer hoje, depois de destruído, é recompor o parque industrial". Foi o que aconteceu na Alemanha, no Japão, a partir do término da guerra. O que cabe fazer hoje? Que destinos queremos dar a este País? Este é o grande debate que se trava. E, para fazê-lo, o PSDB está à disposição. Nós estamos dispostos a conversar com o Presidente em quaisquer circunstâncias, se o que estiver em jogo for o interesse nacional.

Ora, o que fazemos com a educação neste País? Eu não tenho nenhum constrangimento em dizer que os militares deram um enorme salto no setor de comunicações e fizeram um tremendo retrocesso no setor da educação. E para aqueles que acham que o Estado é um vilão, eu quero lembrar que os tigres asiáticos nasceram numa presença muito forte do Estado, no mínimo na formulação de certas políticas. O que fazemos com a educação? O que fazemos com a ciência e tecnologia? No mundo de hoje, e a história do mundo mostra isso, as nações que primeiro dominaram o mundo nasceram de uma forma de energia: era o vento que impelia as naveas e levavam-nas aos rincões desconhecidos. O advento da máquina a vapor colocou a Inglaterra na frente das demais nações; foi o petróleo que trouxeram os Estados Unidos, com a quantidade que possuía, para o primeiro plano do mundo. E foi a energia nuclear que colocou a Rússia no primeiro plano. Não fomos capazes de entender, ainda, que há uma nova forma de energia destinada a comandar este século. Este é o conhecimento. Nisto, que está aqui, 80% é material, 10% é mão-de-obra e 10% é conhecimento. Mas num chip de computador 4% é material, 96% é conhecimento concentrado. É isso que está fazendo os tigres asiáticos dar o grande salto qualitativo que deram. Não somos capazes de firmar uma política. Não temos um projeto nacional. E a grande

tarefa que incumbia a este governo, respaldado pela votação popular, era exatamente liderar o grande debate nacional que pudesse construir isso. O PSDB está à disposição para essa tarefa. Queremos ser — e somos — parte integrante, pela representação que temos, desse objetivo. O PSDB está disponível para isso? Fora disso, esperamos que o Governo realmente atinja os objetivos que traçou; que el emonte, daqui para a frente, uma equipe, no mínimo, inatacável, do ponto de vista moral. Não espero que ela faça a política que eu ache correta. Mas a política que eu acho correta foi submetida à vontade popular e não foi a vitoriosa. Só que a democracia — é a rotatividade do poder. E tenho que esperar a vez para recolocar aquilo que é a minha formulação, aquilo que é o que acredito.

Não, os problemas nacionais não se resolverão se todos nós formos para um único lado. Não acredito nas unanimidades. Não acredito que todos possam pensar da mesma maneira. Não acredito sequer que todos possam caminhar na mesma direção.

É fácil para mim entender o conceito de que, se todos remarem na mesma direção, o barco vai mais depressa. Mas será que o destino que cada um deseja é o de remar na mesma direção? Será que não estaremos destruindo o objetivo que cada um persegue se, para ir mais depressa, remarmos em direção contrária ao objetivo que queremos atingir?

Estamos colocados diante de um fato: leio em todos os jornais que o PSDB decide se unir ao Governo.

Triste notícia essa. Notícia que, afinal, reproduz aquilo que tem sido a constante.

Volto a dizer, para o meu Partido, a notícia sempre correu adiante do fato, e passamos a ser caudatários da notícia. No mínimo, numa demonstração que não precisa ser feita, de que não fomos, mas estamos loucos para ir.

Essas coisas não se resolvem dessa maneira. Não é este o caminho, o percurso para que uma democracia possa ser firmada.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS — Com muita honra.

O Sr. Humberto Lucena — Vejo que V. Ex^a chega ao final do seu pronunciamento, que foi ouvido silenciosamente pelo Plenário, como sói acontecer sempre que V. Ex^a assoma à tribuna, pelo respeito que todos têm pela sua palavra. Ouvi, atentamente, V. Ex^a que não me surpreendeu, pois conheço bem o seu perfil de homem público, desde os tempos em que juntos estivemos no MDB, V. Ex^a como Líder e eu como seu Vice-Líder, na Câmara dos Deputados, nos idos de 1968. O Mário Covas daquela época é o mesmo Mário Covas de hoje.

O SR. MÁRIO COVAS — Obrigado!

O Sr. Humberto Lucena — Isso é muito importante, nobre Senador, num País em que as pessoas e os políticos mudam com tanta facilidade de idéias, posições e partidos. V. Ex^a é um homem coerente, que merece admiração. Por isso eu me rejubilo ao ouvir as suas palavras na tarde de hoje. Tenha V. Ex^a certeza de que este seu pronunciamento é oportuníssimo porque, na verdade, eu mesmo, como Líder do PMDB, ainda hoje fui procurado por vários jornalistas, para me indagar se sabia que o PSDB estava se compondo com o Governo, se eu estava informado de que o ex-Governador Tasso Jereissati, Presidente do seu Partido, estava agora mes-

mo se encontrando com o ex-Senador Jorge Bornhausen, Secretário do Governo. Afirmei, então, que não tinha informação, mas que podia garantir, pelo que sei das figuras mais preeminentes do PSDB, do seu próprio Presidente, por quem temos, também, o maior apreço, pela maneira como se conduziu no Ceará, pelo renome que conseguiu a nível nacional; de V. Ex^a, das suas posições e dos seus demais companheiros, sobretudo do Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso, que essa adesão não ocorreria. Devia se tratar de mera especulação, aliás de maldosa especulação, que não aproveitaria em nada ao Governo, que a meu ver tenta, inclusive, confundir a opinião pública, fazendo crer que a oposição está sendo cooptada. O caminho não é esse, V. Ex^a deu o caminho. Com muita sabedoria, com muita competência, V. Ex^a fez uma análise de tudo que está acontecendo, colocando a nu, num verdadeiro *strip-tease*, tudo que ocorreu neste Governo em matéria de corrupção. V. Ex^a, como eu também, reconhece que há um aspecto positivo nessa nova tomada de posição do Presidente da República, ao reformar o primeiro escalão do seu governo, com o propósito de retomar o seu compromisso com a austeridade. Mas não é somente isso. Faz-se mister, agora, que o Governo, ao tentar se recompor do ponto de vista moral, o que, como disse V. Ex^a, é uma obrigação e não um favor, diga a que veio quanto aos grandes objetivos nacionais. A nossa grande divergência, nobre Senador Mário Covas, nós, da Oposição, nós, do PMDB, nós, do PSDB, nós, do PDT e dos demais partidos, não é só — e já seria muito — no que tange à falta de austeridade do atual Governo, pelo menos até agora, apesar dos bons propósitos manifestados pelo Senhor Presidente da República. A nossa maior divergência é quanto ao plano de Governo. Não somos favoráveis à recessão brutal que aí está, levando o País ao desemprego, ao arrocho salarial sem precedente na nossa história. Se ponto, justamente, que entra a questão final de V. Ex^a, com a qual o PMDB também concorda. O Senhor Presidente da República não deveria pensar em cooptar a oposição. Isso é impossível, pois seria uma farsa um regime democrático de unanimidade. A oposição faz parte, como disse V. Ex^a, fundamental do contexto político, com o papel de fiscalizar os atos do Governo. Do contrário, onde é que iríamos chegar? O Senhor Presidente da República deveria ter um gesto de humildade e reconhecer que os aspectos fundamentais do seu plano econômico não estão dando os resultados esperados. Tanto assim que, apesar de todo o otimismo manifestado pela equipe econômica, sabe V. Ex^a que persiste uma inflação mensal acima de dois dígitos, o que acredito não ser nenhuma vitória. Ora, se o Governo não conseguiu realmente domar a inflação e, também, retomar, pelo menos gradualmente, o crescimento econômico, o que é o essencial para um País como o Brasil voltar a se desenvolver econômica e socialmente, que o Presidente admitisse as distorções e erros do seu plano e convocasse, então, para uma mesa-redonda, os Presidentes de todos os partidos políticos, os líderes empresariais e sindicais, a fim de repensarmos juntos o Brasil, como bem colocou V. Ex^a. Cada um tem o seu ponto de vista. Os partidos que estão no Governo — PFL, PRN, sob o comando do Presidente Collor — são hoje sociais liberais. Aliás, a Marilena Chauf fez um excelente artigo na *Folha de S. Paulo*, criticando essa posição *sui generis*. Parece que tudo foi baseado nos estudos de Merchior. É uma novidade em matéria de ciência política. Somos também um partido voltado para a social democracia. Portanto, a nossa postura é bem diferente da do Governo. Por isso, no mínimo, nessa mesa-redonda

teríamos que chegar, como lembra V. Ex^a, a um projeto nacional, que não seria nem do Governo, nem da Oposição, mas da sociedade. E aí V. Ex^a, mais uma vez, tem razão. Como nos Pactos de Moncloa, não iríamos para o Governo, mas, se o projeto surgisse, em termos de sociedade, aprovaríamos todas as medidas consensuais dele decorrentes no Congresso e iríamos fiscalizar a sua execução desse projeto pelo Governo, continuando na Oposição, para que a democracia se consolidasse no País, respeitado o princípio da rotatividade a que V. Ex^a se refere. Esperaríamos a nossa vez, que virá certamente em 1994, quando o povo brasileiro há de fazer uma outra opção, já que essa, ao que parece, não deu certo. Meus parabéns a V. Ex^a

O SR. MÁRIO COVAS — Agradeço ao nobre Senador Humberto Lucena, pois, afinal, crédito ao seu pronunciamento a amizade que sempre nos uniu. Aqui cheguei um pouco depois de V. Ex^a, mas tivemos uma longa convivência, através da qual sempre tive a oportunidade de aprender não apenas os conceitos, mas sobretudo a generosidade e o carinho que sempre me dispensou.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Nobre Senador Mário Covas, em primeiro lugar, estou de acordo com as linhas gerais do seu pronunciamento. Aliás, posso dizer que estou de acordo com a totalidade do seu pronunciamento. Queria apenas enfatizar ao que V. Ex^a colocou, e também foi colocado pelo Líder Humberto Lucena, que creio que o Governo perde uma excepcional oportunidade de mudar os seus rumos, a sua direção, porque isso não é simplesmente mudar os seus ministros, seus auxiliares, seus colaboradores, posto que infelizmente, em todo esse clima de mudanças que de fato recebeu um apoio de amplos setores da população brasileira, não se cogita de alterar as políticas públicas desse Governo, quer dizer, a forma de conduzir o Governo. Não se altera a visão de mundo desse Governo. A meu ver, essa é mais uma oportunidade que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, perde. E já a perdeu em várias outras ocasiões. Uma delas na sua própria posse. É muito difícil falar em coalizão nacional quando, ao invés de se procurarem os partidos políticos, as suas várias direções nacionais, procura-se convocar um ou outro membro de um ou outro partido político, como aconteceu com o PSDB e com o meu Partido Democrático Trabalhista. E pior ainda, quando não se cogita sequer, Senador Mário Covas, de se trabalhar em cima de um programa comum, dentro de uma visão mais aberta, mais democrática, de quem não é o dono da verdade, de que os rumos desse Governo não estão errados apenas pelo lado da moralidade, do mau uso do dinheiro público, do tráfico de influências e de todas essas denúncias que são tão comuns na imprensa brasileira e aqui mesmo dentro deste Congresso nestes últimos tempos. Quer dizer, faltam duas preliminares absolutamente importantes para a mudança: uma delas, a convocação dos partidos políticos, e não só, como, também, das centrais sindicais de trabalhadores, das entidades do empresariado. Empresários, trabalhadores, políticos para formular um programa comum em torno do qual pudesse haver o chamado entendimento nacional. Em outras palavras, Senador Mário Covas, como V. Ex^a procura direcionar no seu discurso, quero também concordar: parece que tudo muda para permanecer exatamente como se encontra. Creio que é nesse sentido que o

Governo Collor perde mais uma excelente oportunidade para não só alterar, insisto em dizer, a moralidade, a corrupção, as denúncias, mas também as formas e os rumos do Governo. A idéia de um projeto nacional, que, se não alcança unanimidade, V. Ex^a nisso tem razão, pelo menos tenha o apoio dos mais amplos segmentos da população. Assim é que se faz o entendimento nacional. Creio que o PDSB, o PDT, como, creio, todos os brasileiros de boa vontade, estariam dispostos a abrir mão de uma ou outra das suas considerações, dos seus princípios, dos seus postulados, porque assim é que se faz, em torno desse que fosse um projeto comum. Esse projeto comum sequer, num momento como esse, é cogitado. A mudança para um programa mínimo de todos esses setores sequer é considerada em toda essa discussão, em todo esse barulho, neste momento da vida nacional. Por isso, cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, concordando com a essência do seu pronunciamento e reiterando que o Governo, ao que parece, faz muito barulho, como é um pouco do seu estilo, mais uma vez parece apegado à pirotecnia, ao espetáculo, pois há um certo gosto por esse tipo de atitude, mas para no meu juízo, tudo exatamente como se encontra.

O SR. MÁRIO COVAS — Agradeço muito ao Senador Nelson Wedekin a excepcional contribuição e sobretudo manifesto a minha satisfação por ver a identidade a respeito dos pontos de vista que aqui expendi, sem a pretensão de estar traduzindo toda a verdade ou apenas ser dela o proprietário.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Mário Covas?

O SR. MÁRIO COVAS — Pois não.

O Sr. Albano Franco — V. Ex^a mais uma vez, como de costume, prende, através do silêncio e do respeito, o Plenário desta Casa para ouvi-lo. Duas razões, dois motivos, Senador Mário Covas, fazem com que eu solicite, neste momento, um aparte a V. Ex^a. Em primeiro lugar, o conteúdo do seu pronunciamento na tarde de hoje; em segundo lugar, porque V. Ex^a me deu a honra, nos últimos pronunciamentos aqui dessa tribuna, de onde fala na tarde de hoje, acerca do entendimento nacional, de brindar-me com o seu aparte sério e sereno. Não tive o privilégio de ouvi-lo desde o começo porque não tinha conhecimento desse pronunciamento e porque estava fora da Casa assinando um convênio da maior importância para o País. Mas na parte que tive a oportunidade de ouvir, com o respeito e a atenção que V. Ex^a merece, reconheço, mais uma vez, a sua coerência e seu espírito público, inclusive já manifestado, através dos seus pontos de vista, nos apartes concedidos quando eu discorria sobre o entendimento nacional. O importante, Senador Mário Covas, é que V. Ex^a reafirma o seu compromisso com o interesse nacional, em servir o País e, de qualquer forma, dá um crédito de confiança ao projeto nacional que o Governo possa enviar para ser discutido pelo Congresso Nacional. Entendo a preocupação de V. Ex^a em separar a participação partidária no Governo, pelas conversações mantidas até o presente momento, sem a intenção de, em momento algum, deixar de ajudar o Presidente na questão do projeto nacional, dos interesses nacionais. V. Ex^a teve oportunidade de se referir à questão do Pacto de Moncloa, que temos acompanhado e examinado. Inclusive, no final de 1984, trouxemos ao Brasil, pela primeira vez, alguns dos que assinaram esse Pacto, como o Secretário-Geral do Partido Comunista, o Secretário do Partido Socialista e o Presidente, na época, da Confederação das Organizações

Empresariais Espanholas. V. Ex^a discorreu, historicamente, sobre a verdade. Mas, nobre Senador Mário Covas, o Partido de V. Ex^a, que, hoje, merece o respeito e o apreço da sociedade brasileira, não vai se furtar, não vai se negar a apoiar tudo que for de interesse do País, enviado pelo Governo para nossa apreciação. Tenho certeza de que esse diálogo, nessa nova fase que o Governo atravessa com os líderes do seu Partido, merecerá um estudo especial de V. Ex^a, que, como todos nós, pensa nesta Nação. O Brasil está acima de todos. Portanto, nesta hora, é preciso deixar os interesses partidários, as questões políticas, para pensar no desenvolvimento nacional. A crise que vivemos é séria, grave e tem merecido a preocupação de V. Ex^a, cujo trabalho temos acompanhado de perto. Sou um admirador e respeito muito V. Ex^a, que tem colaborado, contribuído e valorizado os nossos pronunciamentos. A questão a que V. Ex^a se referiu, tendo como exemplo os Tigres Asiáticos, é fundamental para o futuro do País: o conhecimento intensivo. Torna-se fundamental o nosso ingresso nessa fase de modernidade, mas é necessário que exista essa compreensão política. Mais uma vez, com este aparte, quero expressar o meu respeito por V. Ex^a, principalmente porque o considero um homem coerente e com espírito público.

O SR. MÁRIO COVAS — Agradeço muito, Senador Albano Franco, e há instantes que sentimos até um certo constrangimento. Na verdade, as considerações de V. Ex^a, sobretudo no plano pessoal, são para mim profundamente gratificantes. Agradeço muito e incorporo ao meu discurso, como uma enorme contribuição, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon — Prezados Senador Mário Covas, felicito V. Ex^a pelo significado do seu pronunciamento, que soma muito a esta Casa. Não há dúvida nenhuma que todos crescemos um pouco com o discurso de V. Ex^a, pela análise, conteúdo e profundidade dos conceitos. É importante, de vez em quando, que alguém, com o gabarito e a competência de V. Ex^a, faça uma análise, falando à Nação em termos do restabelecimento de algumas verdades que são tão importantes. Sou um grande admirador de V. Ex^a.

Quando o vejo na tribuna, lembro que, se não votei em V. Ex^a — votei no Dr. Ulysses — torci, quando da proposta do Dr. Leonel Brizola de renunciar, assim como o Lula, para que V. Ex^a fosse candidato. Votei no Lula no segundo turno, mas tenho a convicção de que, se V. Ex^a tivesse sido o candidato, muito provavelmente outro seria o resultado daquela eleição. Por isso, admiro V. Ex^a pela firmeza, dignidade, seriedade com que faz as suas colocações. Creio que o Presidente da República está vivendo um momento muito importante. Chamou-me a atenção, na longa entrevista que Sua Excelência prestou à imprensa, o argumento de que, nos últimos dias, 2/3 do seu tempo estavam sendo dedicados à leitura e meditação sobre as notícias de corrupção do seu Governo. Acompanhamos o que a imprensa vinha noticiando com relação ao seu Governo. Entretanto, no momento em que o Presidente da República tem a franqueza de dizer que 2/3 do seu tempo vinham sendo ocupados na reflexão, sobre essas notícias, é possível entender o seu pensamento de que, ao convidar pessoas de gabarito, seriedade e compenetração, receberia os aplausos do povo, dando por encerrada a sua missão. É lamentável que S. Ex^a tenha sido obrigado a perder 2/3 do seu

tempo à leitura de notícias, sobre corrupção. É verdade que nunca conseguiremos afastar a corrupção de nenhum governo, pois é inata à condição da sociedade, do homem, faz parte de um percentual, porém não pode ser a linha total da direção de um Presidente. Certamente ao designar para os Ministérios da Saúde e Justiça pessoas como as que escolheu, cujos comportamentos podemos afiançar, será apenas o início. A situação é séria e, como diz V. Ex^a, é obrigação, não há mérito nenhum em ser sério. Sua Excelência, está começando do zero, principalmente por ter usado como paradigma da sua campanha o combate à corrupção. Ser sério digno e combater a corrupção é o mínimo que se espera de um governante. Não há necessidade de fazer dessa meta a bandeira do seu Governo. Da formação do seu primeiro Governo, pouco ou nada conhecíamos dos seus colaboradores, que, em sua maioria, foram pessoas sem partido, história ou biografia. Sua Excelência arriscou quando não considerou o partido, a sociedade ou a história, escolhendo exclusivamente com a autoridade dos seus 35 milhões de votos. Portanto é o único responsável pela saída dos ex-integrantes do seu Governo. Sua Excelência entendeu que não pode mais inventar. Quer escolher homens competentes, capazes, que o faça, mas não se esqueça de que, o momento em que admitir homens sérios e responsáveis, está somente começando a caminhar. A partir daí, queremos saber como irão atuar na área da educação, da saúde, dos transportes. Qual será a política a seguir, quais são as idéias; o que Sua Excelência quer ainda não nos foi dado a conhecer. Volto a repetir: cometerá um equívoco muito sério o Presidente da República se continuar a ser espelho dos seus Ministros. Não podemos olhar o que pensa o Ministro para julgar o Presidente. Não será pela atuação do Ministro Adib Jatene por exemplo — que reputamos muito competente — que faremos a nossa análise do Presidente Collor. Não é por aí. O Presidente da República — e concordo com o que disse V. Ex^a e o Dr. Brizola — que apresente um programa mínimo, com as idéias em torno das quais quer manifestar o seu Governo daqui para diante, e tenho a convicção absoluta de que Sua Excelência terá o apoio de grande parte da sociedade. Quando foi lançado o Plano Collor, o célebre plano do bloqueio, que causou impacto, Fidel Castro, do plenário da Câmara, ao procurar entender aquela medida, argumentava que nem mesmo na Revolução Cubana ousaram confiscar o dinheiro corrente depositado em branco. Mais tarde, soube-se como o plano foi elaborado, através do livro da D. Zélia. Mas o que pensa e o que quer o Presidente? Qual a sua proposta? Quais as suas idéias? Sua Excelência está ficando muito complicado. O Dr. Brizola, que é um homem muito competente, vendeu para ele — e acho que foi correto — a idéia dos CIAC, e o Presidente da República aceita. Porém, até agora, Sua Excelência não fez um pronunciamento dizendo que o projeto é dele e que Sua Excelência conhece a filosofia do Professor e Senador Darcy Ribeiro. Na verdade, Sua Excelência fala por outros permanentemente. Não tem idéia do que pensa e do que quer. Esse, no meu entender, Senador Mário Covas, é o primeiro posicionamento que estamos esperando por parte do Presidente Fernando Collor de Mello.

O segundo ponto do pronunciamento de V. Ex^a a que presto solidariedade completa é com relação ao equívoco que Sua Excelência cometeu de pinçar companheiros de partido. Por que não chamou o Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e lhe mencionou o nome do Senador Mário Covas para o Ministério da Infra-Estrutura; o do Senador Fernando Henri-

que Cardoso para o Ministério das Relações Exteriores; o do Deputado Euclides Scalco, ou do Senador José Richa? Dissesse ao Presidente do PSDB que gostaria de contar com essas pessoas. Caso ele lhe respondesse que não seria possível, o Presidente da República poderia ter lhe pedido que liberasse as pessoas escolhidas. Essa seria a média da ética de respeitabilidade do Partido político.

Por que não fez o mesmo com o PDT em vez de simplesmente convocar o prefeito de Curitiba? Por que não conversou com o Presidente do PDT, pedindo-lhe que o PDT participasse? Caso o Presidente do PDT lhe desse uma resposta negativa, Sua Excelência poderia solicitar-lhe que o correligionário fosse liberado para participar da equipe do Governo. creio que há, realmente, um equívoco sério.

A terceira questão, V. Ex^a a abordou com elegância. Já saíram os nomes; é uma nova linha. No entanto, aparecem, agora, em manchetes os nomes dos novos ministros. O cidadão recebeu tantos mil dólares para fazer sua campanha; recebeu um jet-ski para não sei o quê. Jet-ski para ele não é problema, porque corresponde ao preço de uma gravata que ele deu ao seu motorista. Qual o conceito de seriedade? Como vai analisar e o que vai querer? Sua Excelência não o diz. Então, segundo o conceito de seriedade para o ministro tal, um jet-ski corresponde ao preço de uma gravata, bem como receber X corresponde ao normal. Se o Presidente da República não diz o que quer, então permite que o seu novo Ministro imponha o seu conceito de seriedade. É esse o conceito do Presidente? Está na hora de o Presidente pronunciar-se para que conheçamos o pensamento de Sua Excelência. Mais uma vez quero dizer que é uma alegria muito grande a presença de V. Ex^a na tribuna.

O SR. MÁRIO COVAS — Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Vou terminar, Sr. Presidente, com duas ou três formulações de encerramento. A primeira delas é em relação à palavra do Senador Pedro Simon, ao reafirmar o que foi para mim muito simpático que cedeu ao impulso, muito legítimo, de votar no Deputado Ulysses Guimarães para Presidente da República. Consegui resistir a esse impulso; mas confesso a V. Ex^a que, lá no meu travesseiro, muitas vezes fiquei tentado a fazê-lo. Reconheço a dimensão, o significado, a história e a presença de Ulysses Guimarães nesse passado recente, talvez até basendo-se na sua conduta enquanto presidente do Congresso, enquanto componente da resistência democrática, enquanto Presidente do Partido a que ambos pertencemos durante todo o período de resistência democrática. V. Ex^a tem razão, Senador Pedro Simon, afinal forma-se opinião a respeito de uma figura de natureza política pela sua história.

Vi o atual Presidente, durante a campanha, eleger um adversário. Era um adversário, como Sua Excelência diz na entrevista de hoje, emblemático, mas muito sugestivo. Sua Excelência elegeu o marajá como seu adversário. E o marajá é uma figura significativa; ele permite que cada um a interprete segundo a sua própria visão. Para um trabalhador, muito provavelmente, o marajá é o patrão que não lhe paga o salário que ele imagina merecer. Para um empresário, o marajá é o funcionário que recebe muito e constrói o déficit público. Mas o marajá é uma instituição — com a vantagem de não responder à agressão — que simboliza todas as lutas contra qualquer forma de opressão. E eu o ouvi direcionar a sua luta contra esta figura.

Certas coisas acontecidas depois foram para mim muito incompreensíveis, muitos em desacordo com essa realidade. Um presidente estabelece o marajá como padrão de ataques, e, no dia seguinte à sua eleição, aluga um avião para tomar banho numa praia do Oceano, Índico, cujas belezas, seguramente, não são maiores do que as de Maceió, como, certamente, concorda o Senador alagoano. Realmente, causou-me surpresa.

Todavia a Nação inteira, neste instante, ou parte dela, está recebendo os fatos ocorridos de forma muito positiva. Não dá para negar isto. Meu Deus quem aplica nas bolsas de valores, recebeu com uma certa euforia, seja a manutenção do Ministro da Fazenda, seja o fato de haver uma reformulação que desloque do Poder a sucessão de acusações. Não são acusações gratuitas; são baseadas em fatos concretos, não posso negar isto. Pessoas que se identificam conosco se perguntam por que não ingressamos no Governo, como se os destinos da Nação estivessem, meramente, nessa decisão. Fazemos ou não a unidade pela ocupação de cargos? Será que se cada um de nós estiver dentro do Ministério, isso vai resultar positivo? Será que colocando "gatos e lagartos" juntos para execução de um determinado objetivo, teremos mais sucesso do que se permanecermos dentro de um grau de homogeneidade razoável?

Faço questão de afirmar que não posso fazer o discurso que faço, não posso pregar o que prego, se eu não disser o que vou dizer agora. Outro dia, o jornalista que me entrevistou perguntou-me se eu sairei do meu Partido se ele apoiar o Governo. Respondi-lhe que não posso pregar o que prego aqui, se admitir que meu Partido só está certo quando faz aquilo com que eu concordo.

Sou membro de um coletivo e, na medida em que esse coletivo aferir a sua vontade de forma democrática, sou escravo dessa vontade. Se, no futuro, o Partido decidir por uma atitude dessa, vai me encontrar em outra trincheira; defenderei o contrário, com os argumentos que aqui expendi. Mas não é legítimo que se tenha uma sustentação e que se pregue democracia para a casa dos outros. Não teria dúvida em dizer que o meu Partido faz a sua hora, e não há força externa que nos leve a uma atitude diferente daquela que a opinião majoritária resolver adotar.

Lembro Senador Albano Franco, em manifestações passadas a respeito de entendimento nacional. Fui sempre um cético em relação ao entendimento neste Governo por várias razões. Vi o instante em que empresários e trabalhadores, no Ministério da Justiça, sentaram-se a fim de discutir o destino para a economia do País. Para surpresa minha, apresentaram uma proposta comum. É um ganho político tão extraordinário que um Governo não tem o direito de jogar isso pela janela! O Governo reuniu-se uma semana depois, ignorou o que foi combinado e resolveu conceder 3% de abono. Jogou fora a enorme conquista política de fazer com que dois setores, antagônicos nos seus interesses imediatos, fossem capazes de formular uma proposta comum.

Importa pouco discutir a qualificação dessa proposta; importa muito discutir o avanço que isso significaria. Hoje se projeta — acho até que menos por iniciativa do Governo — certas políticas de renda que levam à redução de certos setores, o que considero muito positivo, uma atitude para ser estimulada.

O Líder do meu Partido veio a esta tribuna para dizer que sustentava, em face da gravidade do momento, alguma forma de entendimento. Previra ele esse desdobramento e qua-

lificava o que era entendimento. Entendimento é a tentativa da sociedade buscar alguns objetivos comuns, expor ao Executivo o seu posicionamento e à sua disposição em sustentar o Governo caso ele queira adotar esses objetivos.

Reafirmo hoje desta tribuna: na medida em que o Presidente quiser convocar toda a sociedade, seremos modestamente parte dessa tentativa, seremos parte de um processo no qual o conjunto da sociedade, ressalvadas as suas divergências, vai tentar buscar um projeto comum para este País.

Creio que, até por humildade, até por desnecessidade, o caminho não é a adesão ao Governo; o caminho para fazer isso é a manutenção da identidade de cada um, porque é a manutenção de identidade que permite a afirmação. Não somos um grupo de pessoas que se identificam pelo fato de adorarem o poder, de acharem que o objetivo da vida pública é a conquista de um cargo importante em um determinado dia. Somos homens que, afinal, supostamente, sustentam idéias que se confrontam, que se conflitam, mas que temos em comum o fato de que, sabendo que pensamos diferente, estamos dispostos a discutir para achar caminhos comuns.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um breve aparte? Vejo que o seu tempo está se esgotando.

O SR. MÁRIO COVAS — Ouço V. Exª.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Mário Covas, receei de princípio apartear-lo, porque notei que V. Exª, escrupulosamente, buscava definir a posição do seu Partido em face da conjuntura. Mas V. Exª desdobrou de tal maneira as suas apreciações, e o fez de modo tão civilizado, que eu me permitiria, agora, dar-lhe o aparte para lhe dizer que V. Exª, conclusivamente — é o que me parece —, deixa a todos nós uma reflexão ou uma indagação: a reflexão de que não há mudanças duradouras se não passarem oficialmente pelos partidos, e não há entendimento legítimo se não objetivar a realização de um plano admitido por diferentes forças políticas.

O SR. MÁRIO COVAS — São essas coisas que diferem a mera vontade de dizer do talento e da inteligência. O Senador Josaphat Marinho acaba de, em duas frases, traduzir o meu discurso, que demandou e tomou o interesse e o carinho de todos os Senadores.

Sr. Presidente, volto a insistir, trouxe aqui aquilo que reputo seja a minha contribuição pessoal; volto a insistir, sou um homem de partido. O meu Partido demanda as suas próprias posições, não aceita que quem quer que seja decida por ele. Mas o meu Partido partilha de uma idéia comum: há algo em que a nossa divergência com o Governo, embora continue existindo, não é maior do que o nosso amor pelo País. Portanto, não há nada que nos faça atuar contra o interesse do País, independentemente de continuarmos sendo Oposição a esse Governo. Continuamos a sê-lo, porque sustentamos que este País atingirá os seus objetivos de forma diferente da preconizada; porque somos fiéis aquilo que dissemos ontem; porque continuamos, afinal, onde sempre estivemos. Não porque nos mova qualquer temor de nos mexer, mas, porque, a rigor, ainda estamos convencidos de que, afinal, a nossa pregação tem fundamento na verdade.

O Sr. Marco Maciel — Se o nobre Senador Mário Covas me permitir, gostaria de interrompê-lo muito brevemente, apenas para fazer uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Devo intervir no debate e pedir ao ilustre orador que encerre o seu pronun-

ciamento, visto que já está há uma hora e trinta e três minutos na tribuna, como Líder.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, é uma intervenção extremamente breve. É apenas para dizer que a busca do entendimento nacional tem sido a preocupação de todos aqueles que se encontram nesta Casa. E não tem sido diferente, também, a conduta do Presidente da República. Prova do que afirmo foi a disposição demonstrada pelo Presidente da República ao oferecer ao País o chamado Projeto de Reconstrução Nacional. Lá está expressa e claramente dito que é um projeto aberto à discussão, ao oferecimento de contribuições e propostas que venham a permitir, através de um amplo entendimento nacional, a solução dos grandes problemas do País. Então, essa é uma proposta que está, conseqüentemente, em discussão, e para a qual devemos, penso, envidar os nossos esforços. Creio, como disse com propriedade V. Ex^a, meu caro Senador Mário Covas, que a busca da solução dos problemas nacionais é o que, naturalmente, interessa a todos nós, independentemente de siglas ou posições políticas ou partidárias. O que se fizer nessa direção é extremamente positivo. Sei que não é fácil. Muito tempo atrás se falou no Pacto Social. Dele fui defensor, nos idos de 84 e 85. E, talvez, pela complexidade da tessitura, da obra de engenharia política, tal não foi possível. Mas, em que pese reconhecer as dificuldades, não devemos perder as esperanças de encontrar uma solução que seja consensual para os problemas do País. E se não conseguirmos realizar o pacto social, será que não conseguiremos fazer pelo menos um pacto político? Essa é a questão que cabe lançar agora. Se o pacto social não foi possível, até pela dificuldade de identificar interlocutores, tal a complexidade dos problemas nacionais e a multiplicidade de autores, será que não é possível um pacto político, posto que ele abrangeria apenas os partidos políticos com assento no Congresso Nacional? Daí por que desejo dizer a V. Ex^a que essas idéias que constituem preocupação de V. Ex^a são também minhas. E posso, por extensão, dizer, com pleno conhecimento da questão, que são também preocupações do Presidente Fernando Collor. Ademais, concordo — como V. Ex^a fez questão de declarar — com a manifestação do Senador Josaphat Marinho. Era o que tinha a dizer a respeito do ilustre e substancial discurso de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COVAS — V. Ex^a me estimula de duas formas: primeiro, pelo aparte em si; e, segundo, porque acaba de mostrar que há sempre possibilidade, na oposição e na situação, de pesquisar-se caminhos comuns. Estamos inteiramente de acordo nisso e creio que dentro dessa ótica é perfeitamente possível avançar.

Sr. Presidente, de resto, quero ressaltar, ainda uma vez, o conteúdo democrático da Presidência. Certamente, a despeito de fazê-lo com todos os oradores, o Presidente faz em particular com o seu companheiro de Partido, a advertência oportuna, clara e procedente de que me alonguei demais. Por tudo isso, peço aos Companheiros do Senado e à Mesa as minhas desculpas e agradeço pela generosidade da atenção e dos apertes que recebi. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Mário Covas, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 14, item VII.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, desisto de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18h30min, destinada à apreciação das Mensagens nºs 147, 149 e 155/92, relativas à escolha de chefes de missões diplomáticas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva para uma breve comunicação.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentei um projeto de lei, hoje, já em fase de decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que visa alterar o sistema de transferência de financiamento destinado à aquisição da casa própria. E esse projeto tem o seu escopo total no seu art. 1º, que diz o seguinte:

“A transferência a terceiros de direitos e obrigações decorrentes de contrato de financiamento dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas, para o novo mutuário, as mesmas condições e encargos do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria.”

Este projeto, que volto a afirmar, se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já em fase de decisão terminativa, deverá ter o seu trâmite final nesta semana. Causou-me profunda estranheza uma carta enviada pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Álvaro Mendonça Júnior, aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pedindo que votassem contra o projeto. Diz a carta no seu anteprojeto no seu antepenúltimo parágrafo:

“O PLS nº 216, de 1991, a ser apreciado por V. Ex^a assegura transferência dos mesmos encargos e condições dos contratos do Sistema Financeiro de Habitação (art. 1º) independentemente de qualquer limite de valor original contratado, o que resultaria, se vier a ser aprovado, na oneração significativa do déficit potencial do FCVS, hoje calculado em 20 bilhões de dólares, apesar das atuais restrições de transferência de financiamentos contidos na Lei nº 8.004. Consta que o referido projeto poderá entrar, extrapauta, na reunião de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Ppelo exposto, o acolhimento do PLS 216, de 1991, contraria o interesse público, merecendo a rejeição da Comissão.

Sr. Presidente, jamais eu apresentaria um projeto contrariando o interesse público e aqui, como fiz a leitura, apenas a transferência do débito e os valores, tudo mais no contrato continuaria da mesma forma.

Agora, a carta do Sr. Álvaro Mendonça Júnior é que contém uma denúncia da maior gravidade ao dizer que já há um déficit de 20 bilhões de dólares. Isso me enseja a pedir aos meus colegas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; que aprovem o projeto, pois ele é de interesse público, principalmente dos mutuários.

Faço aqui, em razão da denúncia que ele apresenta, um requerimento de informações

Brasília, 1º de abril de 1992

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, informações junto à Caixa Econômica Federal sobre o déficit de 20 bilhões de dólares do Fundo de Compensação de Variações Salariais, anunciada em carta a diversos Senadores, pelo Presidente do órgão, Sr. Álvaro Mendonça Júnior, de modo a obter resposta às seguintes indagações:

- 1) Qual o montante exato do déficit do FCVS?
- 2) A quem, a Caixa Econômica Federal atribui a responsabilidade sobre o atual déficit?
- 3) Por que motivo a Caixa Econômica Federal não tomou medidas preventivas permitindo que este significativo déficit potencial do FCVS chegasse aos atuais níveis? — Senador Iram Saraiva, 4º Secretário do Senado Federal.

Apresento este requerimento de informações e peço aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que não levem a sério esta carta, porque o que pretende a Caixa Econômica Federal é repactuar os contratos e resolver, logicamente, esse déficit brutal já causado aos cofres públicos. Muito obrigado, Sr. Presidente

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Amazonino Mendes — Aureo Mello — Cid Sabóia de Carvalho — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Flaviano Melo — Guilherme Palmeira — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — José Sarney — Júnia Marise — Márcio Lacerda — Onofre Quinan — Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa atitude inusitada dentro do regime presidencialista, o Presidente Fernando Collor levou a supresa à Nação, quando pediu e aceitou a demissão coletiva do seu ministério e dos que ocupavam o primeiro escalão no Governo.

Analisando esse gesto, Sr. Presidente, vemos nele embutida a coragem política do Presidente Collor porque, como bem disse o jornalista Carlos Castello Branco, o Presidente “se via alvejado por setas que caíam sobre o coração do seu Governo”.

Foi um terremoto político, vamos assim dizer, que se abateu sobre a Nação que ficou perplexa. Nada disso é de se admirar, quando se conhece o temperamento do Senhor Presidente. Eleito pelo povo que nele acreditou, este povo tinha a certeza maior de que, por ele, este País entraria nas rotas definitivas do desenvolvimento e da honestidade administrativa. Graças ao caudal de suposições de corrupção ao redor do governo, do presidente não podia mais esperar. Ataques diuturnos e insistentes se espalhavam pela imprensa e no dizer do jornalista citado este mesmo Governo “estava precisando dessa escovadela, dessa faxina”.

Melhorar a economia do País é importante. Combater a corrupção é um imperativo. Mas isso só não basta. Mas o que é preciso mesmo, segundo o artigo de Castello Branco, é “eliminar toda e qualquer área de suspeição quando se trata de coisa pública, e essencial para resguardar o respeito e a confiança da população no trabalho da equipe e na liderança do presidente”.

O presidente fez uma cirurgia profunda. Pedindo a ministros e secretários que pudessem seus cargos à disposição, tudo indica que o Governo está partindo para um consenso político.

Consultando governadores e líderes do Congresso, o Presidente está montando sua nova equipe de Governo. O consenso que se busca está fixado em duas vertentes: 1) O novo ministro ou secretário escolhido deve render ao presidente possibilidades de ampliação de suas bases de sustentação no Congresso. 2) O escolhido deve estar afinado com o pensamento sócio-liberal que é o pensamento do Senhor Presidente da República.

Em meio ao furação da mudança ministerial, Sr. Presidente, a política econômica ficou intocável pela permanência de seu titular. Esta política deve continuar pela estrada da estabilidade financeira e pela continuidade. Isso vem provar que o Ministro Marcílio Marques Moreira está percorrendo o caminho certo.

Com as mudanças havidas, Sr. Presidente, não há dúvida de que está se dando início a um novo Governo Collor. Permanecendo Marcílio, Jatene e Goldemberg, além dos Ministros Militares, o Governo confessou que quer marchar com o “padrão qualidade”.

Há muito que o Governo queria mudar, desde quando fez a minirreforma do começo do ano. O que não se imaginava é que a reforma fosse tão radical e tão profunda.

Com tal reforma profunda e radical, o Presidente Collor não só quis estancar “o ciclo de escândalos de corrupção envolvendo integrantes do Governo” (*O Globo*), como quis conquistar o Congresso para lhe dar, através do voto, respaldo aos interesses do Governo, buscando para seu Governo gente qualificada de suas hostes. Assim, poderia contar com o respaldo do Congresso para as diretrizes de seu Governo.

O Presidente fez a reforma que está em andamento. Com isso, está ele cobrando a cooperação de todos, principalmente dos políticos para que este país se torne governável. Ruminando tais pensamentos, o Presidente Collor “estava convencido que era o momento exato para mudar radicalmente o perfil de seu Governo... Nele incluindo agora nomes de inquestionável honradez e credibilidade” (*Jornal do Brasil*).

No plano externo, Sr. Presidente, com a permanência do Ministro Marcílio Marques, que goza de credibilidade internacional devido à sua enorme capacidade de negociação, a política econômica do Governo está cada vez mais acreditada. Como prova disto está o sucesso da renegociação da dívida externa com os credores internacionais. Já no plano externo, a credibilidade do Sr. Ministro da Economia cresce porque a inflação está caindo seguidamente.

Não há como negar, Sr. Presidente, que o Governo ficou fortalecido diante da Nação e do Congresso, com a mudança que promoveu. Acelerou-se assim “o processo de entendimento com as forças mais representativas do País e cria-se a base de apoio parlamentar e político para a adoção das medidas que saltam por sobre as dificuldades que retêm o Brasil na visão do passado” (*Jornal do Brasil*).

Por fim, Sr. Presidente, citando o *Jornal do Brasil*, “não há qualquer dúvida de que a reforma reafirma e confirma as linhas da Política Econômica com a qual o Governo se comprometeu diante das entidades internacionais de crédito e que balizam, no plano interno, a disposição de liquidar a inflação no menor prazo possível”.

Sr. Presidente, no café da manhã de ontem, no Palácio da Alvorada, o Presidente Fernando Collor teve uma conversa com os jornalistas dos principais veículos de comunicação, quando, dentre outros assuntos, falou da reforma ministerial e afirmou que ela tentava “recuperar a nova capacidade de comunicação com a sociedade civil, com a classe política, retirando, se possível, todas as dúvidas que porventura existissem sobre a Administração Pública, buscando ganhar em densidade, com essas mudanças, e agregando setores que julgo muito importantes para essa nova fase que o País como um todo vivencia”.

Sr. Presidente, tal é a importância dessa conversa do Sr. Presidente da República com os jornalistas na manhã de

ontem, no Palácio da Alvorada, que peço à Mesa sua transcrição nos Anais desta Casa.

Agora, Sr. Presidente, é aguardar que os fatos confirmem que a esperança voltou ao coração brasileiro, e que este País alcance seu destino promissor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

LEIA A SEGUIR A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA DE COLLOR

Esta é a íntegra da conversa entre o Presidente Fernando Collor de Mello e jornalistas dos principais veículos de comunicação durante café da manhã ontem no Palácio da Alvorada, em versão sem revisão distribuída pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República:

Fernando Collor de Mello — ... para que nós possamos recuperar a nova capacidade de comunicação com a sociedade civil, com a classe política, retirando, se possível, todas as dúvidas que porventura existissem sobre a administração pública, buscando ganhar em densidade, com essas mudanças, e agregando setores que julgo muito importantes para essa nova fase que o país como um todo vivencia. Nova fase porque, se percebe, pelo menos esse é o meu sentimento, não sei se avaliado corretamente, se percebe uma recuperação grande internamente e externamente da confiança no país e no seu futuro, até porque os indicadores permitem que essa confiança seja retomada; os fatores são muito positivos na área econômica, na área agrícola, na área mesmo de programas sociais, perspectivas de recuperação do crescimento econômico, enfim, todos esses somatórios, faz com que a gente perceba o nascimento de uma onda de otimismo, ainda tímida, ainda vagarosa, mas a gente vê se formar no horizonte essa onda, esse sentimento, e isso muito estimulado também por uma boa visão que se tem do Brasil hoje lá fora, sem dúvida nenhuma, bem melhor do que há alguns meses atrás.

Então, aproveitando essa onda que percebe, vai se criando de otimismo e de confiança em relação ao país, é que se precisava aproveitar esse momento, para retirar toda e qualquer dúvida que estivesse existindo, quanto aos compromissos do governo, quanto aos seus reais objetivos, de modo a que isso se articulasse de uma forma harmônica e pudéssemos enfim, (...) frutos de todos esses meses, dois anos de sacrifício que a sociedade brasileira vem fazendo, junto com o governo. De modo que, acredito ser esse um momento muito importante, muito estimulante sobretudo, para que nós possamos prosseguir nessas reformas, na consolidação do programa econômico, na busca da estabilização, na retomada do crescimento que eu vejo já começa, faz parte dessa onda que me referi há pouco, de otimismo, embora ainda tímido, pequeno, mas (...) a gente vê nascer no horizonte. Há uma reativação da atividade econômica nítida, há uma retomada do nível de emprego, pelo menos não se está naquela escalada de meses atrás.

Esse episódio do acordo com as montadoras, eu acho que ele é simbólico, ele é emblemático. Força desse acordo, ele é muito grande, e isso começa a estabelecer um novo padrão nas relações, capital, trabalho e governo. A gente vê agora diversos sindicatos tomando iniciativas de propor aos patrões que participem dessas câmaras setoriais, que se busque um entendimento, que se busque uma saída, porque se nós verificarmos, esse acordo com as montadoras representou algo inédito nesse país, é tão inédito que as pessoas,

no dia seguinte pela manhã quando comunicaram, as pessoas não se davam conta: "Isso não é possível, dedução de vinte e dois por cento nos preços dos carros", com garantia de emprego para os trabalhadores com a, para utilizar um termo do Ministro Marcílio "com a fortificação do dissídio dos metalúrgicos", enfim, uma coisa (...), ao lado disso a inflação dando sinais de debilidade, para baixo, dando sinais de debilidade, quer dizer, se enfraquecendo e num regime de liberdade de preços, porque antigamente a gente via, com o preço controlado a inflação subia, hoje nós estamos vendo com o preço liberado a inflação baixar, e que preços não é. Hoje nós estamos aí com o preço do cigarro, leite, pão, combustível. Cigarro meu Deus do céu, quando é que a gente imaginava que pudesse. Eu acho que o Eduardo desde que nasceu convive com o tabelamento do cigarro não é, vinte e sete, vinte e oito anos, isso (...).

Tudo isso demonstra a vitalidade das chamadas, regras de mercado, que não são tão ruins assim, trazem os seus frutos, desde que bem orientados no sentido de ter linhas estáveis, de regras estáveis da política econômica e a minha presença sempre atenta, do(...).

Então, todos esses pontos são muito importantes e volto a dizer, estimulante. As nossas reservas que vão muito bem, e até estamos trabalhando no sentido de evitar que elas cresçam muito rapidamente.

Pergunta — E quanto são hoje, presidente?

Collor — Hem?

Pergunta — De quanto são hoje?

Collor — Olha elas estão bem robustas, não é, mas temos que tomar cuidado para que elas não cheguem rapidamente aos vinte bilhões de dólares. Cuidado no sentido de, no bom sentido, entendendo cuidado aí não como um, alguma coisa negativa; nós temos que cuidar para que o crescimento acelerado das reservas não venha de alguma maneira a prejudicar a política monetária, no sentido do impacto que isso teria em relação a expansão da base, e conseqüentemente do endividamento público e assim por diante. Nós temos que, (...) vamos desestimular a formação de reservas, absolutamente, porque elas são muito importantes, mas estabelecer um método de maneira que o crescimento dessas reservas não seja tão rigoroso como foi nos últimos dois meses.

A inflação, nós já falamos, de atividade, reativação da atividade econômica é palpável. A inflação, ontem foi anunciada

"O NOSSO É O VERDADEIRO GOVERNO DA TRANSIÇÃO. ELE PRECISA SER SEMPRE ABERTO AO CONSENSO, AO DIÁLOGO. ISSO INCLUI TODOS, INCLUSIVE O PT"

o IGPM, com uma queda de seis pontos e alguma coisa, em relação ao mês passado. As negociações com os bancos credores vão muito bem, está tudo caminhando de uma forma muito positiva, a nível interno esses acordos setoriais, de modo que a safra agrícola que é algo muito importante, quase setenta milhões de toneladas, sessenta e nove milhões e setecentos mil toneladas, isso é, Alberico participou ativamente da formação dessa safra, e ontem eu estava vendo também o Ceará; o Governador Ciro Gomes estava incomunicável ontem. O Ceará vai produzir um milhão de toneladas de grãos esse ano, é uma coisa extraordinária; no semi-árido, uma região difícil como a nossa lá no nordeste, vai produzir um milhão de toneladas. Então eu acredito que dentro desse quadro, com essa reformulação, ganhando com essa mudança em ter-

mos de densidade, ganhando em termos de uma maior participação de setores que estavam até então distanciados do governo, eu acho que nós nos aproximamos mais da sociedade e nos preparamos, todos para enfrentar os meses que estão aí por vir, que serão sem dúvida muito melhores do que os meses que estamos deixando para trás.

São essas as palavras que eu gostaria de, inicialmente colocar aos senhores e ficar a disposição.

Pergunta — Presidente, (...) a resenha sobre o livro da Katherine Mansfield (?), (...) fazer uma resenha agora sobre, como é que o Senhor...

Collor — Eu sou melhor na resenha em livros. (risos). Bom, essa idéia de promover uma reformulação, e de abrir canais em certas áreas, já vem sendo alimentada por mim há alguns meses, (...) desde final do ano passado, e eu imaginava que nessa movimentação a nível do primeiro escalão, eu teria que contar valeria contar ou poderia contar com pessoas de, dentro do espectro político, (...) e aí foi o que me determinou iniciar a publicação daquela série de artigos, e que eu desejei balizar doutrinariamente o governo, a partir dali, os convites que eu fizesse, as pessoas poderiam até dizer: bom essa é a coluna vertebral doutrinária do governo e eu posso aceitar, posso não aceitar, isso não está muito de acordo com que eu penso, (...) de acordo com aquilo que eu imagino. Vamos de alguma maneira criar um parâmetro.

Nós fomos atropelados no, infelizmente no início do ano, com aquelas questões envolvendo o ex-Ministro do trabalho, e também aquela luta em relação à questão do 147, criando um ambiente muito, de muita excitação, e então eu achei conveniente postergar, eu tinha planejado isso de modo a que nós pudéssemos, na passagem do segundo ano de governo, que ocorreu no dia 15 passado, podermos já estar preparados para esse novo período, todo o primeiro escalão já recomposto. Não deu para se fazer tudo, mas fizemos uma parte. Houve aí, ocorreu a vinda do Ministro da Saúde, a ida para o Ministério da Educação do Ministro Goldemberg, a vinda do, aliás o Ministro Goldemberg já estava, a vinda do Ministro Fiúza, do Ministro Stephanes e finalmente, a vinda do Ministro Jorge Bornhausen para a Secretaria, que acaba de ser criada, de governo, que é naturalmente uma Secretaria que terá um papel político preponderante, nesse novo quadro.

Bom, e depois as coisas foram amadurecendo mais, finalmente ontem, ontem pela manhã, no despacho das nove horas, conversando com os Ministros Passarinho e (...) o Chefe do Gabinete Militar e o Secretário-Geral, eu disse a eles que a situação estava chegando a um ponto que nos deixava a todos muito acomodados, e aí o Ministro Passarinho sugeriu que houvesse uma solicitação de renúncia coletiva, de todos colocarem o cargo à disposição, no que eu aceitei, obviamente a carta me chegou, uma carta inclusive muito bem redigida, parece que a redação foi do próprio Ministro Passarinho, com a assinatura de alguns, com a concordância de outros que estavam fora de Brasília, ou fora do Brasil, e iniciamos então em seguida, o convite para que, até agora dois brasileiros, ilustres, ocupassem os cargos, no caso o Ministro Célio Borja da Justiça e do Professor Jaguaribe, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, e estamos prosseguindo o item dois...

Pergunta — Da Justiça?

Collor — Célio Borja, e esperamos aí até final dessa semana, concluir todo esse processo.

Pergunta — (inaudível)

Collor — É possível que sim, mas não é certo.

Pergunta — Poderia antecipar para nós

Collor — É que eu não tenho ainda o nome, quer dizer, nós estamos conversando com algumas pessoas e não há ainda uma definição.

Pergunta — Presidente, o Senhor já sabe quem não fica?

Collor — É um rearranjo, é uma reformulação, é uma movimentação, então precisamos conversar bastante aí. Precisamos conversar...

Pergunta — Daí até o fim disso Presidente, o Senhor sabe dos que estavam, quem fica? Essa parte o Senhor já definiu?

Collor — Ainda não, ainda não.

Pergunta — Também não?

Collor — porque aí o meu desejo é evitar qualquer tipo de uma exposição desnecessária, mas do que já ocorreu.

Pergunta — Os mais recentes ficam? (risos)

Collor — Os mais recentes ficam.

Pergunta — O Senhor preferiu, a estabelecer contatos, com certa (...) os objetivos, (...) o senhor podia definir...?

Collor — Bom, nós temos aí, especificamente o PFL, que consolida, se consolida como principal partido de sustentação do governo no Congresso e é partido que está mais próximo de mim em toda essa conjuntura, aliás, desde o início do governo, junto com o PRN, formam um bloco. O PFL, depois os partidos que tem manifestado certa concordância com as propostas do governo, desde o início e que estiveram afastados, e aí nós temos o PDC, o PTB, PL, PTR, uma série de partidos, e esperamos ver, o que ocorreu foi que (...) uma reforma iniciada com a vinda do Ministro Jorge, do Ministro Stephanes e Fiúza, é que nós consolidamos a questão do PFL, consolidamos o PTB, consolidamos o PDC, então são esses canais que nós já iniciamos, foram abertos e (...) comunicação.

Pergunta — E o PSDB?

Collor — A questão do PSDB eu não posso ainda falar em termos de partido, porque o convite foi feito ao Professor, Hélio Jaguaribe, agora, naturalmente.

Pergunta — Ele aceitou?

Collor — Aceitou.

Pergunta — ... também aceitou?

Collor — Aceitou. Foram anunciados ontem, já à noite. Ontem eles já foram anunciados.

Pergunta — O Senhor está fazendo os convites individuais, não se pode falar numa coalisão.

Collor — Não, eu acho que até o momento não. A coalisão, quer dizer, incluindo o PSDB, porque na realidade o que nós estamos vivendo na prática é um governo de participação, governo de participação com todos os partidos que estão no Congresso, cooperando com o governo, tendo a sua co-responsabilidade afirmada, agora a nível de PSDB, ainda não podemos falar, porque o, como disse a conversa foi com o Professor Hélio Jaguaribe, com quem eu venho conversando muito, desde o início, agora eu espero que esse gesto e o fato do professor ter aceito esse convite, possa sinalizar a retomada das conversas com o PSDB, no sentido de nós encontrarmos fórmulas de convivência construtiva, de convivência em favor do Brasil, mas isso só o futuro imediato poderá dizer.

Pergunta — Quer dizer, exclusão mesmo só o PT e o PDT, estariam fora dessa...

Collor — Bom, eu não excluiria nenhum partido, eu não excluiria nenhum dos partidos. Eu acho que o governo, o nosso governo é o verdadeiro governo da transição, eu acho que esse, como tal é um governo que precisa estar sempre

muito aberto, muito aberto e muito disposto ao entendimento, ao diálogo, ao consenso, e o consenso inclui todos, inclusive o próprio PT, por mais que isso seja difícil, mas eu não, esse governo não é excludente, nem é seletivo, no sentido de ideologicamente, no sentido ideológico. Não é seletivo, ele deseja é agregar, ele deseja é adensar o seu entorno no sentido de podermos num trabalho solidário, recuperarmos o país. Eu acho que essa é a função do governo que eu sinto, de transição, como é o que nós estamos liderando e vejo também muita expectativa, essa nova reformulação da política que nós estamos às vésperas dela. Tudo isso é muito gratificante, viver um momento tão rico da vida nacional, (...) das experiências que nós estamos colhendo. Temos aí a reforma da constituição, temos agora possivelmente a antecipação da realização do plebiscito, a definição do sistema de governo, reforma eleitoral, reforma política. Então tudo isso, que seja outras reformas também, porque quando se fala numa reforma da constituição, se pode avançar na suposição de que outras reformas venham a acontecer em outras áreas, em outros campos. Então esse é um momento extremamente, eu diria, gratificante.

A presença do Ministro Célio Borja significa exatamente isso, quer dizer, nós precisávamos ter uma figura de notório e conhecido saber jurídico, que fosse a baliza política do governo, e que pudesse ser o promotor a nível de executivo, da discussão de todos esses temas que vão estar no nosso dia-a-dia daqui mais alguns meses.

Pergunta — (inaudível)

Collor — Hem? (risos) Diz o Ministro Jorge Bornhausen, que eu gosto mais de Udenista (risos).

Pergunta — O Professor Hélio Jaguaribe, ele defendia publicamente... a necessidade de se pensar no futuro, a necessidade de se tomar decisões rápidas hoje na área social, já que hoje, (...) seria hoje (...) explosão social daqui há dez, quinze anos. A escolha dele sinaliza para uma tarefa...?

Collor — Sem dúvida. Uma tarefa na área de programação.

Pergunta — Programação?

Collor — É. Ele inclusive, hoje, as dez horas, deverá estar concedendo a entrevista coletiva lá no Planalto, em que ele vai expor isso com muita clareza. E o Professor Jaguaribe além das atribuições inerentes à Secretaria de Ciência e Tecnologia, ele irá colaborar de maneira efetiva na programação das ações do governo na área social, de modo a que a essa retomada do crescimento econômico, com base na estabilização conquistada ou conseguida, que haja uma superposição, com uma programação articulada na área social. Isso tudo é de certa maneira (...), mais confortável de ser feito, porque já existe, tanto no plano plurianual, encaminhamos ao Congresso, como também nas ações do presente, que o governo vem executando, nós já estabelecemos prioridades (...), formação básica, Ciência e Tecnologia.

O maior crescimento percentual, segundo as informações do pessoal do orçamento em função dessa prioridade, em termos reais, acabou sendo da Ciência e da Tecnologia, porque, é claro, nós não podemos aspirar uma (...) no chamado mundo moderno, no mundo desenvolvido, sem que nós estejamos preparados para essa inserção com uma formação básica, extensiva a todos, sem uma correta visão no campo do conhecimento e desenvolvimento, quer dizer, com a Ciência e Tecnologia e com a formação básica nós estamos atuando nas

duas, (...) mas na base da formação (...) instrução e também na base da Ciência e Tecnologia. Eu acho que isso é o que está muito bem expresso pelos objetivos do governo e dentro disso, (...) informação básica, área social. A formação básica, ela é muito mais abrangente (...), se supõe, além da instrução a assistência médica, a condição para que a criança no caso, consiga mais do que aprender a ler, (...), escrever o seu nome, e junto com a preocupação, com o desenvolvimento científico e tecnológico e isso ele fará, caberá a ele realizar isso, ou seja, na área específica ele estará aumentando a importância e as atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Pergunta — Presidente, qual é efetivamente o papel dos Governadores nas negociações que o Senhor está fazendo? Qual a posição do...

Collor — Bom, os Governadores sempre são interlocutores muito importantes do Presidente. Eu fico muito satisfeito de nós podermos ter alcançado um nível de relacionamento com os governadores, que eu classificaria de excepcional, independentemente da questão do partido... são pessoas que trazem subsídios, trazem óticas diferentes, e naturalmente o Presidente precisa disso. Então ouvindo a todos, dá para se tirar uma; dá para se ter uma impressão de como está o clima geral, de um modo geral, e o caminho está mais menos, que as velas estão (...) na direção correta, para o vento bater e nós conseguirmos. Então ontem alguns governadores estiveram comigo. Hoje outros estarão também, conversamos bastante, (...) conversei com o Governado do Rio, ele estava viajando, mas falei pelo telefone, acho que amanhã para depois, talvez nos encontremos, até o final dessa semana...

Falei também pelo telefone com o governador Antonio Carlos Magalhães que está em Londres e também deverá chegar na quinta-feira, além daqueles com os quais eu mantive contato pessoalmente.

Pergunta — ... quando o Senhor anunciou de imediato aqueles que ficam, aqueles forem confirmados agora, eles não podem vir com novos...?

Collor — Acho que não, acho que não. Eu acho que no momento que colocaram os seus cargos a disposição, eles automaticamente, estão compreensivos e plenamente de acordo com o método que tenha sido estabelecido, às vezes não é nem método, (...) a própria circunstância, vamos preencher. Então é como se nós tivéssemos, vamos supor, na formação do governo, quer dizer, aqueles que foram escolhidos depois, não poderiam ser considerados (...) segunda classe, de primeira classe. Todos são iguais e todos aqueles que forem escolhidos ou ratificados, merecerão a minha confiança igualmente.

Pergunta — Presidente, (...) o Ministério continuará com essa...?

Collor — Nós estamos pensando ainda e trabalhando na possibilidade de um restabelecimento do Ministério do Trabalho. Isso e que nós estamos, é claro que de comum acordo com o Ministro Stephanes, porque a tarefa que ele tem dentro de si, é uma tarefa muito penosa e que exige uma dedicação integral.

Pergunta — Presidente, então ele está confirmado?

Collor — Hoje eu estarei confirmando, agora as nove e meia da manhã os nomes do Ministro Stephanes e do Ministro Fiúza.

Pergunta — Presidente, o Senhor se referiu a prioridade número um. A partir dessa base parlamentar (...). O Senhor tem uma escala de prioridades para as reformas estruturais?

Collor — A nossa prioridade maior agora, é num ajuste fiscal. Ajuste fiscal, e as emendas da Constituição e alguns projetos de lei que já estão tramitando no Congresso. (...) tem a questão da desregulamentação dos portos a questão da concessão dos serviços públicos, esses três... são prioritários em termos...

Pergunta — (inaudível)

Collor — Portos, concessão de serviços públicos e propriedade intelectual, e enfim,...

Pergunta — (inaudível)

Collor — A reforma da previdência foi cogitado e está naturalmente na ordem do dia nossa, quando do encaminhamento ao Congresso das reformas. As emendas da Constituição, mas foi retirada essa parte da reforma previdenciária, porque na consulta prévia que fizemos às lideranças do Congresso, nós só mandamos as emendas, depois de obtido oficialmente um consenso em torno dela, (...) não criamos um (...) no Congresso, porque precisamos de (...), em duas votações em cada uma das casas.

“EU ACREDITO FIRMEMENTE QUE A IMPRENSA EXERCE UM PAPEL VITAL NO PROCESSO DO PROGRESSO DA DEMOCRACIA”

Pergunta — Presidente, o Senhor não pensou em substituir os Ministros Militares?

Collor — E aí, só terminando (...), e aí nesse momento a questão da previdência, (...) mexer com questão da aposentadoria, não sei mais o que, tudo isso (...) também na correta conceituação de previdência e seguridade social. Então isso gerou uma reação forte no Congresso, então nós retiramos para conversarmos mais adiante.

Depois desse episódio que ocorreu na Previdência Social, eu fiquei muito satisfeito porque, estabeleceu do Congresso, e houve dentro do Congresso uma corrente importante, (...) de opinião dentro do Congresso, da necessidade de se discutir reforma da previdência nos termos que o governo havia sugerido a nível de emenda da Constituição. Então eu acho que isso sem dúvida passa por essa reformulação (...), não há nenhuma possibilidade da previdência social se manter do jeito que ela está. Esse da (...) as fraudes da (...) todo tipo, enfim é uma coisa horrorosa, e inteiramente fora dos padrões mínimos de eficiência administrativa, de (...) é uma coisa muito antiquada e nós precisamos melhorar isso.

Bom, então temos como prioridade a nível de reformas estruturais essas que; esses projetos a que eu já me referi mais alguns outros, num bloco. Num outro bloco as emendas da Constituição e o outro bloco esse mais importante, o do ajuste fiscal. Nós estamos preparando e deveremos encaminhar ao Congresso até julho desse ano, com perspectiva que venha a ser apreciado e votado pelo Congresso depois do dia 3 de outubro, quando se encerrar o período eleitoral. O ajuste fiscal é a mola mestra do programa de estabilização; sem o ajuste fiscal, nós não temos como dar consistência ao programa de estabilização. Então essas são as prioridades.

Pergunta — E receita pela despesa, como é que o Senhor verias assim, em linhas hoje (...) em relação também...?

Collor — Hoje nós estamos com as dificuldades que todos sabem, mas estamos bem, (...) com uma vigilância estrita em relação ao orçamento. Nós, no fim desses dois anos, nós temos mantido superávits constantes de caixa. (...) agora, o comportamento da arrecadação que não foi muito bom, mas nós esperamos agora, a partir de abril recuperarmos tudo, porque começará a gerar efeito, a reforma tributária de emergência, votada pelo Congresso em dezembro passado, em que entraria em vigor no sentido de começar a gerar (...) em abril, enfim, de modo que, e hoje nós estamos (...) aquilo que nós temos.

Pergunta — A rolagem da dívida dos estados. Está havendo atrito com os governadores?

Collor — Agora eu verifiquei que isso (...) uma questão. Os Senhores se lembram quando foi votada essa questão da rolagem, se criou um clima de que essa havia sido uma rolagem que favorecia os governadores, que havia sido, determinado partido, que havia sido uma barganha e que um partido importante no Congresso Nacional, é que havia imposto isso, e eu me lembro muito bem, isso já começou não só antes depois da votação, no decorrer da discussão, e eu me lembro muito bem, eu estava reunido com a equipe econômica, e (...) peraí, porque que estão dizendo isso. Estão dizendo que se nós estamos num comportamento de barganha, cedendo mais do que aquilo que a gente pode dar, ou dando, ou concedendo mais daquilo que a gente pode conceder, e aí começaram a fazer: olha, não nós não estamos entendendo. Porque esse programa de ajuste e de rolagem da dívida dos estados, é um ajuste muito forte, e aí vira-se o Presidente do Banco Central, o (...), diz assim: “Presidente, alguém vai sair enganado nessa história. Eu espero que não sejamos nós”. O Gross disse isso (...) Eu falei: “Mas o Gross, você tem dúvida de que isso é o correto, é isso que tem que ser feito, de que essa a maneira que a gente tem que agir. Ele disse: “Não, mas sem dúvida nenhuma eu não sei como é que estão tirando isso”. E depois de aprovado, aí então a coisa cresceu mais ainda: “Não sei o que, o partido tal é que forçou o acordo, forçou isso, o governo abriu as burras, para ter um acordo no Congresso”. E agora nós estamos vendo que não é bem assim.

Pergunta — (inaudível)

Collor — Mas São Paulo, bom, pelo menos pelo que eu tenho ouvido também, a gente percebe que São Paulo está um pouco incomodado com essa rolagem. São Paulo ficou um pouco incomodado com isso.

Pergunta — Problema do Banespa...

Pergunta — Agora, Presidente o Senhor acredita que numa reforma tributária pra valer, (...) seja possível...

Collor — Reforma tributária fiscal.

Pergunta — ...diminuir a carga, a reforma fiscal, seja possível a gente montar uma arquitetura pela qual a carga tributária acabe diminuindo com a retomada do crescimento econômico, essa que está virando um reclame mesmo da sociedade...

Collor — Sem dúvida, o que nós desejamos é que o ajuste fiscal, ele signifique; primeiro, que o imposto recaia menos sobre a produção; segundo, que a base de incidência do imposto, se amplie mediante a incorporação dos setores da economia informal; terceiro, que ampliando essa base, se reduza a carga tributária, dentro daquela tese, daquela

máxima conhecida de todos nós, que se todos pagarem, todos pagarão menos. Então primeiro é reduzir o imposto incidente sobre a produção, incorporar áreas, setores que estão na economia informal e terceiro, aumentar essa base de incidência tributária, reduzir a carga tributária hoje existente, que é muito elevada e que sem dúvida nenhuma é necessário se... É exatamente esse um dos objetivos do ajuste fiscal, e com isso ganharemos em termos de aumento da arrecadação (...). Uma coisa, o Estado de São Paulo; o Governador de São Paulo, ele reduziu o ICMS dele, de 17% para 8% e os produtos de cesta básica. Bom, quando a gente imagina, bom, são tudo executivo, Governador, Presidente; reduzir imposto, bom, qual vai ser o efeito disso no comportamento da receita. Ai o Governador então, junto com outros Governadores tomou essa atitude mas eu conheço o exemplo específico, porque ele me contou em São Paulo, então (...), sobre os produtos da cesta básica, o ICMS, incidente foi reduzido de 17 para 8. E o que me aconteceu: primeiro, colaborou sem dúvida nenhuma para redução dos índices de inflação; e segundo, ele teve um aumento real de arrecadação, isso é uma coisa extraordinária. Quer dizer, então demonstra que essa relação causa o efeito que muitos falam, não. É? Que reduzir o imposto vai reduzir a receita. E esse é um dos pressupostos que o ajuste fiscal que nós estamos enviando ao Congresso em (...)

Pergunta — Presidente, (...) a reforma. O planejamento político e estratégico dessa reforma, seria correto ou incorreto detectar uns sinais de simpatia do Governo pelo parlamentarismo?

Collor — Bom, eu tenho, hoje, na secretaria do Governo, na articulação, portanto, política do Governo, um parlamentarista que é o Ministro Bornhausen. No Ministério da Justiça um outro parlamentarista, que é o Ministro Célio Borja. Na Economia outro parlamentarista, que é o Ministro Marcílio. Na cultura um outro parlamentarista, que é o Secretário Rouanet. Eu acho que o presidencialismo... Eu acho que de presidencialista só o barco (?) mesmo.

Pergunta — O próprio Presidente já disse que é parlamentarista, não é?

Collor — Sem dúvida, eu acho que o sistema parlamentarista de Governo é o mais adequado.

Pergunta — (inaudível)

Collor — Não.

Pergunta — Presidente, eu queria voltar só um pouquinho à questão do Boris Casoy. O Senhor pensou em algum momento em tirar (...).

Collor — Não, não pensei em nenhum momento.

Pergunta — ...dois deles também estão envolvidos na denúncia?

Collor — Não, veja bem, essa questão de envolvimento, denúncias, nós não podemos, eu não posso estabelecer um processo paralelo ao da justiça. Então, se há a justiça, à justiça cabe julgar, e eu sou muito obediente a toda e qualquer questão (?). Em nenhum momento sequer me afeta, do ponto de vista emocional, uma decisão da justiça que tenha a ver, por exemplo, à questões de Governo, essa coisa toda. Então eu acho que à justiça cabe decidir. Nós não podemos agir em função de algo que se coloque...

Pergunta — O Senhor, comemorando a reunião das 9 (?), (...) criou uma passagem que o Senhor disse que havia um constrangimento, uma situação que colocava o Governo muito constrangido. Que situação era essa?

Collor — O noticiário. Eu ocupava dois terço do meu tempo, da minha energia, diariamente, para ficar cobrando: "Vem cá, o que que é isso? O que que aconteceu? Traga aqui as provas de que isso não aconteceu. Já respondeu? Já mandou a carta? Já falou com o repórter, já falou com o editor? Eu quero isso, eu quero..." Quer dizer, ficava muito... Por mais que (...): "Não é assim, não aconteceu assim, não foi bem assim". De modo que tem que pensar em outras coisas, tem que estar com a minha cabeça voltada para outros desafios. Essa coisa é extremamente desgastante, e não tem porque isso estar acontecendo.

Pergunta — Como o Senhor analisa o papel da imprensa nesse episódio, Presidente? Será que a imprensa está exagerando, está fazendo acusações sem provas...?

Collor — Não, o papel da imprensa eu não posso, em momento nenhum discutir. Até porque eu acredito firmemente que a imprensa, ela exerce um papel absolutamente vital do processo do progresso (?) democrático. Quer dizer, eu tive, na minha família, o meu pai teve um jornal empastelado (?), o meu avô foi perseguido. E a frase dele eu até utilizei num artigo que publiquei (...), em que ele diz o seguinte: "A liberdade é para a minha alma como a pele e o meu corpo, sem elas eu não posso viver. Então, a liberdade compreendida, a liberdade na sua real dimensão, eu acho que ela (...) a participação de uma imprensa absolutamente desejosa de informar à opinião pública. E isso às vezes (...) assim: "Não porque é preciso voltar o SNI, é preciso voltar um órgão de informações". O que me causa calafrios. Porque se for fazer qualquer tipo de comparação até porque poderia ser entendida como depreciativa, mas o Dr. Tancredo dizia: "Meus olhos e os meus ouvidos são a imprensa".

— A imprensa exerce, nesse particular, um papel importantíssimo. E, aliás, não é somente aqui no Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Pawel (?), o (...): "Não, onde é que você viu?". "Tomei conhecimento pela CNN". Nesse livro "The Comanders", do (...), há uma passagem que o Paulo diz o seguinte: que ele não consegue manter uma decisão de Estado por mais de três horas, sem que chegue à imprensa. Então, quando eles tomaram a decisão de invadir o Kuwait, ou o Iraque, enfim, fazer aquela guerra lá deles, ele ficou na televisão, defronte à televisão, a CNN, para confirmar quanto tempo, ele disse que é uma média de três horas. Então, a decisão que eles tomam lá, no mais alto nível, segredo de Estado absoluto. "Top Secret", aquela questão toda, diz que, no máximo, três horas.

Pergunta — (inaudível)

Collor — Sabe o que ontem eu fiz? Nós começamos a conversar sobre isso, acho que foi nove horas da manhã, recebi a carta umas dez, dez e pouco, tomei a decisão, comecei a conversar com as pessoas, quer dizer, por volta de uma hora da tarde, talvez um pouquinho antes de uma hora, começou a haver, eu com o meu computador nas bolsas — dólar, ouro — as bolsas não sentiram nada. Mas ali, do Planalto, o pessoal começou a já...

Pergunta — Ontem o Pedro convocou os jornalistas para uma... uma e vinte, não é? Correspondeu o jornal — que

coincidência estranha — correspondeu ao seu jornal. O fim do seu jornal. Caiu no jornal dele, e ele conseguiu dar ainda.

Collor — Foi coincidência. Não, a questão do porque de 1 hora, deixa eu explicar o porque da questão de 1 hora. Por causa da Bolsa. O Pregão da Bolsa fechou 1 hora, depois tem o tele-pregão, uma coisa moderna. Mas aí nós tínhamos que, pelo menos, esperar o pregão quente terminar, que era 1 hora. Então, daí o horário que nós escolhemos, fazer depois de 1 hora. E também porque o Ministro ontem, o Ministro Marcílio, tinha um almoço (...) com presidentes, diretores de empresas estrangeiras no Brasil, as multinacionais. E estava marcado para 1 hora.

Pergunta — E conseguiram guardar 3 horas?

Collor — Foi guardado por três horas, e bem. Foi guardado bem, porque muita gente participou, e todos os Ministros sabiam, porque foi feito segundo eu soube, a coleta da aquiescência, esse documento redigido pelo Ministro Passarinho foi feito, por telefone. Então, quer dizer, acho que 16 ou 20 pessoas sabiam disso, fora as pessoas internas, e não vazou.

Pergunta — E é verdade, Presidente, que a gota d'água teria sido a informação divulgada pelos jornais da investigação pedida pelo Ministro Passarinho, a respeito do Sec. Tuma(?)?

Collor — Olha, o que eu ouvi do Ministro Passarinho é que isso não aconteceu. Eu ouvi do Ministro Passarinho. O Ministro Passarinho disse que vinha conversando com o Ministro do Exército, e tal, enfim.

Pergunta — Eu queria perguntar ao senhor: no domingo de manhã (...) da Radiobrás (...) Quer dizer, o clipping da Radiobrás de domingo era um verdadeiro noticiário policial, eu imaginei o senhor lendo esse clipping, e falei: "Algo tem que acontecer nesse país, de hoje para amanhã". Ninguém estava trabalhando mais em sintonia com o senhor. Mas eu pergunto o seguinte: Aquele clipping pode (...).

Collor — Não, eu não diria decisivo. É claro que é sempre mais informações que a gente tem.

Pergunta — É o somatório enorme de notícias negativas.

Collor — Porque eu começo a ler, no domingo, eu começo a ler os jornais de trás para a frente. Então eu pego os jornais, pego lá O Globo, tiro a primeira... deixou o primeiro caderno, pego o caderno do Grande Rio, Internacional; da Folha pego todos aqueles cadernos que são também muito bons, economia primeiro, e, todos os cadernos também; do Estado, o Caderno 2, os cadernos de cultura, no Estado, eu acho que é no sábado, no sábado ou no domingo, eu não sei; no JB eu pego no sábado o caderno Idéias e pego o Caderno B e a parte internacional quando vem fora do primeiro caderno. Enfim, o primeiro caderno eu leio depois. A Veja...

Pergunta — Para não se aborrecer...

Collor — Não, porque senão eu não consigo curtir os outros, entendeu. Você lê o primeiro caderno, aí você já cria uma série de bloqueios, e aí você não consegue curtir uma leitura agradável, como essa do final de semana que os jornais trazem.

Pergunta — Gazeta de Alagoas...

Collor — Não, porque a Gazeta, o jornal não chega. Estou dizendo os jornais que eu recebo. O Correio Braziliense, o Caderno 2, tem um caderno de música que é bem interessante. Enfim...

Pergunta — Então o senhor lê os quatro primeiros cadernos e(...)

Collor — Aí depois eu vou assuntando o clipping, depois eu faço o clipping.

Pergunta — Que nem, jogador de pôquer, Presidente, aquele que vai abrindo uma página de cada vez, bem de leve?

Collor — Não, eu abro assim, eu abro rápido. Aí vou olhando, vou vendo. Pelo clipping eu começo a ler os columnistas, os chargistas também. Aliás, o Globo está com cada charge...

Pergunta — Isso é um elogio?

Collor — Não, sem dúvida, é um elogio. Os chargistas são muito bons, o da Folha também é engraçado, que tem um traço diferente, um traço bem diferente, um traço bem particular. Ele é de São Paulo?

Bom e aí passo a vista no clipping, e depois, aí sim, eu leio a Veja, eu pego no sábado à noite, quando recebo o clipping a revista IstoÉ é Também. De modo que é mais ou menos assim que eu tomo conhecimento do dia a dia. E nos dias normais eu pego todos os jornais aí não, durante a semana eu já leio, coloco todos assim numa mesa, abertos, e aí vou abrindo aqui, aqui, e acolá, e aí você percebe mais ou menos alinhado, percebe mais ou menos a questão de diagramação, os títulos como é que foram dados, qual o enfoque que está sendo dado. Aí você vai vendo, e às vezes diz assim: "Puxa, como seria bom se aqui invertesse o sentido, e fosse positiva a matéria". (Risos.)

Pergunta — O senhor tem a estimativa do tempo que o senhor dedica à leitura diária dos jornais?

Collor — Ah, no mínimo uma hora. E os telejornais eu vejo todos eles num compacto que o Cláudio Humberto fez, que é muito bom aquilo.

Pergunta — O Senhor vê quando chega em casa?

Collor — Vejo quando chego em casa. Aí vejo a Manchete, vejo a Bandeirantes, Globo e SBT.

Pergunta — Fica horrorizado.

Collor — Não, eu sempre assisto com um espírito muito crítico, eu não posso, em momento nenhum ter um comportamento do tipo: "Ah, isso é uma injustiça". Não, aí é que você começa a (...). Tem que sentir, ver e ler...

Pergunta — ...estavam sendo acusados, amigos seus, companheiros de campanha, de vida política. Qual é o seu sentimento diante disso? Como é que o senhor fica? Qual a sua atitude pessoal?

Collor — Eu não posso fazer ou precipitar nenhum tipo de julgamento definitivo sobre isso. Tenho que esperar que a justiça se pronuncie, mas pelo simples fato de se dar oportunidade para o noticiário, já é para mim extremamente incômodo. Será que nós não estamos batendo na mesma onda, será que nós não estamos sintonizados na mesma onda? Será que aquele nosso ideal, aquele nosso sonho, aquela nossa luta, será que aquele ideal acabou ou será que ele está entendendo de outra maneira? Então é muito... isso é muito duro por aí não é? A gente faz, sente com um certo pesar. Mas, temos que tomar as atitudes que nos cabem, temos que agir sempre com muita cautela, porque estamos tratando também com seres humanos, nós estamos tratando com pessoas e qualquer gesto de um chefe de estado, pode ser um gesto de condenação, até o próprio Presidente. Então, é preciso ter muita cautela, muita prudência, ter muita isenção para não tomar nenhuma atitude que de alguma maneira possa se ver no futuro que tenha sido precipitada.

Sem dúvida, tomar providências, tomar providências para evitar, para inibir e para que haja punição, no caso a justiça...

Pergunta — Presidente eu estou notando que o senhor está com um aspecto mais saudável do que nunca, isso é regime alimentar ou é reforma no ministério? Se for regime, qual é o regime?

Collor — Olha, outro dia eu estava falando, acho que com o Mário Sérgio, com o Eduardo, sobre essa questão da saúde, eu estava dizendo olha Eduardo, você veja o seguinte...

Pergunta — ...mais para mim do que para o Mário.

Collor — É, bem mais para o Eduardo do que para o Mário, eu disse olha, você veja o seguinte... essa questão de saúde, eu nunca vi um negócio parecido. De repente eu vejo na imprensa, publicado até um diagrama, um desenho do aparelho digestivo e dizendo que o Presidente da República come... eu tive até que assessorar junto com um médico, o que é isso? O que significa isso?

Bom, está doente, está não sei o que, além de outras moléstias mais graves como aquela delicadeza da Soninha naquela entrevista: O senhor está com Aids? (risos.)

Pergunta — O senhor deveria ligar para ela. Ela perdeu 25 quilos.

Collor — Eu soube, mas nós somos amigos de longa data, chegamos juntos aqui em Brasília.

Pergunta — ...ligando para o senhor, não sei o quê, perguntar para ela também.

Collor — Aí o pessoal diz: mas, Presidente, tinha que responder, não podia deixar uma pergunta daquelas... Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Então o que há na realidade é que emagreci sim, emagreci sim, por que emagreci? Eu estou fazendo dieta? Não, nenhuma dieta. O Alberico Rezende, que é muito rigoroso na dieta dele mas eu não faço nenhuma dieta, eu apenas como no horário normal, regular não como entre as refeições. Comer entre as refeições é mortal, é mortal. Agora, eu estava além do meu peso, estava muito além do meu peso, porque eu vinha de uma campanha, vinha de uma campanha eleitoral; alguns no período eleitoral emagrecem, outros engordam, e eu engordei, então, eu estava muito pesado, muito pesado. Eu passei um pouco da conta hoje eu estou com o meu peso de 20 anos de idade. Talvez eu perca mais três quilos, mas não faço nenhum esforço para isso, estou me sentindo muito bem, muito disposto, com muito ânimo, com muita vontade de prosseguir aí nessas tarefas.

Pergunta — (inaudível).

Collor — Muito, eu durmo pouco.

Pergunta — O senhor vai anunciar hoje duas (inaudível) ...está certo pela outra?

Collor — Do Fiuza?

Pergunta — (inaudível) O Rouanet. O senhor elogiou o Rouanet agora há pouco. (todos falaram ao mesmo tempo) O Tuma fica?

Collor — Isso aí depende, dependerá naturalmente do ministro da Justiça, que...

Pergunta — O Tuma é parlamentarista? (risos) E a reorganização do Palácio do Planalto, do gabinete do presidente?

Collor — Isso eu vou deixar para o final, será a última...

Pergunta — Qual é a última?

Collor — A nível de Palácio do Planalto.

Pergunta — Mas o embaixador pode sair, presidente?

Collor — Ficaré para o final. Eu vou avaliar, deixar para o final.

Pergunta — A coordenação política fica com quem, presidente?

Collor — Com o ministro Jorge Bornhausen, do...

Pergunta — E o ministro Célio Borja fica com a parte jurídica?

Collor — Parte jurídica, parte jurídica. O Ministério da Justiça retorna às suas atribuições básicas, justiça...

Pergunta — Assessorando o ministro Bornhausen.

Collor — É, e dois (inaudível).

Pergunta — Presidente, o senhor disse que este é um governo de transição. Como o senhor avalia a transição na sociedade? Eu pediria ao senhor um esforço de reflexão semelhante ao que o senhor fez a respeito da imprensa. Quer dizer, o senhor acha que a sociedade hoje está maniqueísta, ela está amargurada?

Collor — Não, maniqueísta não, acho que a sociedade, ela está, consciente do sacrifício que vem fazendo. Naturalmente quando se pede sacrifício ninguém faz esse sacrifício com prazer, é uma coisa um pouco doída, um pouco... Mas a sociedade, ela... E é muito próprio do brasileiro, mantém esperanças no país. No fundo, continua confiando, continua esperançoso, e eu acho que há uma percepção, porque o povo intui muito, o povo intui de uma maneira muito forte, o povo pode ser inculto mas ele não é burro, pode não ter cultura mas não é burro. Tem uma intuição fortíssima, percebe isso nas camadas mais baixas. Hoje a gente percebe essa intuição, ele vai e reclama: "ah, não sei o quê, por que isso, não sei o quê. A gente vai e deixa, mas e aí? Eu acho que não vai dar, mas não sei o quê, não sei o quê lá". Quer dizer, sempre a gente encontra esse outro dado, que graças a Deus isso acontece, porque num processo como este, de transição, essa compreensão, por menor que seja, mas de certa forma consistente que a gente percebe, é muito...

Pergunta — E as elites, o senhor teria mudado seu julgamento depois desse acordo com o (inaudível).

Collor — Melhorou um pouco o meu julgamento.

Pergunta — O senhor hoje já recomendaria que as pessoas voltassem a comprar carro?

Pergunta — O senhor parece que ficou frustrado com aqueles editores que cercaram a publicação dos seus arquivos, me parecia que o senhor queria levar para o terreno de (inaudível) menos grosseiro. Mas essa sua indignação, por exemplo, ontem (inaudível) são por exemplo dívidas do ponto de vista ideológico. Célio Borja é um conservador, tradicionalista, um católico tradicionalista, enquanto que o professor Jaguaribe é um dos inquietos (inaudível).

Collor — Mas tem pontos coincidentes, tem pontos que aproximam o ministro Célio Borja, e além de deles terem pontos que coincidem, há o seguinte: depois de um certo nível, como esse que tem o ministro Célio Borja e o professor Jaguaribe, as coisas, aí, elas caminham e não vão na linha de confronto, mas na linha da complementaridade, as coisas se desenvolvem num outro patamar, numa outra dimensão, e além disso eu já detectei alguns pontos coincidentes, tanto na personalidade, na formulação, de um como de outro. Eles têm por exemplo em comum o fato de serem parlamentaristas, eles têm em comum a necessidade de se promover uma série de reformas nesse país, inclusive uma reforma social intensa. Então há muitos pontos coincidentes, de modo que...

Pergunta — Vamos ter prognósticos menos sombrios.

Collor — É, vamos ver se agora todos nós...

Pergunta — A parte do ministério é do Jaguaribe, não

Collor — É do professor Jaguaribe. E nessa questão dos artigos...

Pergunta — Mas o Jaguaribe é sorriso (inaudível).

Collor — Nessa questão dos atritos, acho que também devo uma colocação aos senhores. O pessoal diz assim: plágio, né? Eu não (inaudível) aquela carta, então plágio. Isso começou na conversa minha com Merchior, pessoa, liberal rasgado, liberal clássico (inaudível) e também um homem notadamente de direito (inaudível), e aí eu comecei a conversar ele, eu cheguei como presidente eleito, ele absolutamente entusiasmado com o processo eleitoral recém cumprido aqui no Brasil... Esse é um momento importantíssimo para o Brasil, esse é um momento que o Brasil pode abrir a exportar, esta nova era, e ele dizia, muito entusiasmado, que "agora, presidente, eu estou com algumas coisas evoluindo e tal e ele com muito cuidado nas coisas que colocava e ele dizia o seguinte: eu queria fazer algumas observações, não sei se isso cabe, observações um pouco mais delicadas, minha grande preocupação é como o senhor vai governar, porque a sua vitória significou a derrota dos partidos, foi a derrota dos políticos, foi a derrota do movimento sindical, foi a derrota da igreja, foi a derrota de partes importantes da imprensa, foi a derrota das forças armadas, então, como é que o senhor vai conseguir governar tendo essa frente, pelo menos para ver cumprir... e outra coisa, então a sua vitória significou a derrota das instituições, então como governar o senhor — veja como essas coisas ficam — como é que o senhor vai governar com tranquilidade havendo essa enorme contradição? O primeiro Presidente eleito pelo voto direto, depois de 30 anos, toma posse com as instituições no (inaudível)? Aí eu acho que vai ser o seu grande esforço (inaudível), se recompor com as instituições e restaurar?

Eu disse, é isso mesmo, enfim e vim fazendo todo um esforço e venho fazendo, no sentido de ...que as coisas nesse sentido até que caminham relativamente bem.

Aí começamos a conversar mais, eu disse, Professor Merchior, como é que o senhor me encara do ponto de vista ideológico? Ele disse; Ah! O senhor é um liberal como eu. Aí eu disse, deixa eu te dizer como é que eu lhe vejo, lhe vejo assim e tal. Ele disse: é eu tenho assim essa... mais não é bem assim. Eu disse (inaudível) o que eu imagino é assim e tal, e fui então colocando as coisas para ele. E ele disse para mim: mas isso é uma coisa fascinante, isso é uma visão muito interessante (inaudível) tem alguma coisa parecida e aí foi lá e tal trouxe o... e o ...fala no social liberalismo mas o homem fala numa coisa mais instigante ainda e mais eu diria até atraente que é o socialismo liberal. Até discutimos lá um tempão nessa viagem e depois na outra, socialismo liberal, socialismo liberal, e aí aquela questão do Muro de Berlim que tinha recém caído, isso foi no começo de 90, Berlim caiu em novembro de 89, outubro, final de 89.

Veja como as conversas foram, é uma coisa extraordinária, eu disse; Professor, o senhor poderia fazer uma estrutura nisso que eu estou dizendo para o senhor? Ele disse: claro com muito prazer.

Depois ele fez um primeiro escopo, aí numa outra viagem ele me trouxe, com duas laudas, daí disse assim: Presidente, eu acho que aí... Aí nós já tínhamos revolido para a questão do social liberalismo, deixado o socialismo liberal arquivado e ele disse assim: Presidente, e a questão — essa é uma coisa de tal maneira fascinante — eu não quer dizer que isso seja uma terceira via porque eu não acredito em (inaudível), mas

eu acho que é o momento do nascimento de um partido social liberal. Eu falei: Ah! Isso é uma grande idéia.

"OS CIACS, ALÉM DO ATENDIMENTO DIRETO ÀS CRIANÇAS, DE TIRAR AS CRIANÇAS DA MARGINALIDADE, ESTABELECEM UM NOVO PADRÃO DE DESEMPENHO DO PROFESSOR

Então, eu tenho uma correspondência muito rica com ele cartas, tem um último bilhete dele, é um bilhete em que ele escreve ao Embaixador Coimbra, ele diz: "Prezado Marcos, aí vai a última parte do trabalho solicitado pelo Presidente e tal, eu espero para a conclusão da última que a doença que me apossa não faça a caneta cair das minhas mãos e tal, estou... tratamento... tratamento de cobalto, não sei, essa questão da moléstia que ele tinha.

Bom, e aí, dentro dessa questão do texto final, participaram além do que eu havia pedido ao Embaixador Merchior, participou o Marcílio, participou o Rouanet, participou o Passarinho, participaram outros. Aí nós aprofundamos, alargamos e enfim, estabelecemos outros títulos, e outras motivações para desdobrar o pensamento social liberal que não tem nenhuma novidade maior, o social liberalismo que tem sido como o liberalismo no que ele carrega, conquistas e avanços políticos e mais com uma consciência social, a favor de uma economia de mercado a favor do fortalecimento da livre iniciativa, sobretudo, mas com compromisso social. E vai por aí. Então eu acho que é uma doutrina fascinante o social liberalismo, eu acho que ele congrega vários setores do pensamento político nacional, eu acho...

Pergunta — O senhor admite a hipótese da criação de um partido social liberal?

Collor — Sim, é possível que ele...

Pergunta — Sob a sua liderança?

Collor — Não necessariamente sob a minha liderança, mas eu acho que já há o registro do partido social liberal, eu acredito que ele possa vir a ser consolidado como tal...

Pergunta — Se diga como base para o parlamentarismo, por exemplo, um partido forte assim...

Collor — Eu penso que dentro da reforma partidária que obrigatoriamente trará uma mudança no sistema de governo, acho que esta é uma alternativa, porque o parlamentarismo ele não pode ser pensado sem que haja uma reforma eleitoral, reforma partidária, o voto distrital, sem isso o parlamentarismo não...

...Merchior, existe algum ideólogo, alguém que precise (inaudível)

Collor — Além daquele que vos fala e que não tem nenhuma aspiração de ser ideólogo, mas simplesmente de ser o emulador disso, de se o canal, o veículo para que possa levar ao debate essas teses, nós temos esse grupo de pessoas, o próprio Ministro Jorge Bornhausen que se identifica muito com as teses do social liberalismo e que já havia em algum momento aí, dois ou três anos atrás, sugerido como Presidente do Partido da Frente Liberal, que se estabelecesse uma linha social liberal, então eu acho que dá para nós... O Professor Jaguaribe se identifica, diz ele que aquilo que eu coloquei nos artigos e que foi divulgado, ele concorda em 99%, as discordâncias que ele tem são tão superficiais e tão frágeis, que 99% ele concorda.

Então, eu acho é uma proposta, que eu não diria nova, e ela não também inova, mas é uma proposta que caminha numa linha de modernidade, caminha linha de compromisso social, isso é que é muito importante de se revisar, que é

essa questão social, o agravamento da situação social no mundo. Isso coloca em risco esse período de estabilidade que nós poderíamos prever para esse final de década com todo esse bipolarismo ideológico não está acontecendo.

As tensões aumentam, esse ressurgimento dos nacionalismos aí, num país da Europa, isso é ressurgimento da intolerância, novas fomas de arbitrário, isso é algo perigosíssimo. O discurso daquele senhor (inaudível), é uma coisa..., eu assisti pela televisão, depois de decidir, quando foi comunicado o resultado, ele com dois fones no ouvido, em que deblaterava lá, isso é um absurdo, nós estamos invadidos por brasileiros, pelas portas de Portugal, não sei o que, travesti. Na Alemanha, o que acontece, esses punks, na verdade são milícias nazistas que saem pelas ruas agredindo, matando, esfaqueando as pessoas de cor, turcos, então isso aí é algo extremamente preocupante e nós não teremos condições de conversar sobre nenhum tema, em foros multilaterais, se nós não incluirmos o tema da miséria e da pobreza, não tem como.

A questão do meio ambiente, não tem como discutir. A questão ambiental sem discutir a questão da miséria e da pobreza no mundo. A questão das crianças, perto dessa aí é uma coisa...

Pergunta — Aspectos emergentes, devem estar... jornais... esses constantes acidentes... esses gestos de violência coletivos, nas grandes cidades, no Rio principalmente, que é uma cidade praticamente de guerra, são emergentes, são problemas, assim que não se transfere para uma solução ideológica mais distante.

O senhor tem alguma ação imediata nos CIAC?

Collor — Bom, eu acho que o programa dos CIAC, eles respondem, se não totalmente, mas numa parte importante a essas indagações. O projeto do CIAC que agora já vem sendo melhor compreendido, talvez a falta de uma comunicação maior de nossa parte tenha de alguma maneira prejudicado esse entendimento, mas o projeto dos CIAC é algo, no meu entender muito importante.

Pergunta — Tem uma duração curta? (?) (inaudível)

Collor — Tem, tem nós estamos entrando já a partir de maio, acho que em maio nós já estaremos inaugurando uma média de um por dia, em junho nós vamos inaugurar três por dia, e por aí vai, é um deslanche esses projetos.

Projeto — Presidente, nessa questão social eu queria abordar uma questão mais imediata que é a camada dessa questão social eu queria abordar uma questão mais imediata que é a camada dessa questão social provocada pelo processo de combate à inflação. Quer dizer, há um processo de pobreza no país, miséria, miserabilidade na parte estrutural do país e há uma parcela disso provocada pela política de combate à inflação. O governo tem uma visão disso, da onde e até onde o tecido social (inaudível) é o agravamento dessa situação toda...

Collor — Veja bem, agora no domingo o *Jornal do Brasil* traz uma matéria de página inteira, ocupada 1/4 da página por (inaudível) cujo título talvez não reflita exatamente o teor da matéria e o quadro traz de 82 para cá, a diferença entre os 1% mais rico da população e os 50% mais pobres. O que nós verificamos é pelo, o próprio jornal traz é de que há uma diminuição, ou seja, o número de 1% mais ricos diminuiu em favor dos 50% mais pobres, esse último dado que ele traz é de 1990.

É claro que todo processo de recessão, processo de desemprego, eu acho que atinja de uma maneira insuportável as camadas menos favorecidas da população e é isso que nós temos tentado realizar, veja o programa agrícola, é uma forma

que nós encontramos de deter uma (...) gerar a renda do campo, de evitar migração para as grandes cidades, gerar renda, de gerar (...), no momento x que nós apostamos na agricultura, as pessoas dizem: "...dinheiro não". Foram necessárias várias horas, e horas, e horas de várias reuniões para que nós pudessemos encontrar de uma forma criativa, os recursos para fazer em face desse programa extraordinário (...) e que graças a Deus está trazendo seu resultado.

A questão dos CIAC, e a questão dos CIAC, além do atendimento direto às crianças, além do atendimento; retirar as crianças da marginalidade e dar a elas condições de cidadãs num futuro próximo, os CIAC estabelecem um novo padrão para esse país, de escala e de desempenho do professor. Ao lado da questão dos CIAC, nós estamos formando professores. Com a construção de quatro ou cinco mil CIAC nesse Brasil todo, o que eu gostaria, e esse é o meu desejo, é de que qualquer escola que viesse a ser construída ou qualquer escola que viesse a ser recuperada, como nós também estamos recuperando, a comunidade exigisse um padrão... sem dúvida, mas o salário...

Pergunta — (inaudível)

Collor — Mas o salário associado ao desempenho, é isso que nós estamos fazendo agora, quer dizer, o salário para baixo está, sem dúvida, vamos fazer um programa salarial mais salário associado do desempenho, quer dizer, nós temos aquela dificuldade hoje no ensino público, que nós sabemos, que é tal da professora fora da sala de aula. Professora a disposição, professora que está, que teve alergia ao giz, professora que está com, a escola é distante de onde mora, então se formos fazer um levantamento a nível nacional, talvez a gente encontre aí um percentual perto dos cinquenta por cento dos professores, talvez, mas alguma coisa perto disso, professores fora da sala de aula e que recebem a mesma que pessoas que estão na sala de aula.

Pergunta — (inaudível)

Collor — Não, o que eu defendo é o seguinte, é que se está fora da sala de aula, além dos motivos que nós podemos entender como justo, doença, licença médica, além disso, porque os outros estão fora da sala de aula, por falta de incentivo, por falta de motivação, por falta de não ter condições de lecionar, porque não tem quadro negro, quando tem quadro não tem giz, quando tem giz não tem apagador, quando tem apagador não tem (...). Então se se estabelecer, tem que se motivar esse pessoal, tem que se incentivá-lo, e a gente só incentiva dizendo a ele: "bom, se você cumprir o seu horário, se você for dar aula, se você fizer isso, fizer..., você terá no seu salário, a recompensa pelo seu desempenho. É isso, que nós estamos fazendo e o professor Darci Ribeiro no Rio, esse curso dos professores dos CIAC, (...), ele está fazendo na universidade federal, não; UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ele está com o Reitor, aquele que foi presidente do INAMPS, o (...), está fazendo um trabalho excepcional de formação dos professores, quer dizer, então uma coisa está levando a outra. Nós estamos a fundo trabalhando, mesmo que não tenhamos tido alcance nisso, mas em várias frentes, nessa questão de imediato, é claro que nós temos que fazer, e estamos fazendo aquilo que está ao nosso alcance, mas a questão das crianças, por exemplo, nós não podemos ter nenhum tipo de solução que não passe por um engajamento da sociedade, ou a sociedade se engaja, ou a sociedade participa e chama a si uma parte da responsabilidade ou nós não teremos como evitar a marginalidade de um número crescente (...).

Aí também tem um outro detalhe, a gente precisa também analisar, se a situação das crianças está assim é devido a que, as crianças abandonadas são o retrato, são a consequência da falência do Estado. Então o Estado brasileiro se esclerosou, faliu, na medida que não consegue dar respostas à sociedade, nos seus reclamos por educação, por saúde, segurança. O Estado se voltou para outras atividades que não tem nada a ver, se envolveu com produção de aço, se envolveu com produção de minério, se envolveu com produção de químicos, se envolveu com produção de calçados, enfim, tudo, e cada centavo colocado pelo Estado na atividade produtiva, são dois centavos menos para a área social. Então se deixou de investir em educação, saúde, infra-estrutura, saneamento, segurança e o resultado aí está. Então para minorar esse quadro terrível de abandono da nossa infância, é necessário que o Estado primeiro recupere as suas atribuições originais, e recupera como, saindo dessa área que não lhe diz respeito, e conseguindo recursos para fazer investimentos maciços (...), e aí também vem a importância dos projetos do CIAC, porque num momento de dificuldade como esse, de dinheiro contado, nós estamos investindo num grande projeto.

Então essa é a questão emergencial, e a participação da sociedade, o projeto do Joãozinho Trinta, por exemplo, no Rio de Janeiro, é uma coisa extraordinária. A escola Flor da Manhã, então o Joãozinho Trinta (...) como exemplo de como a sociedade pode se engajar junto com o Governo para tentar reduzir essas paridades, essas (...), acabar com essa situação de miséria. Bom, nós precisamos ver o abandono das crianças.

Agora, a questão social não é uma questão ideológica, a questão social é uma questão imposta diante de nós pela realidade. O que se percebe hoje, é um distanciamento cada vez maior de um mundo branco, desenvolvido, capitalizado e detentor, esse é o principal, esse é o mais forte de todos eles, todo esse capital (...) e detentor da tecnologia do conhecimento (...) De outro lado, é um mundo descapitalizado, subdesenvolvido, não branco, sem tecnologia. Então a situação vem, isso vem se aproximando não, vem se distanciando, o (...) tem aumentado, tem aumentado a olhos vistos. Os números das Nações Unidas são de aterrorizar, o relatório do (...) da ONU, em 1991 do ano passado, esse é um dado que nós faz pensar a todos, demonstra que, em 1990, 93% dos nascimentos ocorridos no mundo, ocorreram no Terceiro Mundo, 93% quer dizer, cada 100 pessoas que nasceram... O Brasil até que está bem, nós estamos com taxas de crescimento demográfico eu diria até do mundo desenvolvido, somos um país 1,6, 1,8, que é um número... cerca de 2% do crescimento demográfico.

Mas, quer dizer, isso é um dado, hoje, também segundo os dados do relatório do (...) 77% da população mundial vive no terceiro mundo, com acesso a apenas 16% da renda mundial. Não pode dar certo. A gente fala aí que estamos também todos preocupados com essa, com o resultado a nível de Leste Europeu, do fim do polarismo ideológico, com esses misseis, com esses SS (...), com os europeus, com a questão nuclear, não sei mais o que, isso realmente é um perigo porque pode a qualquer momento, pode o terrorismo mundial inovar e querer fazer um terrorismo com artefatos nucleares. Bom, Deus queira que isso não ocorra.

Mas, com um poder de destruição muito maior do que essas ogivas nucleares, é o poder de destruição, tem essa situação potencialmente (?), isso é muito grave, isso muito grave, se nós não comerçarmos a levar esse tema ao debate

sem nenhum tipo de confronto, sem nenhuma idéia de acusação, nada disso, se nós não levarmos isso a uma discussão séria, madura, responsável, conseqüente, as coisas são bem desagradáveis.

Questão ambiental, como é que vai se discutir a questão da preservação ou de conservação do ambiente, ou de se evitar a devastação do planeta, sem que se considere a situação da pobreza e de miséria em que vive 3/4 da humanidade, 3/4 da humanidade, como? Não tem como. A (...) Brutland, a Primeira Ministra da Noruega tem uma frase perfeita que eu considero perfeita, ela diz o seguinte: "A devastação... a pobreza é causa e efeito da devastação do planeta". Sem dúvida nenhuma a devastação que nós estamos vendo aí, quando falamos dos nossos garimpeiros, eles estão lá porque querem? Porque gostam? Por quê? Não, eles vivem lá porque tangidos pelas dificuldades econômicas em que eles viviam, e quem sai lá para cima, são os mais fortes, são os mais ousados, e que for, lá do Nordeste, ou aqui no Centro Oeste, chega e diz assim: "sair daqui? Aqui eu estou passando dificuldade, mas eu resolvo aqui, faço um bico aqui, acolá. Mas sair daqui, andar 2.000 quilômetros, entrar naquela selva, pegando doença, malária, aquela coisa toda." Então quem vai são os mais fortes, exatamente aqueles que poderiam estar utilizando toda essa capacidade numa outra atividade. Eles vão para lá por quê? Tangidos pela dificuldade.

E quando chegam lá, eles vão poluir o rio porque querem ver o mercúrio poluir, porque derrubam a árvore porque querem ver (...)? Não, é por necessidade. Nisso não vai nenhuma defesa à atividade do garimpeiro, mas apenas uma constatação de uma realidade, então isso significa o que, devastação, ocasionada por quê? Pela pobreza e pelas dificuldades em que essa pessoa vive. Isso é apenas um exemplo atual, é uma coisa bem pontual da (...) brasileira.

Nas favelas, a poluição da Baía de Guanabara é causada por quem? Causada por quem? Causada pela urbanização inteiramente sem controle feita nas margens da queles riachos, daqueles rios, aquela coisa toda, então na Baía de Guanabara desaguam aqueles rios (...), além da questão das indústrias.

Fundamentalmente esses objetos são jogados, pneu, fogueira, quando tem chuva então desce aquilo tudo, é um Deus nos acuda. Por que isso então? Porque não houve planejamento urbano, porque não houve saneamento. As pessoas estão fazendo isso porque querem? (...).

Então é a questão da pobreza estar muito vinculada à questão da poluição. E nesse particular, nesse campo, eu acho que nós temos dois tipos de causas da poluição ambiental. Uma causa é inconsciente, a outra é consciente. A inconsciente é causada por países como o Brasil. E aí estou analisando o inconsciente da população, retirando esses que poluem sabendo, porque aí já é a poluição consciente. No Brasil é a poluição em outros países (?). Não, poluição inconsciente, desses favelados, desses que vão lá para fazer o garimpo. E há a poluição consciente, essa, portanto, é criminosa, que é praticada pelos países desenvolvidos. A Senhora Bruklan (?), por exemplo, está tendo hoje chuvas ácidas na Noruega, no território norueguês. Chuvas ácidas por emissões de indústrias químicas da Alemanha e da Inglaterra.

Bom, e aí vem também aquele outro raciocínio: "Não, a gente aqui fazendo o nosso, deixa os outros lá fazendo a poluição que quiserem". Não! Isso aqui é uma casquinha só, o que fizer lá, em algum momento vai chegar aqui. Então, por isso, que a gente também não pode. É um tema muito rico, são muitas coisas que tem que saber. Por isso que a

gente não pode também discutir a questão ambiental de uma forma seletiva. Entendeu? Do tipo que os países do Primeiro Mundo estão querendo discutir hoje: "Não, nós resolvemos aqui os nossos, e vocês resolvem o de vocês". Não tem recurso do Fundo, para financiar novas tecnologias, nada. Não pode, eu acho que discussão tem que ser global.

Então, essa forma consciente de poluição, causada pelas emissões de CO₂, por exemplo. Quem emana CO₂ são os países industrializados. O CF6 (?), que a gente agora está vendo, quem é? Somos nós brasileiros, que temos aerossol suficiente para fazer essas perfurações na camada de ozônio? Não somos nós. As chuvas ácidas, somos nós? Não, não somos nós. Nós temos um foco, aliás, de poluição no Brasil, que é na Usina de Candiota (?), na divisa com o Uruguai. Isso, realmente, é culpa nossa. É o único caso em que nós estamos provocando chuva ácida. Nós estamos tomando providência para corrigir isso o mais rápido possível.

Pergunta — É usina de quê?

Collor — Candiota. É uma usina termoelétrica.

Pergunta — Mas os Estados Unidos não parecem minimamente dispostos a discutir essa questão não?

Collor — Eu falei com o presidente Bush na semana passada, colocando para ele a importância que o Brasil, como país anfitrião dava, e todos os outros, conseqüentemente, à participação do presidente americano na Conferência. E também na retirada de alguns (...) Que estavam sendo colocados na reunião do Prepcom em Nova Iorque, a reunião preparatória da Conferência, que os Estados Unidos não devam assumir compromissos de emissão de CO₂, até o ano 2.000, porque o que se deseja é que os países signatários da Carta, eles se comprometam a que as emissões, ou as emissões no ano 2.000 não sejam superiores às emissões do ano de 90. Então, o problema aí está. Esse e mais também a composição do Fundo que vai financiar projetos de combate à poluição em países em desenvolvimento. E ele está trabalhando, ele se mostrou muito receptivo e disse que ia dar orientação à equipe dele, naturalmente preservando os interesses americanos, em termos de o que significaria o impacto na sua economia. Por outro lado é um ano eleitoral, e é o que eu estava dizendo: "Não, isso significa que o presidente americano não quer dar valor à Conferência?". Não. Do mesmo jeito que os mulçumanos estão aí no período do seu Ramadam, talvez alguns não venham porque estão nesse período do Ramadam. Do mesmo jeito, nos Estados Unidos há uma eleição presidencial, e o presidente é candidato.

Mas eu acho que ele entendeu bem o apelo, recebeu bem o apelo, e eu espero que ele compareça...

Bom, eu queria agradecer...

Pergunta — Faltou um item, de três áreas, Agricultura, Infra-Estrutura e Exterior.

Collor — É um repórter, não é? Isso ainda vamos ver depois.

Pergunta — Essa área está indefinida, não é?

Collor — Está indefinida, Ok?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos a convicção de que neste episódio surpreendente e, ao mesmo tempo, tão esperado da substituição ministerial, existe a confirmação do bom propósito de o Presidente administrar o País através das maneiras que confirmem o seu ideal de debelar

a inflação e de terminar, de uma vez por todas, com a suspeita que recairia sobre componentes do seu Governo. Ressalvemos de saída, figuras especiais e singulares como Jarbas Passarinho que, pela sua probidade, dinamismo, honradez merece ser situado num plano especial, em virtude dos comprovados merecimentos que possui.

Ressalve-se, também, sem dúvida nenhuma, diante de tudo, o espírito do Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira que, desde o momento em que transpôs os umbrais do Ministério de Economia e Planejamento, fez sentir uma diretiva diferente, um embalo promissor e de esperança para a administração pública, em termos de êxito e de amor ao Brasil.

Ressalve-se, ainda, Reinhold Stephanes, que será convidado para recompor a falange ministerial e, acima de tudo, a nossa convicção de que o Presidente Fernando Collor, ao designar o nosso antigo companheiro Senador Jorge Bornhausen para coordenar a parte política do País, não poderia ter sido mais feliz, porque aquele cidadão é um símbolo de disciplina, de equilíbrio, de inteligência e de bom-senso, já evidenciados pelo seu desempenho no Senado e pela sua atuação firme e forte no Ministério da Educação.

Desejamos apenas, Sr. Presidente, que na composição a ser feita pelo Presidente da República não esqueça Sua Excelência que existe um chão de dois terços do Brasil, que usualmente não tem participação nem é chamado para administrar as coisas do País e as necessidades do povo. Por isso mesmo, esse chão deveria ter uma representação que fosse uma prova do conceito e do desejo de servir àquela área, que o Executivo poderia proporcionar.

Claro que estou me referindo àquela região enflorestada, que tanto carece de assistência e de uma visão mais positiva. É a região dos rios e das florestas, rios que servem de estradas naturais, pois aquele aranhão hidrográfico permite que se possa proporcionar à Amazônia um impulso criador e progressista tão grande e tão forte, capaz de fazer com que, finalmente, possa ela ombrear com os demais Estados da Federação, principalmente com os do Centro-Sul e do Sul que já atingiram uma fase de progresso, digna de ser comparada à dos Estados Unidos e à da Europa.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Aureo Mello, em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento equilibrado que faz, pois V. Ex^a é um homem com experiência da vida pública. Conhecemo-nos há mais de trinta anos: V. Ex^a, como Deputado Federal no Rio de Janeiro, representando a sua Amazônia e eu, o Estado de Pernambuco. Hoje, estamos no PRN, que é o Partido do Presidente da República, e formamos uma Bancada, defendendo, aqui, as suas idéias, os seus programas. Estamos aqui sempre na linha de frente em defesa das posições do Governo, principalmente, neste momento, em que V. Ex^a está na tribuna congratulando-se com essa reforma ministerial. Isso demonstra, mais uma vez, que este Governo — eleito, depois de trinta anos de ditadura militar, pelo voto popular — está aberto ao diálogo com todas as forças políticas vivas desta Nação. O Presidente da República deseja a solução dos graves problemas em que vive o país há muitos anos. Temos a certeza, Senador Aureo Mello, de que esses problemas serão solucionados antes do término do mandato do Presidente Fernando Collor de Mello, porque a Nação está sentindo que o Presidente está com uma direção sincera, uma direção em que Sua Excelência está se

incomodando pouco com a sua popularidade do início de Governo, porque é um homem público, um estadista que acredita na solução dos problemas de seu país, e sabe que este Governo chegou ao poder com uma inflação onde os empresários, ao invés de investirem nas indústrias, que não acreditavam, investiam no over, que rendia mais do que o lucro de suas indústrias; onde os trabalhadores estavam anestesiados, com salários que não davam para comprar quase nada nos supermercados. Hoje, estamos todos sofrendo, mas sofrendo para um Brasil melhor! E já estamos vendo aí as reservas do País crescerem, nobre Senador. Uma prova evidente do que estou dizendo a esta Casa: estive, há 15 dias, com o Governador Joaquim Francisco, do meu Estado, e com o Superintendente da Sudene, na República da China, em Formosa, e a credibilidade deste País, queiram ou não os nossos adversários, está voltando no exterior, quando, antes deste Governo assumir, não tínhamos um crédito de um telefonema internacional, tínhamos que pagar cash no País de origem. Agora, estamos trazendo para Pernambuco cerca de 300 milhões de dólares para financiar micros e médios empresários, a pequeno e médio prazos. Isso significa que o País está voltando à trilha da credibilidade internacional. Congratulo-me com V. Ex^a, como Senador do PRN e como Senador que defende a sua Amazônia, nesse pronunciamento que faz, neste momento, em defesa do Governo e do Presidente Fernando Collor.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Ney Maranhão. O Presidente Fernando Collor é, sem dúvida nenhuma, uma figura de qualidades indiscutíveis e vem sedimentando, vem obtendo um amadurecimento que pouco a pouco engrandece sua linha de conduta e a sua trajetória através da administração.

Uma pessoa de ideais rasteiros ficaria magoada e até sabotaria um governo como o do Sr. Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo ao recordar as ofensas que, mutuamente, foram feitas, durante a campanha presidencial. No entanto, com a maior isenção espiritual, aquele a quem um cronista do Rio de Janeiro chama "o Demolidor", esse jovem que dirige o Brasil foi ao Governo Brizola e a ele concedeu a liberação das verbas destinadas à Linha Vermelha, para que o Rio de Janeiro se favorecesse desse grande benefício traduzido em um trânsito mais livre e em uma menor exposição da sua população a acidentes, às dificuldades decorrentes dos engarrafamentos de veículos, o que é uma constante naquela capital que cresce ininterruptamente.

Agora mesmo estamos sabendo que é intenção do Presidente — e as revistas e órgãos de publicidade assim o anunciam — liberar verbas destinadas às ferrovias do Centro-Oeste na direção de regiões sulistas; para que, cumprido o orçamento, o povo dessas áreas possa ser beneficiado e possa encontrar apoio nos seus pleitos, na sua ânsia de progresso, na sua necessidade de crescer, que é a aspiração de todos aqueles que desejam a civilização e o progresso.

Temos certeza de que o Presidente nessa conjuntura em que estará compondo o seu Ministério, buscando figuras imaculadas, probas, competentes, realizadoras e capazes, não esquecerá que dentro da Amazônia temos homens de alta capacidade moral e intelectual — alguns, inclusive, que já passaram por este Parlamento — e que no seu Secretariado, no seu Ministério, existirá agasalho para homens desse feitio, que não precisamos nominar porque são conhecidos.

Uso sempre, neste plenário, Sr. Presidente, uma palavra monocórdia quanto ao assunto e quanto aos temas, que são

temas da Amazônia. Essa palavra, é com orgulho que digo, ressoa dessa maneira, em uma nota só, para que essa Região seja olhada e apreciada.

Em épocas passadas, noutra Legislatura, o Sr. Senador Jorge Kalume apresentou nesta Casa uma proposição que reputo das mais significativas e expressivas para o Brasil. Nela, determinava a criação da Secretaria da Amazônia, que iria englobar todas as repartições e órgãos semelhantes à Sudam, Suframa e outras entidades que são distribuídas para assistir àquela terra e àquela gente.

Era uma proposição de iniciativa parlamentar e como tal não poderia criar despesas e muito menos empregos em serviços existentes. Mas era uma permissão para que o Presidente da República tivesse oportunidade de, com o consentimento prévio do Congresso Nacional, converter em pedido de lei ou até em decreto-lei aquela instrução, a fim de que fosse criada uma espécie de Ministério da Amazônia.

Agora mesmo estamos sabendo e vimos, Sr. Presidente, um formulário que uma associação dos Estados Unidos da América do Norte está distribuindo em Nova Iorque e em algumas cidades americanas. Nesse papel há perguntas e equationamentos: Deve ou não a Amazônia ser internacionalizada? Deve ou não a Amazônica passar a pertencer a um conjunto de nações? Deve ou não a preservação da floresta ser mantida pelas nações do Primeiro Mundo?

Sr. Presidente, nada mais necessário, nada mais imprescindível do que a convocação dos que fazem parte daquele continente brasileiro, que é a Amazônia, para que façam parte do novo grupo que vai dar impulso a esta grande nave que é a nossa terra, o nosso País.

Eram essas, Sr. Presidente, as leves ponderações que desejava formular, mantendo aqui a certeza de que o Senhor Presidente Collor é um cidadão capaz de merecer a confiança dos brasileiros e de todos aqueles que fazem parte da administração do País, quer no Poder Executivo, quer no Judiciário ou no Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero repercutir nesta Casa o que declarou o Sr. Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Fundação — ABIFA, que deixou Brasília na última quinta-feira impressionado com uma grande mudança: "Pela primeira vez, toda a cadeia produtiva do setor automobilístico teve de ir atrás do consumidor, discutindo como repartir sacrifícios para oferecer o preço que esse consumidor está disposto a pagar por em veículo".

Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida de que, a despeito da generalizada descrença do povo brasileiro, estamos ingressando numa era de mudanças. Refiro-me à mudança mais difícil de todas: a mudança de mentalidade.

Ao longo da nossa história, todos, elite e povo, se acostumaram a cobrar e a esperar do Governo a solução para as nossas mazelas. A dialética democrática, a negociação entre os parceiros não faz parte da nossa tradição cultural. Entretanto, nenhuma nação se fortalece e se consolida, enquanto os seus atores sociais não urdirem seu próprio destino, não construírem o edifício de suas relações sociais, em cuja obra todos têm a desempenhar um papel ativo.

A receita da sobrevivência de uma nação está contida em uma palavra simples: SOLIDARIEDADE.

O mestre Aurélio Buarque tem duas definições simples e precisas de solidariedade. A primeira delas: "Laço ou vínculo recíproco de pessoas independentes". A segunda: "Sentido moral que veicula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades duma nação". Usando uma imagem comum, eu diria que a solidariedade é a argamassa do edifício social.

Nestes tempos de aguda crise política, econômica, social e, sobretudo, moral, é alentador sabermos que a sociedade brasileira é capaz de costurar alianças, é capaz de tentar e conseguir o consenso para espancar a velha fórmula do "salve-se quem puder".

Refiro-me, com satisfação, ao Acordo do Setor Automotivo, selado no dia 26 de março, entre o Governo Federal, os trabalhadores e os empresários da cadeia produtiva do referido setor.

Ainda no dia 6 de dezembro do ano passado, dei como lido no plenário um discurso em que, após enaltecer o papel assumido pela indústria automobilística no desenvolvimento brasileiro nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, revelei minha decepção com a baixa qualidade e o alto custo do automóvel nacional, nos últimos anos.

Mostrei o absurdo dos preços praticados com crescimento real de 50 a 60% no período de um ano; condenei a insensatez da pesada carga tributária; a violência das taxas de juros cobradas no financiamento da comercialização; a deterioração do sistema de consórcio. E, no que diz respeito a esse sistema, em que pese o grande número de CPI em andamento nesta Casa, na próxima quarta-feira será instalada uma CPI para tratar especificamente de Consórcio de Automóveis em nosso País — o que considero de extrema importância; a ineficácia governamental na repressão às práticas cartelísticas do setor.

Na ocasião, formulei um apelo a Sua Excelência, o Senhor Marcílio Marques Moreira, para que estudasse fórmulas de incentivar a produção de veículos mais baratos e estimulasse a competição, abrindo o mercado à participação dos importados, através de uma redução nas alíquotas de importação, pois a reserva cartorial de mercado estava gerando um monstro.

Nesse passo, quero exaltar a perseverança de propósitos, a capacidade de articulação e a competência negociadora da Secretária Nacional de Economia, a economista Dorothea Werneck, que coordenou o Seminário da Indústria Automobilística, cuja preparação cuidada garantiu o pleno êxito.

A redução do IPI e do ICMS representará uma transigência do Governo Federal e dos Governos Estaduais, reflexo de uma visão mais social dos problemas. A propósito, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, ontem, o Presidente Fernando Collor assinou um decreto, reduzindo em 6% as alíquotas de IPI para os carros novos.

Quero louvar a inteligência arguta do líder sindical Vicentinho, que usou as armas da moderação no momento correto, visando a evitar ou minimizar o mal maior, que é o desemprego em massa dos metalúrgicos e o enfraquecimento da indústria automotiva, de capital importância na economia nacional.

Mais de uma centena de entidades participaram do acordo que culminou na redução imediata de 22% nos preços de tabela dos automóveis e veículos comerciais leves. Gostaria de mencionar, em especial, a Anfavea, o Sindipeças e a Fenabrave, que constituem os essenciais da cadeia produtiva e possuem alta representatividade no Setor. A redução autoconsentida das margens das montadoras, dos fornecedores de autopeças e das concessionárias demonstra uma profunda mudança de mentalidade, em que o lucro passa a ser perseguido

através de decisões econômicas mais racionais, a saber: o aumento da produção e o melhor acesso do consumidor ao mercado.

Estou otimista de que os compromissos acordados no Seminário da Indústria Automobilística e o acordo firmado para os próximos 90 dias serão honrados pelos seus signatários, pois são resultado de uma intensa negociação, em que, pela primeira vez, não vigorou o espírito corporativista e a lei de Gérson.

Ansiamos pelo cumprimento fiel das cláusulas ali acordadas, pois o êxito deste acordo servirá de exemplo e de moldura para outros acordos setoriais, cujo sucesso em cadeia poderá derrubar a inflação renitente.

Não haverá vencedores, nem vencidos. Ganhará toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Onofre Quinan.

O SR. ONOFRE QUINAN (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, assume, hoje, o mandato de Deputado Federal, pelo Estado de Goiás, o bravo companheiro Alano de Freitas.

Político experimentado, desde as bases, tendo sido Prefeito do Município de Jaraguá; duas vezes Secretário de Estado do Meio Ambiente, em Goiás, presidente da Associação dos Municípios Goianos, chega, agora, à Câmara dos Deputados, quando se licencia o ilustre Deputado Luiz Soyler, para tratamento de saúde.

A representação goiana na Câmara dos Deputados continuará com o mesmo brilho, com a chegada do Deputado Alano. O ecossistema do cerrado ganha uma forte voz em sua defesa, pois, homem vinculado ao meio ambiente, o Deputado Alano, há de enriquecer a luta pelo desenvolvimento sustentado da região Centro-Oeste, predestinada a ser o celeiro do Brasil, sem a devastação ambiental das regiões produtoras pioneiras.

Bem-vindo ao Congresso Nacional, Deputado Alano de Freitas; sabemos que sua atuação será marcante.

Parabéns, Estado de Goiás, pelo nosso representante que dará voz a seus anseios no legislativo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, quando comparada com outros países, a parcela dos salários na renda nacional em nosso País é muito inferior à observada nos países desenvolvidos. Nestes, enquanto os salários representam cerca de dois terços da renda nacional, como é o caso da Alemanha, Estados Unidos e Japão, no Brasil se estima que hoje os salários não devem ultrapassar 35% da renda total. Segundo dados do IBGE, em nosso País os salários equivaliam a 52% do PIB em 1970 e a 50% em 1980.

Aliado a esse fato, o elevado grau de concentração de renda na sociedade brasileira é um fator que limita a expansão do mercado interno e compromete a própria estabilização da economia.

No IX Congresso Brasileiro de Economistas, realizado no ano passado, o economista Antônio Corrêa de Lacerda analisou o período de 9 anos compreendido entre 1981 e 1989. A renda dos 10% mais ricos da população brasileira, representativa de 46,6% da renda total em 1981 — um percentual

muito alto em relação a outros países — ainda subiu para 53,2% em 1989. Em contrapartida, os 20% mais pobres, que já detinham a exígua parcela de 2,7% da renda total em 1981, ainda viram sua renda reduzida para 2% do PIB em 1989.

No final do ano passado, o IBGE divulgou as estatísticas referentes à Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios — PNAD de 1990. A concentração de renda cresceu muito em relação ao início da década. Em 1981, o Índice Gini (que mede o grau de concentração de renda) estava em 0,583. Em 1989, o mesmo Índice aumentou muito (para 0,647), indicando que a concentração de renda era muito maior. De 1989 para 1990, o Índice diminuiu, caindo dos 0,647 em 1989 para 0,620 em 1990, apesar da queda do PIB e o aumento da recessão e do desemprego nesse último ano. Isso significa que no ano atrasado os ricos ficaram menos ricos (embora continuando muito ricos) e os pobres ficaram menos pobres (a maioria deles conservando-se na pior situação possível). Em 1990, no Brasil, ainda de acordo com o PNAD, os 10% mais ricos detinham quase metade dos rendimentos da população ocupada (49,7% da renda), ao passo que os 10% mais pobres ficavam com apenas 0,8% dos rendimentos.

Cotejando, agora, o grau de concentração dos 10% mais ricos no Brasil (49,7% em 1990), com a mesma concentração em outros países abaixo relacionados, constatamos a espécie de capitalismo selvagem que floresceu em nosso País.

PAÍSES LATINO-AMERICANOS DE RENDA MÉDIA

Venezuela	34,2%
Peru	35,8%
Guatemala	40,8%

PAÍS DE RENDA MAIS BAIXA

Índia	26,7%
-------	-------

PAÍSES DE RENDA ALTA

França	25,5%
EUA	25,0%
Japão	22,4%
Suécia	20,0%

Há, porém, que se qualificar a propalada menor concentração de renda no Brasil, em 1990 comparada com 1989. Duas considerações merecem ser feitas. A primeira refere-se à queda de 19,7% da renda média dos empregados com carteira; em segundo lugar, o salário mínimo perdeu 35,7% de seu real poder de compra.

Alguns defendem que foi o congelamento do Plano Brasil Novo que permitiu a ligeira redução da disparidade entre os muitos ricos e os muitos pobres. A esses lembramos as conseqüências sociais e econômicas de medidas mal concebidas cuja implantação desencadeou o trio recessão, desemprego e crise, de conseqüências sociais nefastas.

Dado o alto grau de concentração de renda apresentado, nosso País, mesmo sendo considerado a décima economia ocidental pelo volume de produção de bens e serviços, acaba de ser classificado em um modesto 60º lugar entre os 160 países analisados recentemente por estudo da ONU para medir o progresso sócio-econômico mundial. Fica aqui evidenciado que o fator trabalho precisa ser melhor remunerado em nosso País; o trabalhador melhor remunerado terá maior produtividade, consumirá maior número de bens e serviços, proporcionando, por sua vez, um incremento no PIB nacional.

Esses números, longe de nos levar ao desânimo ou ao descrédito coletivo, sinalizam que, em face da tantas carências sociais, muito deve ser feito pelo Estado, sendo necessário calibrar melhor seus investimentos na área social, evitando desperdícios e políticas equivocadas.

A PNAD de 1990 ainda constatou que a maior concentração de renda do País está no Nordeste: o decil dos mais ricos detém 53,4% da renda, ao passo que no Sul e no Sudeste, os 10% mais ricos ficam com 47,1% e 47,7% da renda, respectivamente.

Ainda, acerca das desigualdades regionais, o Nordeste continua a concentrar o maior número de analfabetos. Em termos nacionais, a taxa de analfabetismo da população acima de 10 anos caiu de 22,3% em 1981 para 17,8% em 1990. O Nordeste tem 35,8% da população local analfabeta, mais de três vezes os índices registrados no Sul (10,4%) e no Sudeste (10,2%).

É no mínimo revoltante verificar a existência dessas disparidades regionais, quando a Constituição Federal, no seu art. 3º, inciso III, reza que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil... erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Em artigo intitulado “Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor”, de autoria do ex-Ministro Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, publicado na Revista de Economia Política de out-dez/1991, os autores situam nos anos de 1978-1979 as origens de uma espiral de preços e salários, que só não conduziu à hiperinflação primeiro em virtude dos repetidos planos de estabilização heterodoxos e em segundo lugar devido ao forte componente inercial da inflação no Brasil. Explicam eles que os agentes econômicos, ao longo dos anos, vieram protegendo seus ativos financeiros comprando títulos indexados, mórmente LFT's financiadas diariamente no *overnight*. Isso ajudou a cortar ou postergar a dolarização da economia.

A indexação da economia adiou a hiperinflação, mas não conseguiu evitá-la. Foi assim que de uma taxa inflacionária anual de 19,3% em 1970, assistimos ao seu crescimento para 110,2% em 1980 e para 1.782,9% em 1989, processo ascendente que foi apenas interrompido em 1986, quando a inflação se situou em 65,0%.

Como o mercado financeiro perdia confiança nas Letras do Tesouro, a solução para o Governo foi elevar suas taxas de juros. Ao fazer isso, entretanto, o Governo teve aumentado o seu déficit orçamentário. O componente de juros passou.

a ser esmagador, conforme se observa na Tabela I que acompanha este pronunciamento.

A decretação da moratória dos juros sobre a dívida externa em agosto de 1989 não contribuiu decisivamente para redução do déficit, uma vez que os agentes econômicos alimentavam a expectativa de uma hiperinflação próxima e algum tipo de confisco da dívida interna.

Os brasileiros, então, vivenciaram taxas mensais de inflação extremamente elevadas: 53% em dezembro de 1989, 56% em janeiro de 1990, 73% em fevereiro e 84% em março. Como a sistemática de cálculo leva em conta a variação do índice de preços no mês anterior, o Plano Collor foi implantado, quando, na realidade, a inflação atingia 84% em fevereiro de 1990.

Quanto ao Plano Collor, os autores concluem: "O Plano Collor I contou demais com a drástica redução da oferta da moeda. Por outro lado, alguns erros relacionados à oferta de moeda e aos salários, um ajustamento fiscal incompleto, uma visão errônea acerca da taxa de câmbio, as dificuldades naturais envolvidas em sair de um congelamento em condições de preços relativos desequilibrados, a demora em enfrentar o problema da dívida externa e em liberalizar o comércio e finalmente a falta de um verdadeiro acordo social e político", todos esses fatores determinaram a volta da espiral inflacionária, agora na sua forma mais perversa, isto é, acompanhada da recessão.

O economista Gustavo Franco, em artigo intitulado "Plano Ortodoxo?", estampado no diário *Folha de S. Paulo*, de 21-2-92, analisa a política econômica do Ministro Marcílio Marques Moreira e ressalta que a orientação básica é do "nãochoque" coadjuvado por juros muito altos — o que o FMI chama de "repressão fiscal", ou seja, a mágica de manter equilíbrio de caixa ao lado de um gigantesco déficit potencial. O cardápio do atual ministro é muito parecido com o "feijão com arroz" do Ministro Mailson, só que recessivo.

Observa o autor, com exatidão, que só existe uma maneira de o Governo atacar os "fundamentos" da inflação brasileira: promovendo uma ampla reforma fiscal e redesenhando o Estado. Mas quem sabe claramente o que deve ser feito nessa área e como o processo deve ser encaminhado?

As contas fiscais é o que há de menos transparente no País. Pouca coisa é mais obscura e complexa do que o Orçamento Geral da União, calhamaço que é um atentado a toda austeridade fiscal. Não presenciemos, todos os anos, o festival de fisiologia que cerca a tramitação e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no plenário do Congresso?

Vejamos algo realístico relacionado com o processo orçamentário, a que assistimos todo ano.

Em primeiro lugar, já que o Estado tem mais obrigações do que capacidade de financiá-las, o Governo deveria necessariamente racionar sua despesa. Embora o Governo alardeie que vem racionando despesas, através de formas contingenciadoras dos recursos, o fato é que não há falta de verbas para certos projetos como, Ciac, Linha Vermelha, anistia da dívida de usineiros, metrô de Brasília, rolagem da dívida dos Estados etc., enquanto que, para maioria das unidades de despesa, o quadro é de absoluta penúria.

Em segundo lugar, o valor da moeda expressa à nossa percepção sobre a capacidade de o Estado cumprir suas obrigações. Segundo essa ótica, a inflação é o resultado da vigarice do Governo, e tende a persistir enquanto as suas obrigações excederem as suas receitas, ou seja, enquanto houver déficit potencial.

A terceira observação refere-se à manutenção do equilíbrio de caixa. Os executores da política econômica acreditam que ela é conseguida através de uma boa reputação. Pensamos diferentemente: o equilíbrio fiscal deve ser sustentado por instituições saudáveis e bem administradas.

Finalizo esse meu pronunciamento reconhecendo que o momento atual brasileiro não comporta otimismo, exigindo do Governo maior seriedade no trato da coisa pública, e entendendo que o Congresso Nacional precisa aparelhar-se e assumir de fato prerrogativas constitucionais, ainda não exercidas, constituindo-se em um foro adequado para discussão e avaliação das políticas públicas.

Muito obrigado! (Muito bem!)

TABELA I
PAGAMENTO DE JUROS DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Ano	Dívida Externa	Dívida Interna	Total da Dívida	Déficit Público
1983	3,70	3,01	6,71	4,4
1984	3,89	3,30	7,19	3,0
1985	4,47	3,44	6,91	4,3
1986	2,89	2,23	5,12	3,6
1987	2,62	2,17	4,79	5,5
1988	2,85	2,88	5,73	4,3
1989	2,80	9,50	12,30	12,4

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho requerer a transcrição nos anais do Senado o Acordo

de Prosseguimento de entendimentos anexo, celebrado, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e várias empresas ali mencionadas, e que visam à elaboração de uma proposta técnica, econômica, financeira e comercial completa para a Usina Hidrelétrica de Itá.

O documento contém as assinaturas, com testemunhas, de toda a bancada parlamentar federal catarinense, além de várias outras e importantes instituições representadas.

A complementação das obras de Itá é uma necessidade urgente e inadiável, destinada a suprir a demanda de energia em nosso Estado e no Rio Grande do Sul. Se assim não for, e diante da hipótese sempre desejada e esperada de retomar o crescimento da atividade produtiva e econômica, poderemos estar em breve diante de um colapso, de uma falta de energia.

Por isso, a iniciativa é por nós saudada e, por isso, requeremos a transcrição do documento na íntegra, como um registro do nosso apoio e aplauso.

ACORDO DE PROSSEGUIMENTO DE ENTENDIMENTOS

Que entre si fazem

De um lado:

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, República Federativa do Brasil, doravante denominado Estado,

E, de outro lado:

ANSALDO-GIE S.p.A., com sede em Milão, República Italiana, doravante denominada ANSALDO;

SKODAEXPORT S.A., sociedade anônima da República Federativa Tcheco e Eslovaca, doravante denominada SKODAEXPORT;

C.R. Almeida S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, no escritório principal em Curitiba, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, doravante denominada CRASA;

COEMSA-ANSALDO S.A., com sede em Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, doravante denominada COEMSA;

INEPAR S.A., INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, doravante denominada INEPAR, em conjunto de ora em diante denominados apenas PARTES, de acordo com o que estabelece em seguida.

AS PARTES, CONSIDERANDO:

1. a presença, na Itália, em visita oficial, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Collor de Mello, entre os dias 10 e 12 do corrente mês;

2. os Acordos bilaterais existentes e em curso entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana;

3. a tradicional participação da empresa estatal italiana Ansaldo-GIE, do Grupo Iri-Instituto per la Ricostruzione Industriale, no setor energético brasileiro (hidro e termelétricas) e controladora acionária da indústria eletromecânica brasileira COEMSA, também parte integrante deste Acordo;

4. a assinatura, na embaixada da República Federativa do Brasil em Praga, República Federativa Tcheco e Eslovaca, em 10 de setembro de 1991, do "Acordo de colaboração entre empresas", com o testemunho do Grupo Parlamentar Brasil-Tcheco e Eslovaca, desde logo parte integrante deste Acordo;

5. o que é previsto no item B de "por isso, resolvem" do Acordo mencionado anteriormente no item quatro;

6. o interesse existente entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), República Federativa do Brasil, a Skodaex-

port e o Grupo IRI em ampliar o comércio de venda e compra de minério de ferro;

7. a necessidade de se contar com o apoio e o envolvimento do Congresso Nacional para a concretização de acordos como este;

8. a competência exclusiva do Congresso Nacional, como assim determina a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 49, inciso I:

"É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional."

9. também a presença, na Itália, do grupo parlamentar Brasil-Itália, que testemunha o presente Acordo de prosseguimento de entendimentos,

RESOLVEM:

A. O Consórcio que subscreve o presente submeterá, através do Estado, à Eletrobrás, dentro de 1 (um) ano a partir do recebimento, por parte da Eletrosul, dos dados indispensáveis à sua preparação, uma proposta técnica, econômica, financeira e comercial completa para a Usina Hidrelétrica de Itá.

B. A Eletrosul/Eletrobrás, após o recebimento da proposta, que deverá conter alternativas, emitirá, em 180 (cento e oitenta) dias, um relatório analisando os aspectos técnicos, comerciais e financeiros.

C. A proposta deverá incluir, também, os serviços de seguros e transportes dos bens importados até o local da obra da Usina Hidrelétrica de Itá.

D. Em caso de rejeição da referida proposta pela Eletrobrás/Eletrosul, os proponentes não terão direito a quaisquer indenizações ou encargos assumidos para a confecção da proposta.

E. Ansaldo e Skodaexport examinarão com o maior interesse a possibilidade de se ampliar, dentro das negociações, a exportação do minério de ferro produzido pelo Brasil, através da CVDR;

F. Que o ingresso do Grupo Ansaldo-GIE está em conformidade com os Acordos existentes e em pleno vigor entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, e entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Tcheco e Eslovaca, conforme os Decretos Legislativos números 85, de 14-12-89, e 104, de 4-6-91.

G. As Partes desenvolverão o melhor de seus esforços junto a seus respectivos Governos para obterem as autorizações necessárias ao sucesso desse importante empreendimento energético no Sul do Brasil.

As Partes assinam o presente Acordo do Prosseguimento de Entendimentos em Roma, Itália, na sede da Finmeccanica, na presença de Sua Excelência o Senhor Embaixador da República Federativa Tcheco e Eslovaca na Itália, Diplomata Jiri Holub, em 2 (dois) originais de igual valor nos idiomas Português e Italiano.

Roma, 13 de dezembro de 1991. — Governo do Estado de Santa Catarina: Wilson Kleinübing, Governador — Skodaexport S.A.: Jan Ricica, Presidente — Coemsa Arnaldo S.A.: Paulo Velinho, Presidente — Ansaldo-Gie S.p.A.: Vincenzo Vadacca, Administrador Delegado — C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construções: Adriano Domingues, Diretor — Inepar S.A. Indústria e Construções: Carlos Alberto de Andrade, Procurador.

**ACORDO DE PROSSEGUIMENTO DE ENTENDIMENTOS
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
ANSALDO, SKODAEXPORT, CRASA;
COEMSA, INEPAR**

Roma, 13 de dezembro de 1991
Testemunhas — Grupo Parlamentar Brasil-Itália: **Ruberval Pilloto**, Presidente; Deputado Federal PDS/SC — **Vasco Furlan**, Secretário Geral, Deputado Federal PDS/RS — **Araçeli de Paula**, Deputado Federal, Bloco/MG — **Arno Magarinos**, Deputado Federal, Bloco/RS — **Fernando Carrion**, Deputado Federal, Bloco/RS — **Jarvis Gaidzinski**, Deputado Federal, PL/SC — **Jorge Khoury**, Deputado Federal, PFL/BA — **Lázaro Barbosa**, Deputado Federal, PMDB/GO — **Nelson Morro**, Deputado Federal, PFL/SC — **Vittorio Mediolì**, Deputado Federal, PSDB/MG.

**COMPLEMENTAÇÃO AO ACORDO DE
PROSSEGUIMENTO DE ENTENDIMENTOS
FIRMADO ENTRE GOVERNO DO ESTADO DE
SANTA CATARINA, ANSALDO-GIE S.p.A.,
SKODAEXPORT S.A., C.R. ALMEIDA S.A.
ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES,
COEMSA-ANSALDO S.A. E INEPAR S.A.
INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, EM
FLORIANÓPOLIS, AOS 3 DIAS DO MÊS DE
FEVEREIRO DE 1992, NO
PALÁCIO SANTA CATARINA, SEDE
DO GOVERNO DO ESTADO**

TESTEMUNHAS:

Bancada Federal do Estado de Santa Catarina no Senado e na Câmara dos Deputados — Senadores: **Espiridião Amin** (PDS) — **Dirceu Carneiro** (PSDB) — **Nelson Wedekin** (PDT) — Deputados: **Angela Amin** (PDS) — **Dejandir Dalpasquale** (PMDB) — **Eduardo Moreira** (PMDB) — **César Souza** (Bloco) — **Dércio Knop** (PDT) — **Hugo Biehl** (PDS) — **Jarvis Gaidzinski** (PL) — **Luiz Henrique** (PMDB) — **Neuto de Conto** (PMDB) — **Paulo Duarte** (Bloco) — **Ruberval Pilloto** (PDS) — **Luci Choinacki** (PT) — **Nelson Morro** (PFL) — **Orlando Pacheco** (Bloco) — **Renato Vianna** (PMDB) — **Vasco Furlan** (PDS) — Grupo Parlamentar Brasil — Tcheco e Eslovaca: Deputado **Luiz Henrique**, Presidente — Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina: Deputado Estadual **Otávio Gilson Santos**, Presidente — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. — Eletrosul — Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — Celesc: **Fernando Verdine Salomon**, Diretor-Presidente — Prefeitura Municipal de Itá: **Jairo Luis Sartoretto**, Prefeito — Câmara Municipal de Itá: **Jair Luis Francisco Moschetta**, Presidente — Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina: **Milton Fett**, Presidente — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul: **Luiz Carlos Mandelli**, Presidente — Federação das Indústrias do Estado do Paraná: **Jorge Aloysio Weber**, Presidente — Embaixada da República Federativa da Tcheco e Eslovaca: **Tibor Durina**, Conselheiro Comercial — Câmara do Comércio e Indústria Brasil — Tcheco e Eslovaca — **Joaquim Ferreira Mangia**, Presidente — Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná: **Werner Egon Schrappe**, Presidente — Câmara de Comércio Italiana para o Rio Grande do Sul: **Carlos Alberto Bicchieri**, Badesc — Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.: **Adolar Piesck**, Presidente — BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul: **José Paulo Dornelles Cairoli**, Diretor-Presidente.

ACCORDO DI PROSEGUIMENTO DI INTENDIMENTI

Tra,

Da un lato:

IL GOVERNO DELLO STATO DI SANTA CATARINA, Repubblica Federativa del Brasile, piú sotto denominato STATO,

E, d'altro lato:

ANSALDO-GIE S.p.A., con sede in Milano, Italia, piú sotto denominata ANSALDO;

SKODAEXPORT S.A., società anonima della Repubblica Federativa Cecoslovaca, piú sotto denominata SKODAEXPORT;

C.R. ALMEIDA S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, con sede principale in Curitiba, Stato del Parana, Brasile, piú sotto denominata crasa;

COEMSA-ANSALDO S.A., con sede in Canoas, Stato del Rio Grande del Sud, Brasile, piú sotto denominata COEMSA;

INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES, con sede in Curitiba, Stato del Parana, Brasile, piú sotto denominata INEPAR,

insieme piú sotto denominati soltanto PARTI; in concordanza com quanto si stabilisce qui di seguito.

LE PARTI, CONSIDERANDO:

1. la presenza, in Italia, in visita ufficiale, di Sua Eccellenza il Signor Presidente della Repubblica Federativa del Brasile, Dr. Fernando Collor de Mello, tra i giorni 10, 11, 12 dicembre 1991;

2. gli Accordi bilaterali ed in corso tra la Repubblica Federativa del Brasile e la Repubblica Italiana;

3. la tradizionale partecipazione dell'impresa statale italiana Ansaldo, dell'Iri-Istituto per la Ricostruzione Industriale, nel settore energetico brasiliano (idro e termoelettrico), nella sua qualità di azionista di maggioranza della industria elettro-meccanica brasiliana COEMSA, pure parte integrante di questo Accordo;

4. la firma, presso l'Ambasciata della Repubblica Federativa del Brasile a Praga, Cecoslovacchia, il 10 settembre 1991, dell'Accordo di Collaborazione tra Imprese, alla presenza del Gruppo Parlamentare Brasile-Cecoslovacchia, d'ora in poi parte integrante di questo Accordo;

5. ciò che é previsto nell'articolo "B" del documento "Por isso, resolvem" dell'Accordo menzionato nel punto quattro;

6. l'interesse esistente tra Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Repubblica Federativa del Brasile, Skodaexport e IRI ampliare il commercio di compra-vendita di minerale di ferro;

7. la necessità di contare sul appoggio e sul coinvolgimento del Congresso Nazionale per concretizzare accordi di questo tipo;

8. la competenza esclusiva del Congresso Nazionale, così come sancisce la Costituzione della Repubblica Federativa del Brasile, nell'articolo 49, paragrafo I:

"É di competenza esclusiva del Congresso Nazionale:

I — Prendere decisione definitive sui trattati, accordi o atti che comportino costi o compromessi gravosi per il patrimonio nazionale."

9. inoltre la presenza, in Italia, del Gruppo Parlamentare Brasile — Italia, che si fa testimone di questo Accordo,

DECIDONO:

A. Il Consorzio che sottoscrive il presente documento sottometterà, attraverso lo Stato a Eletrobrás, entro 01 (un)

anno a partire dal ricevimento da parte di Eletrosul, dei dati indispensabile alla sua preparazione, una proposta tecnica, economica, finanziaria e commerciale completa, riguardante la Centrale Idroelettrica di Ita.

B. La Eletrosul/Eletrobrás, dopo aver ricevuta la proposta che dovrà contenere alternative, emetterà, entro 180 giorni, una relazione che analizzi gli aspetti tecnici, commerciali e finanziari.

C. La proposta dovrà includere anche i servizi di assicurazione e trasporto dei beni importati e nazionali fino alla sede operativa della Centrale Idroelettrica di Ita.

D. Nel caso in cui la suddetta proposta venga respinta da Eletrobrás/Eletrosul, i proponenti non avranno diritto a qualsiasi endennizzo sui costi sostenuti per la elaborazione della proposta.

E. Ansaldo e Skodaexport esamineranno con il massimo interesse la possibilità che si ampli, nel quadro delle negoziazioni, l'esportazione del minerale di ferro, prodotto in Brasile da CVRD.

F. Che l'ingresso di Ansaldo avviene in conformità con gli Accordi esistenti ed in pieno vigore tra il Brasile e l'Italia e tra il Brasile e la Cecoslovacchia, approvati dal Congresso Nazionale del Brasile, secondo i Decreti Legislativi n° 85, del 14-12-89, e 104, del 4-6-91.

G. Le parti si impegneranno al meglio, presso i rispettivi Governi, per ottenere le autorizzazioni necessarie per il successo di questa importante impresa energetica nel Sud del Brasile.

Le Parti firmano il presente Accordo di proseguimento di intendimenti nella sede della Finmeccanica, alla presenza di Sua Eccellenza l'Ambasciatore della Cecoslovacchia in Italia, Diplomatico Jiri Holub, in due originale di uguale validità in Portoghese e in Italiano.

Roma, 13 dicembre 1991. — Governo Dello Stato di Santa Catarina: **Vilson Kleinübing**, Governador — Skodaexport S.A.: **Jan Ricica**, Presidente — Coemsa-Ansaldo S.A.: **Paulo Vellinho**, Presidente — Ansaldo-Gie S.p.A.: **Vicenzo Vadacca**, Amministratore Delegato — C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construções: **Adriano Domingues**, Diretor — Inepar S.A. Industria e Construções — **Carlos Alberto de Andrade**, Procurador.

**ACCORDO DI PROSEGUIMENTO DI INTENDIMENTI
GOVERNO DELLO STATO DI SANTA CATARINA,
ANSALDO, SKODAEXPORT, CRASA,
COEMSA, INEPAR**

Roma, 13 de dezembro de 1991

Testemunhas — Grupo Parlamentar Brasil-Itália: **Ruberval Pilotto**, Presidente — Deputado Federal PDS/SC — **Vasco Furlan**, Secretário-Geral, Deputado Federal PDS/RS — **Araçeli de Paula**, Deputado Federal — Bloco/MG — **Arno Magarinos**, Deputado Federal Bloco/RS — **Fernando Carrion**, Deputado Federal Bloco/RS — **Jarvis Galdzinski**, Deputado Federal PL/SC — **Jorge Khoury** Deputado Federal PFL/BA — **Lazaro Barboza**, Deputado Federal PMDB/GO — **Nelson Morro**, Deputado Federal PFL/SC — **Vittorio Medioli**, Deputado Federal PSDB/MG.

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE EMPRESAS

Que, entre si, fazem, de um lado, a SKODAEXPORT S.A. (Sociedade Anônima da República Federativa Tcheca e Eslovaca, com sede na Václavské nám. 56; na cidade de Praga, Tchecoslováquia) neste ato representada pelo seu Presidente, Ing. JAN RICICA, de ora em diante apenas SKO-

DAEXPORT, e, de outro, a C.R. ALMEIDA S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES (empresa da República Federativa do Brasil, com escritório principal na Avenida Vicente Machado, 1771, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, neste ato representada pelo seu Presidente Eng. CECILIO DO REGO ALMEIDA, de ora em diante CRASA, em conjunto de ora em diante apenas Partes, de acordo com o que expõe em seguida.

As partes, considerando

1. o "Protocolo de Intenções" celebrado pelos Governos da República Federativa Tcheca e Eslovaca e da República Federativa do Brasil, na cidade de Praga, durante a visita oficial do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Collor de Mello, em 2 de outubro de 1990, desde logo parte integrante deste Acordo;

2. a reiteração, pelo "Protocolo de Intenções" referido no item 1 deste Acordo, do Acordo de Comércio de 19 de junho de 1977, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, de 2 de julho de 1985, e do Acordo sobre Cooperação Econômica, de 12 de maio de 1988;

3. o art. 49, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil

"É da competência exclusiva do Congresso Nacional

I — Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;"

4. a ratificação e aprovação, pelo Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, através do Decreto Legislativo n° 85, de 14 de dezembro de 1989,

"Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 12 de maio de 1988.

Art. 1º E aprovado o texto do Acordo de Cooperação Econômica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, 12 de maio de 1988.

Parágrafo único. Quaisquer contratos firmados em decorrência do presente acordo que venham a receber o aval ou garantia da União. Ainda que para empresas não estatais, são sujeitos a aprovação do Congresso Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entre em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de dezembro de 1989 — Senador Nelson Carneiro — Presidente."

5. o Decreto n° 99.312, de 15 de junho de 1990, do Poder Executivo da República Federativa do Brasil,

"O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo n° 85, de 14 de dezembro de 1989, o Acordo sobre Cooperação Econômica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Tchecoslováquia, em Brasília, e 12 de maio de 1988;

Considerando que o referido Acordo entrou em vigor, por troca de instrumentos de ratificação, a 5 de abril de 1990, nos termos de seu artigo 6, decreta:

Art. 1º O Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Tchecoslováquia, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1990. 169º da Independência e 102º da República. — **FERNANDO COLLOR** — **Francisco Rezek**

6. a publicação do Decreto nº 99.312, no **Diário Oficial** da República Federativa do Brasil, no dia 18 de junho de 1990, Ano CXXVIII — nº 115;

7. a indicação, por ambos os Governos no item "2" do "Protocolo de Intenções", mencionado no item 1 deste Acordo, como área de interesse prioritário, dentre outras, a Geração de Engenharia Hidrelétrica;

8. a declaração, pelos dois Governos, conforme mencionado no Artigo 1, item 3, letra a, do Acordo firmado em 12 de maio de 1989, da disposição de criarem condições favoráveis à realização de uma efetiva colaboração entre empresas dos dois países.

9. que o Projeto da Usina Hidroelétrica de Itá consta da relação dos projetos aceitos pelos dois Governos.

10. estar o Projeto de UHE de Itá, com capacidade prevista para 6 (seis) máquinas de 270 MW, totalizando uma potência final de 1.620 MW, incluída no Plano 2.010 da Eletrobrás;

11. ter a Skodaexport S.A, firmado um contrato com a Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, em 26 de fevereiro de 1988, para o fornecimento de 2 (duas) unidades de 270 MW, com a participação da CVRD na venda de minério de ferro como contrapartida;

12. a experiência, das signatárias como fornecedores de bens e serviços, respectivamente, para o setor energético;

13. que Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Collor de Mello, em sua visita a Praga, República Federativa Tcheca e Eslovaca, em 2 de outubro de 1990, ratificou o Acordo sobre Cooperação Econômica mencionado no item "2", onde é indicado o Projeto da UHE da Itá;

14. na visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Collor de Mello, mencionada no item precedente, Sua Excelência propôs, durante visita a Assembléia Tcheca e Eslovaca, a criação de um grupo interparlamentar entre aquele País e o Brasil, o que foi aceito pela Assembléia Tcheca e Eslovaca

15. que também o Congresso brasileiro aprovou aquela iniciativa, sendo constituído o Grupo Parlamentar Brasil — Tchecoslováquia;

16. que a Assembléia Tcheca e Eslovaca convidou o Grupo Parlamentar Brasileiro a visitar o seu País entre os dias 9 e 13 de setembro do corrente ano;

17. que Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, Deputado Federal Ibsen Pinheiro, com o Ofício nº GP-01621/91, de 28 de junho último, comunicou a aceitação do convite;

18. a falta de recursos financeiros momentâneos para o investimento necessário para o programa energético brasileiro;

19. a presença, em Praga, do Grupo Parlamentar Brasil-Tchecoslováquia.

Chegaram a conclusão de que poderão se beneficiar com a união de suas capacidades técnicas e comerciais.

Por isso, resolvem:

A. Estabelecer um processo de entendimento para dentro de 90 (noventa) dias, subscrever um documento no Brasil ou em Praga formalizando um Consórcio para a apresentação de uma proposta a Eletrosul, sobre a UHE de Itá. Os signatários farão o possível para que tal documento seja assinado durante a visita que o Excelentíssimo Senhor Ministro do Comércio Exterior da República Federativa Tcheca e Eslovaca, Doutor Josef Baksay, fará ao Brasil em novembro próximo, quando serão firmados pelos dois Governos documentos dentro dos Acordos em vigor entre os dois Países.

B. Que a proposta deverá ser completa, podendo contar com a participação de outras empresas da República Federativa Tcheca e Eslovaca, do Brasil e de terceiros Países, para assim dar meios de consistência ao referido Projeto.

C. Os signatários farão o melhor dos seus esforços para junto aos seus respectivos Governos, obterem as autorizações necessárias para o sucesso desse importante Projeto Energético no Sul do Brasil.

Assim sendo firmam na Embaixada da República Federativa do Brasil em Praga o presente Acordo de Colaboração entre empresas na presença do Encarregado de Negócios, Sr. Armando N Cardoso, dos Exm^{os} Representantes da Assembléia Federal da República Federativa Tcheca e Eslovaca e dos Exm^{os} Senhores Deputados Federais da República Federativa do Brasil, membros do Grupo Parlamentar Brasil — Tcheco, e Eslovaco) do Senhor Diretor das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL Eng. Carlos Augusto Ramirés Moraes, em 10 de setembro de 1991, em dois originais de idêntico valor nos idiomas tcheco e português.

Skodaexport A.S.: Eng. **Jan Ricica**, Presidente — C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construções: Eng. **Cecilio de Rego Almeida**, Presidente.

Zdenek Jicinsky, 1º Vice Presidente da Assembléia Federal — **Alexander Dubcek**, Presidente da Assembléia Federal.

Testemunhas:

Grupo Parlamentar Brasil — Tcheco e Eslovaco: **Luiz Henrique da Silveira**, Presidente, Deputado Federal, PMDB/SC — **Adroaldo Streck**, Secretário, Deputado Federal, PSDB/RS — **Adylson Martins Motta**, Membro, Deputado Federal PDS/RS, — **Aloisio Marcos Vasconcelos**, Membro, Deputado Federal, PMDB/MG — **Iberê Paiva Ferreira de Souza**, Membro, Deputado Federal, PFL/RN — **João Faustino Ferreira Neto**, Membro, Deputado Federal, PSDB/RN — **Henrique Eduardo Alves**, Membro, Deputado Federal, PMDB/RN — **Ney Lopes de Souza**, Tesoureiro, Deputado Federal, PFL/RN — **Oswaldo de Souza Coelho**, Membro, Deputado Federal, PFL/PE — **Renato de Mello Vianna**, Membro, Deputado Federal, PMDB/SC — **Ubiratan Diniz de Aguiar**, Membro, Deputado Federal, PMDB/CE.

Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL: Eng. **Carlos Augusto Ramirés Moraes**, Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Brasil, no momento, está em plena epidemia de cólera, cuja introdução no País se deu a partir da fronteira com o Peru, no início de 1991. Restrita, no princípio, aos municípios amazonenses próximos àquele País vizinho, expan-

diu-se rapidamente a outros municípios do Amazonas, inclusive atingindo a capital do Estado. Posteriormente, foi o Pará que sofreu a invasão do vibrião colérico, sendo, até agora, o Estado com registro de maior número de vítimas da doença. Continuando sua expansão pelo País, após atingir Rondônia e Amapá, atualmente a cólera faz suas vítimas também na região Nordeste, com casos no Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Sem dúvida, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, a doença alcançará outras regiões do Brasil, repetindo o fenômeno ocorrido na metade do século passado.

Segundo o grande médico e higienista brasileiro Afrânio Peixoto, em sua obra "Clima e Saúde", após invadir a Europa, a cólera chegou ao Brasil, em 1855, atacando o Pará, Bahia e Rio de Janeiro, irradiando-se desses pontos para o Amazonas e Maranhão; Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Ceará e Piauí mais tarde também sofreram a invasão da doença. Até 1967, mais de 200 mil pessoas haviam morrido de cólera. Nosso exército, em plena guerra com o Paraguai, foi atingido, e Visconde de Taunay, em Retirada da Laguna, escreveu "páginas pungentes sobre o horror da cólera".

Até o final do século passado a cólera continuou a fazer vítimas pelo País. Passamos quase um século sem a doença. Porém, ei-la que surge novamente nas Américas, a partir do Peru, expandindo a sétima pandemia, iniciada em 1961, que já atingiu populações da Ásia, África e Europa. Nas Américas, além do Peru, os principais países afetados, até o momento, são o Equador, Colômbia, Guatemala, México, Brasil, Panamá e El Salvador.

Mais de 400 mil casos já foram registrados nas Américas, com cerca de 400 óbitos. No Brasil foram identificados em 1991, 2.114 casos, com 33 óbitos. Em 1992, até o dia 27 de março, 2.552 casos foram diagnosticados, com 42 mortes. A taxa de letalidade no Brasil é de 1,6%.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cólera não é, nos dias de hoje, aquela peste negra do passado, graças ao desenvolvimento do saber médico quanto a sua etiologia, meios de prevenção e tratamento. Por outro lado, a disseminação da doença pelo mundo a partir de 1961, constituindo-se na sétima pandemia registrada na história da humanidade, tem sido por meio de uma variedade do vibrião colérico, denominada El Tor, muito menos patogênica que a variedade clássica, provocando um número muito maior de casos leves ou mesmo assintomáticos.

Isto não significa que o seu impacto social e econômico seja desprezível. Os hospitais ficam superlotados de pacientes, reduzindo sua capacidade de atendimento de outras patologias. A indústria do turismo paga um alto tributo à doença. Sofre o comércio de alimentos, particularmente o comércio de peixes e frutos do mar. E isto, Sr. Presidente, no quadro de recessão econômica em que o País vive, aprofunda a crise social, com aumento de desemprego. Mais uma vez, as regiões mais pobres do Brasil, como são a região Norte e a região Nordeste, da qual tenho a honra de ser um dos seus representantes nesta Casa, são as que mais sofrem com a epidemia.

A ecodesigualdade existente no Brasil, termo utilizado em recente artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* pelo Prof. Paulo Marchiori Buss, Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, revela-se implacavelmente nessa epidemia de cólera, como também o faz com outras doenças endêmicas. São as populações socioeconô-

micamente mais vulneráveis aquelas que ocupam os espaços urbanos de maior risco para a doença. A população que não tem água tratada e sistema adequado de esgoto é atingida de forma mais ampla e intensa. É esta população que habita favelas e periferias de centros urbanos, e tem nível mais baixo de escolaridade e piores condições nutritivas.

A insuficiência de saneamento básico é o principal fator da propagação da cólera. Muito bem está o Senhor Ministro da Saúde, Prof. Adib Jatene, batendo nesta tecla, buscando redirecionar recursos para o saneamento. Se é impossível evitar a entrada da cólera num País, é plenamente possível impedir sua propagação. Basta que se ofereçam à população condições mínimas de saneamento básico: água tratada e adequado sistema de coleta, transporte e destino de dejetos.

O fenômeno da migração rural-urbana, intensificado nas últimas décadas no Brasil, trouxe para as cidades um contingente de população que não encontrou, e não encontra, condições mínimas de habitação e saneamento. Pouco se tem investido em saneamento no Brasil. Nem mesmo uma política de saneamento o Brasil possui. Após o Planasa, o setor ficou totalmente desorientado e sem recursos. Engenheiros sanitaristas e ambientalistas têm manifestado suas angústias há muito tempo.

Se Deus quiser, Sr. Presidente, a cólera irá, mais cedo ou mais tarde, desaparecer de nosso País. Porém, as diarreias infantis, as hepatites infecciosas, as salmoneloses, a giardíase e tantas outras doenças de veiculação hídrica, endêmicas no Brasil, só serão de fato controladas, se as condições de higiene e saneamento básico da nossa gente forem substancialmente melhoradas.

Que a desgraça da cólera possa sacudir a mente de nossas autoridades, e que essas vergonhas nacionais que são a falta do abastecimento de água tratada para mais de 50% das moradias, e falta de tratamento adequado dos dejetos para mais de 80% dos casos, sejam reduzidas drasticamente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se trata de gastos com saneamento. Trata-se de investimento em nossa gente. Trata-se de economizar recursos com assistência médico-hospitalar a uma infinidade de doenças previsíveis, que são veiculadas pela água contaminada.

Esta é, Sr. Presidente, minha mensagem de otimismo. Que saíamos desta epidemia de cólera com uma política bem definida e eficaz para o saneamento básico do País.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a classe trabalhadora, que sem dúvida suporta o mais pesado ônus das medidas econômicas recessivas, refletindo-se na escassez de empregos e no aviltamento salarial, é a mesma que, não obstante, freqüentemente é convocada a dar de si novos e maiores sacrifícios para a grandeza do País.

Com generosa e infinda paciência, aceita que tudo lhe cobrem, e ainda crê que as aflições hoje sofridas em breve conduzam ao saneamento da economia, e que à sua previdência retorne, de forma integral, aquilo que foi fruto de suada contribuição, e que uns poucos, inevitavelmente impunes, dissiparam em proveito próprio, de familiares ou amigos.

Assim tem sido para a infelicidade de nosso País: os direitos do trabalhador, e sobretudo o seu dinheiro, como que foram atirados num formidável balaio — misturados a um

cipal de portarias, decretos e leis só cumpridos no que têm de prejudicial a seus destinatários —, onde todo mundo mete a mão, no mais das vezes para saquear o que lá ainda existe de algum valor.

Eis que, agora, a Caixa Econômica Federal — CEF, não pelas virtudes de sua decantada função social, toma sob cuidados o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e o que resta da monumentalidade de recursos dos trabalhadores — parte apenas das contribuições empregatícias a seus cofres recolhidas.

Os recursos do Fundo, em tese, teriam o relevante objetivo de financiar os programas sociais do Governo, com ênfase especial à construção de habitações para as parcelas populacionais de menor renda, e de obras de saneamento.

Já na gestão da CEF, não se tem notícia de alguma redução nos índices de inadimplência, pois os sonhedores prosseguem, sem serem molestados, a sua interminável festa; as instalações de água e esgoto beneficiaram tão-só, uns poucos pobres municípios, enquanto a grande maioria das cidades, à míngua dessa infra-estrutura, luta hoje contra toda a sorte de epidemias; e, finalmente, o financiamento de habitações só tem contemplado as grandes empreiteiras, favorecendo unicamente a aquisição da casa própria para as classes média-alta e rica.

Tendo ao fundo esse cenário, onde não se vislumbra, por mínima que seja, qualquer sombra de real benefício para a massa trabalhadora, vem a CEF meter também a sua mão no balaio, para adicionar nova e prejudicial medida ao extenso elenco de atos autorizativos de desvio ou apropriação dos recursos dos trabalhadores.

O Decreto nº 98.813, de 10 de janeiro de 1990, regulamentando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com base na Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, deferiu, em seu art. 52, ao Conselho Curador, a competência para baixar as instruções necessárias à centralização das contas na CEF, “notadamente no que se refere à atualização dos respectivos créditos e à exata informação”.

Centralizadas as contas na instituição gestora, ficaria também autorizado qualquer ato destinado à simplificação dos procedimentos, tanto para a movimentação como para o saque.

A Caixa Econômica Federal iniciou o processo de centralização das contas, com exclusão, é certo, daquelas abertas e mantidas em “bancos problemáticos”, isto é, em estabelecimentos bancários que se sentem autorizados a descumprir a lei e, por isso mesmo, não transferiram obrigatoriamente os respectivos saldos.

Autorizada, como se viu, a efetivar a centralização, entendeu a CEF que a apontada legislação lhe deferia também a competência para promover a unificação dos saldos dos depósitos, nos casos de uma só titularidade distribuída em várias contas.

Além do mais, a alta direção da CEF se apercebera de que, antes de conduzir os destinos de um “banco social”, no caso voltado para a proteção dos interesses dos trabalhadores, cumpria-lhe obedecer às linhas-mestras da política econômica e, por conseguinte, incumbia-lhe criar toda uma série de obstáculos para que o titular de sua conta do FGTS tivesse acesso ao resgate de seu saldo.

Temos, então, que o beneficiário do depósito, com o amparo da legislação citada, teria a oportunidade de receber o valor do saldo de sua conta inativa — sem depósito há pelo menos 3 anos —, a partir de 14 de maio de 1993. Todavia,

a CEF, ao processar a unificação, juntou numa só as contas ativas e as inativas de cada trabalhador.

Dessa forma, o beneficiário que mantiver algum vínculo empregatício, na ocasião do saque, estará impedido de efetivar a retirada. Mais ainda: quando demitido sem justa causa, o trabalhador não poderá receber o total de seus créditos unificados, mas tão-somente o valor correspondente ao saldo da conta ativa.

A medida, sobre ser casuística e flagrantemente ilegal, importa em irrecuperável prejuízo para a classe trabalhadora, bastando ver que os saldos das contas inativas, sem novos depósitos por mais de 5 anos, serão incorporados, de forma automática, ao patrimônio do Fundo.

Embora a legislação defina como conta inativa aquela onde não se efetivaram novos depósitos há mais de 3 anos, permitindo, portanto, o resgate, decorrido esse prazo, a CEF, mediante o artifício da unificação das contas, as transformou em ativas antes da extinção do prazo e, com isso, criou para os trabalhadores nova impossibilidade de gerir os próprios haveres.

Esses os argumentos que desejava produzir, nesta oportunidade, para consignar o meu mais veemente protesto contra essa indigitada medida da CEF, posto que é de ser rejeitada a justificativa, de seus diretores, sustentando que o saque de todas as contas inativas ensejaria um grande afluxo de trabalhadores ao caixa do FGTS, num momento de dificuldades econômicas para o País.

É de se esperar, Sr. Presidente, que também essa questão mereça as atenções da atuante Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investiga irregularidades no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mínimo para que a direção da Caixa venha oferecer razões mais consistentes para as medidas que sucessivamente pratica, no sentido único de infelicitizar e desfavorecer o trabalhador brasileiro, e de exigir-lhe maiores e já insuportáveis sacrifícios.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cardoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, espero que o nobre Senador Maurício Corrêa esteja presente, pois ontem à tarde S. Ex^a leu um parecer de uma subprocuradora relativamente ao Ministério Público do Tribunal de Contas. Posteriormente, ouvi dois Senadores completamente espantados dizendo que, se existe uma decisão do Supremo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, não há o que discutir. Eu disse aos dois Senadores — por delicadeza não declino nomes pois isso não foi uma decisão, e sim um parecer de uma subprocuradora.

Lamentavelmente há poucas pessoas presentes. Tenho aqui a decisão do Supremo e o parecer do Procurador. Quero mostrar que o Supremo, em absoluto, ratificou o parecer da subprocuradora. Pelo contrário, o Relator, que é um grande juiz, o Ministro Moreira Alves, fez questão de frisar na ementa e no julgamento que não apreciava a questão constitucional federal.

Sem intenção, é claro, o nobre Senador Maurício Corrêa leu um texto que deu a impressão de ser um julgamento. Não o era. Era um simples parecer, e o julgamento nega qualquer relação recisória com o fundamento lembrado pelo discurso do nobre Senador Maurício Corrêa. E com isso, sem querer, repito, involuntariamente, S. Ex^a induziu ao erro al-

guns Senadores que estavam comentando que, diante de uma decisão do Supremo, não há mais nada a discutir.

Quero dizer aos Srs. Senadores os quais ainda têm alguma dúvida a respeito, que está em minhas mãos cópia do parecer mencionado e cópia integral do julgamento. Vejam V. Ex^a que, já na ementa, o julgamento consigná: "Mandado de segurança. Invalidez de portaria que designou o Procurador de Justiça para exercer a chefia do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Inexistência de ofensa ao art. 130 da atual Constituição Federal. Mero argumento de reforço" nem sequer se trata de fundamento de reforço — "para demonstrar a exatidão da exegese dada ao art. 88 da Constituição Estadual". Quer dizer, o julgamento do tribunal fundou-se no art. 88 da Constituição Federal.

E acrescenta a ementa: "Além de o fundamento efetivo da concessão da segurança não ter sido atacado" — aqui é que está o importante — "não poderia sê-lo em recurso extraordinário, por dizer respeito a direito constitucional estadual, e não federal".

Quer dizer que a questão constitucional federal ficou fora da apreciação do tribunal, que se circunscreveu, se restringiu a discutir e a decidir a questão dentro dos limites da Constituição Estadual de Rondônia. Concluir daí que isso afeta ou importa numa interpretação, por parte do Supremo Tribunal Federal, do art. 130 da Constituição Federal, é realmente uma falácia. Pode ser involuntária, mas é uma falácia no sentido lógico.

Vou ler aqui o que dizia um dos mais antigos lógicos sobre falácia. Ele menciona uma série de falácias e diz: "A falácia de acidente é um lugar hábil para enganar, quando se atribui à coisa por si o que lhe convém por acaso e acidentalmente".

Por acaso e acidentalmente um desembargador de Rondônia referiu-se ao art. 130. Por acaso e acidentalmente, um desembargador de Rondônia utilizou o argumento. Mas não foi por acaso, nem acidentalmente, que o Ministro Moreira Alves disse:

"Não tem nada a ver, não apreciamos a questão constitucional federal."

Passarei a ler, agora, as palavras do próprio Ministro no final do julgamento.

O Sr. Antonio Mariz — V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Pois não.

O Sr. Antonio Mariz — Senador José Paulo Bisol, vejo que o Senador Maurício Corrêa não se encontra agora no plenário. Certamente S. Ex^a responderá aos argumentos suscitados...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas por que V. Ex^a assim entende, quando estou afirmando que S. Ex^a, ao fazer a leitura de um texto, foi mal interpretado e, involuntariamente, induziu alguns Senadores à erro. Posso, inclusive, declinar o nome dos dois Senadores — só não o faço por delicadeza — que, ontem, impressionados, afirmavam haver um julgamento do Supremo. E não há um julgamento.

O Sr. Antonio Mariz — O meu aparte, como tangencia a intervenção do Senador Maurício Corrêa — e não tenho procuração de S. Ex^a para defendê-lo — diz respeito exatamente a essa afirmação de V. Ex^a, porque há, inegavelmente, uma decisão do Supremo de não conhecer do recurso. Mas

uma das razões do não conhecimento do recurso é o ponto lido por V. Ex^a inexistência de ofensa ao art. 130 da atual Constituição Federal. A matéria diz respeito, com certeza, a leis locais, à Lei Orgânica do Ministério Público de Rondônia e à Constituição de Rondônia. Contudo, é evidente que tanto os dispositivos constitucionais quanto a Lei Orgânica de Rondônia deveriam ajustar-se ao art. 130 da Constituição. Ora, se o Procurador-Geral da Justiça do Estado de Rondônia designa promotores públicos para servirem junto ao Tribunal de Contas do Estado, se há um mandado de segurança encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e a Corte Suprema se recusa a tomar conhecimento do argumento de que não há ofensa ao art. 130, evidentemente, isso é uma decisão sobre a matéria.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Absolutamente, V. Ex^a está fazendo uma falácia incorretíssima. V. Ex^a nem sequer permitiu que eu lesse o texto.

O texto diz:

"Ora, se a segurança foi concedida para declarar inválida a Portaria impugnada, com base no texto constitucional estadual..."

O Sr. Antonio Mariz — Nobre Senador José Paulo Bisol, V. Ex^a me concedeu o aparte ou não?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Concedi o aparte, mas esperava que V. Ex^a abordasse apenas o assunto em questão.

O Sr. Antonio Mariz — Estou no assunto. Falácias são os argumentos de V. Ex^a, que insiste em ignorar um fato absolutamente incontestável: a existência de um Ministério Público no Tribunal de Contas da União há um século. A Constituição Federal está em vigor há 3 anos e permanece o Ministério Público funcionando junto ao Tribunal de Contas. Trata-se de um parquet especial, como se diz no jargão próprio.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não estou discutindo isso.

O Sr. Antonio Mariz — É isso que estamos discutindo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não estamos, mas amanhã o faremos.

O Sr. Antonio Mariz — V. Ex^a, então, está apenas contestando o nobre Senador Maurício Corrêa?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Apenas.

O Sr. Antonio Mariz — No entanto, V. Ex^a o negou quando iniciei meu aparte, dizendo que eu nada tinha a tratar em relação ao Senhor Maurício Corrêa. Já não sei mais o que está sendo discutido.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Estou apenas fazendo uma retificação de que o que foi lido ontem não significa o que dois Senadores interpretaram.

O Sr. Antonio Mariz — Contesto. Significa que estou aqui com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que se recusou a tomar conhecimento...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Vamos discutir esse assunto amanhã. Permita que eu exponha a minha explicação. V. Ex^a parece não gostar que eu me pronuncie.

O Sr. Antonio Mariz — Vou concluir o meu aparte, apenas citando, à título de mera ilustração, evidentemente, o

Decreto nº 1.166, de 17-10-1982, que estabeleceu esse Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. O Procurador-Geral da República enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 69, de 1989, posterior à Constituição. Não tratou sobre o Ministério Público do Tribunal de Contas, porque entende ser um Ministério Público especial. Era esse o meu aparte.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Aceito a discussão se tivermos que discutir. Entretanto, no momento, não estou discutindo o assunto, mas apenas afirmando que, ontem — infelizmente vou ter que repetir — o nobre Senador Maurício Corrêa leu este parecer, que tenho em mãos, de um subprocuradora, que sustenta existir o tal *parquet sui generis* do Ministério Público no Tribunal de Contas da União. E, ou por impropriedade da linguagem ou por impropriedade da captação do seu sentido, de repente, surpreendi-me ouvindo dois Senadores no plenário dizendo ser essa uma questão decidida pelo Supremo, quando não há questão. É explícito. Se não fosse explícito, eu, até nem arriscaria, mas é explícito porque o Ministro Moreira Alves teve o cuidado de dizer o seguinte:

“Ora, se a segurança foi concedida para se declarar inválida a Portaria impugnada, com base em texto constitucional e estadual vigente na época em que ela foi editada, este fundamento — e não o reforço à interpretação dada a este dispositivo estadual — é que teria de ser atacado, porque o recurso não foi conhecido.”

Por quê? Porque só podiam atacar o fundamento ligado à Constituição Estadual, mas só atacaram o fundamento ligado à Constituição Federal. S. Ex^a está afirmando que apenas o fundamento ligado à Constituição Estadual poderia ser atacado — são palavras do Ministro Moreira Alves — o que, no entanto, não seria possível por meio de recurso extraordinário. Daí por que não conheceram, sequer discutiram ou julgaram, uma vez que a norma aplicada é de Direito Constitucional local e não federal.

Por conseguinte, o julgamento ligado ao parecer, mencionado pelo nobre Senador Maurício Corrêa ontem, não envolve nenhuma opinião, julgamento, ou parecer do Supremo Tribunal Federal, relativamente ao art. 130 da Constituição Federal. Pode ser que outro julgamento, que eu não conheça, faça essa referência. Se alguém me trouxer esse outro julgamento, posso reconhecer. Mas este aqui, explicitamente — e a explicitação é feita pelo Relator — não diz respeito ao art. 130 da Constituição Federal.

O Sr. Maurício Corrêa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Maurício Corrêa — Ontem, quando terminei de falar a esse respeito, V. Ex^a procurou-me e perguntou se eu poderia ceder cópia dessa decisão, com o que assenti. Fui advogado durante vários anos e nunca iria confundir uma decisão...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas eu não disse isso. Repito que comentei o fato de dois Senadores terem entendido mal. Se foram induzidos, foi uma ação involuntária.

O Sr. Maurício Corrêa — Senador José Paulo Bisol, já disse a V. Ex^a que estou de pleno acordo com a discussão, em tese, da matéria. V. Ex^a tem toda razão quando quer atribuir, junto a todos os Tribunais de Contas, a presença

do Ministério Público, que tem que ser uno, para uma melhor fiscalização, por ser um quadro à parte. Contudo, enquanto existir o art. 130, o meu raciocínio é de que não haverá condições de mudar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Esse é no assunto.

O Sr. Maurício Corrêa — Inclusive, no Supremo Tribunal Federal há uma controvérsia enorme, que está posto em saber quais são aqueles poderes, atribuídos à União pela Constituição, que os Estados têm que seguir e quais são aqueles Poderes a que os Estados não precisam obedecer. O Supremo Tribunal Federal tem vários questionamentos nesse sentido. Essa é uma questão que o Supremo vai ter que decidir. Pergunto a V. Ex^a: o Supremo já decidiu em caráter de mérito? Não. Ontem, li a ementa do julgamento do mandado de segurança proferido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. A decisão provém daquele tribunal. Houve recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, o que V. Ex^a explicita bem.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não conheceram porque não lhes dizia respeito.

O Sr. Maurício Corrêa — Não conheceram, porque se trata de uma interpretação constitucional local. Portanto não seria competência do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PAULO BISOL — Exatamente. É essa a minha preocupação.

O Sr. Maurício Corrêa — Eu disse que havia um arresto proferido por uma Corte, no caso a do Estado de Rondônia, e aproveitei para citar, finalmente, o parecer da própria Procuradora que oficiou no feito, manifestando o endosso à tese que defendemos contrária a de V. Ex^a. Entretanto, se Senadores extraíam informações ou deduções diversas dessas, na verdade não foi o que eu quis dizer nem disse. Estão aí as notas taquigráficas para comprovar. Era esse o esclarecimento que eu queria fazer, embora V. Ex^a tivesse declarado que realmente não foi o que eu disse. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — O importante é que não fique neste plenário a idéia de que esse julgamento envolveu sequer argumentos ou opiniões no Supremo Tribunal Federal relativamente ao art. 130.

A outra questão é a tese; a do Senador é uma e a minha é outra. Se eu fosse defender a tese hoje, enfraqueceria o discurso de amanhã, se é que conheço um pouco o problema de persuasão.

Vou brincar um pouco sobre o assunto.

Existe uma figura mitológica chamada Hermafrodita. É uma palavra feia. Segundo a mitologia Hermafrodita era filho de Hermes e de Afrodite. Ele era um homem belíssimo, tão lindo que não havia ninfa que não se sentisse abalada ao vê-lo. Hermafrodita fez uma viagem para uma cidade chamada Cária e, ao passar por um riacho, resolveu banhar-se, pois estava cansado. Foi quando os olhos deslumbrados de uma ninfa chamada Salcimar ficaram completamente tomados de amor pela beleza de Hermafrodita. Ela pediu a dois deuses poderosos que a unisse a ele e não os desunisses jamais. O resultado foi que Hermafrodita e Salcimar ficaram vinculados como dois irmãos siameses e nunca mais puderam se separar, o que considero de muito mau gosto. O amor é um sentimento interessante, requer um distanciamento para que sintamos a necessidade de uma aproximação. Se ficamos muito

juntos, não enxergamos. É verdade que, às vezes, para enxergar um amor, é preciso fechar os olhos.

O nome do Tribunal de Contas da União é o Ministério Público da União é, mitologicamente, Hermafrodita. São vinculados sempre. Curiosamente, por definição, o Ministério Público é o álter. Freud, quando examinou as pessoas, disse que, estruturalmente, as pessoas têm um id, que está ligado ao prazer; um ego que está ligado à realidade; e um superego, que está ligado à autoridade paterna e que serve de controle da existência. O superego é uma espécie de ser à parte no indivíduo, é a representação paterna, é a representação da autoridade. Até na estruturação da psicanálise existe o álter, o outro, que faz a crítica. No caso de Hermafrodita e Salcimmar, não há, porque estão unidos de tal forma que são uma só cabeça, um só sexo, um só corpo e resolvem tudo unitariamente.

Como pode um órgão, ainda que seja um tribunal administrativo, ser um tribunal e, ao mesmo tempo fazer, ele próprio, com as suas mãos e com a sua cabeça, um ministério público, o álter? Mas que fantástico lobby é esse? São 100 anos assim!

Se uma doença tem 100 anos e de repente se descobre a terapêutica, não se deve curar a doença? Que importa que a doença tenha 200 anos? Se ela se tornou curável, vamos curá-la!

O Sr. Antonio Mariz — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Pediria a V. Ex^a que aguardasse, pois agora vou expor.

O Sr. Antonio Mariz — V. Ex^a está se referindo à minha argumentação de 100 anos. Creio que seria um dever.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Ex^a estava conversando e não ouviu. Eu não ia me referir a esse argumento, mas como V. Ex^a e o Senador Maurício Corrêa o usaram, resolvi fazer uma prévia do que apresentarei amanhã com muito mais profundidade.

O Sr. Antonio Mariz — Se V. Ex^a permitir, direi que o Ministério Público não é criação do Tribunal. É resultado de concurso público e de nomeação do Presidente da República.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não lhe dei o aparte e peço a Presidência que me garanta a palavra. Não vou negar aparte nunca, mas vou tomar a liberdade de concedê-lo quando me parecer conveniente. Ou isso seria fora da elegância?

O Sr. Antonio Mariz — Realmente é deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Palavra está como o orador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — É deselegante do ponto de vista de V. Ex^a A concessão de apartes no momento oportuno, para o orador, tem sido feita de diversas maneiras por diversas pessoas, quicá até por V. Ex^a Não vou dar o aparte, porque eu não estou aqui para ser, grosseiramente, agredido. V. Ex^a guarde o seu aparte para sua própria administração. E eu vou fazer o meu discurso.

O Sr. Antonio Mariz — V. Ex^a pode agredir.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Trata-se de uma enfermidade congênita. A tese é simples: é impossível nomear-se o próprio fiscal. Na verdade, não existe Ministério Público no Tribunal de Contas, existe uma assessoria Jurídica que não tem condições de exercer a função de Ministério Público.

Não estou levantando a questão constitucional. Estou considerando a questão ontológica, entitativa.

Se há Ministério Público, ele é o outro. Suponhamos, amplamente falando — e acho que pela Constituição isso estaria errado — que não seja o Ministério Público existente; imaginemos que possa ser um outro. Mas, obviamente, não pode ser um Ministério Público elaborado dentro da entidade que ele vai fiscalizar.

Essa questão já impressionava os romanos quando perguntavam assim: "Quis custodia at, custodia at, iso". De que o Ministério Público do Tribunal de Contas vai cuidar? Tenho comigo três julgamentos do Tribunal de Contas, o que é difícil conseguir. Amanhã mostrarei, na prática, como o sistema funciona.

Analisemos um outro ponto da questão. Ministério Público, segundo a Constituição, é representante da sociedade. Tem que representar a sociedade no seu aspecto fiscalizador e, do ponto de vista da concepção mais moderna que existe de democracia, no aspecto da transparência. As instituições têm que ser transparentes.

Temos na Constituição as formas características pelas quais são escolhidos os representantes da sociedade. De repente, existe uma forma toda especial para um tribunal administrativo, como o Tribunal de Contas! Ouço do relator o argumento de que funciona melhor assim. Não posso aceitar esse argumento porque ele contém, em si mesmo, a sua própria negação. Se o tal de Ministério Público do tribunal de Contas funciona melhor que os outros, vamos fechar os outros. Proponho que a Constituição seja modificada e seja extinto o Ministério Público, porque o Ministério Público particular da União, segundo suscentou o nobre Relator, é mais ágil, funciona melhor.

Se precisamos de agilidade na análise das contas, quanta agilidade não precisamos na análise da liberdade do cidadão, nas questões de propriedade, nas questões civis, que são a constituição do cidadão?

Então, se funciona melhor lá, muito bem, vamos extinguir os ministérios públicos e criar um ministério particular para o Supremo Tribunal Federal, que tem decisões um milhão de vezes mais graves e sérias do que o Tribunal de Contas. Ele que faça o seu Ministério Público também! O Superior Tribunal de Justiça vai fazer o seu Ministério Público, a Justiça Federal vai fazer o seu e vamos adotar a grande solução: ministérios públicos particulares! Essa é a questão! Ou é importante um Ministério Público unitário, independente, autônomo, tal como nós o definimos na Constituição!

O art. 128 é igual ao art. 92. No art. 128 se diz quais são os órgãos do Ministério Público; e no art. 92 se diz quais são os órgãos judiciários.

É impossível, Sr. Presidente, criar um órgão judiciário que não esteja previsto no art. 92, e é impossível criar um Ministério Público que não esteja previsto no art. 128.

Agora, o lobby do Tribunal de Contas na Constituinte propôs que se colocasse no art. 128, como órgão do Ministério Público, o Ministério Público dos Tribunais de Contas. Por iniciativa do Constituinte Ibsen Pinheiro — isso está sendo narrado para ser verificado se é verdade ou não — foi retirado. O Deputado Ibsen Pinheiro é promotor de Justiça, é membro do Ministério Público. Por iniciativa dele, com a votação da maioria da Constituinte, retirou-se o chamado Ministério Público do Tribunal de Contas da relação *numerus clausus*.

Duvido que um jurista venha aqui me dizer que o art. 128 não é *numerus clausus*. Só se não souber o que significa.

A relação ali é exaustiva. O que não está ali não está no mundo, *non este in mundus*. É número exaustivo e ali não está o Ministério Público do Tribunal de Contas.

Agora, por descuido do Deputado Ibsen, um outro Constituinte, o Constituinte Corrêa — não me recordo o primeiro nome — insistiu em colocar o art. 130. Mas o art. 130, primeiro, não pode acrescentar nada ao art. 128, porque o art. 128 é *numerus clausus*, assim como o art. 92 é *numerus clausus*. E quem é que pode, com alguma lógica e alguma juridicidade, sustentar que, em relação à Justiça, o número é exaustivo, e em relação ao Ministério Público não é? Mas qual é a lógica desse Constituinte? Se é *numerus clausus* para a Justiça, nenhum órgão da Justiça existirá sem estar previsto no art. 92. Também nenhum órgão do Ministério Público existirá sem estar no art. 128. Então, como amanhã vou ler, por interpretação integrativa, que é a única possível em semelhantes hipóteses, e eu vou trazer aqui juristas que mostram isso, quando ocorrem essas contradições, elas devem ser superadas pelo que se chama hermenêutica ou interpretação integrativa.

Por interpretação integrativa há que se entender que o art. 130 se refere não a um novo Ministério Público, mesmo porque ele não usa a expressão. Ali está escrito:

“Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.”

Bom, se o art. 128 é exaustivo, é um *numerus clausus*, e se o art. 130 não pode, técnico-legislativamente, acrescentar nada ao art. 128, e se além disso, o art. 130 não fala em Ministério Público, mas em membros do Ministério Público que trabalham junto ao Tribunal de Contas, qual é a conclusão que se tira? A conclusão que se tira é que ele está se referindo a membros do Ministério Público que estão trabalhando no Tribunal de Contas.

Orá, é forçar a interpretação, é outra coisa. E, além disso, esse Genoveve aqui é um dos mais antigos lógicos que se conhece; amanhã, se quiserem, eu trago uns mais modernos; tenho aqui um moderníssimo, Willard Van Orman Quine, poderia citá-lo, mas eu vou ficar, por enquanto, nesse mais antigo aqui. O que ele diz aqui:

“Pedir princípio é tomar por argumento aquilo que está posto em questão, isto é, provar o mesmo pelo mesmo”.

Então, só porque há uma referência a membros do Ministério Público — referência à técnica, é verdade... Mas como todos os grandes juristas e professores ensinam, nas possíveis contradições de contextos legislativos, sobretudo constitucionais, a hermenêutica devida é objetivista, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, integrativista. Evidentemente, é uma falácia dizer que se cria um novo Ministério Público aí. Isso do ponto de vista constitucional.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não me preocupa a questão constitucional nisso aí. O que me preocupa é a explicação: para que serve o Ministério Público no Tribunal de Contas, criado pelo próprio Tribunal de Contas, contra toda a história das instituições, contra o princípio da alteridade, contra o princípio da economia, contra o princípio da seriedade?

Agora, o que é que acontece? Os membros do Ministério Público do Tribunal de Contas ficam chateados; alguns estão em condição de serem ministros. Não quero prejudicá-los. Os meus problemas nunca são pessoais. E providenciamos — e o próprio Ministério Público providenciou — emendas

para garantir a condição profissional dessas pessoas. Mas não chegam isso? Não se pode curar nada, não se arruma nada, não se muda nada neste País? Uma instituição doentia que contém em si mesma a sua negação, que nomeia o seu fiscal, uma coisa gritante, visível! Não é colocar na rua, não é dispensar essas pessoas! Há as emendas, que amanhã nós vamos votar, que garantem essas pessoas. Mas vamos fazer uma coisa direita. Ou então, se é tão ruim assim colocar o Ministério Público lá, vamos dar uma explicação para o povo! Olha, não se deve colocar o Ministério Público no Tribunal de Contas, porque ele tem uma certa especialidade. Qual é ela? A especialidade é fazer contas e o Ministério Público está mais ligado a leis. Mas isso aqui é previsto. É previsto que uma vez com o encargo de prover os cargos do Ministério Público no Tribunal de Contas o Ministério Público terá de criar essa função especializada. É óbvio. Essa legislação está sendo feita. Temos aqui um relator da Lei Orgânica do Ministério Público, que está providenciando a criação desse quadro especial, dentro do Ministério Público, cuja finalidade é exatamente entender de contas, para exercer a função do Ministério Público, adequadamente, no Tribunal de Contas, e acabar com uma condição que não fica bem para os seus Ministros, chega de príncipes nesta República. Perdoem-me os Srs. Ministros. Chega de príncipes, sobretudo de príncipes sem fiscalização, sobretudo de príncipes donos de *arcana imperii* de segredos de Estado, sobretudo de príncipes que nem sequer se preocupam com uma questão *sub iudice*. Nós, aqui, através da Comissão de Constituição, Justiça, e Cidadania decidimos que a questão da ascensão funcional precisa ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal. Dei o parecer no sentido de que, a meu ver, a ascensão funcional quando pressupõe ascensão de uma carreira para outra, é inconstitucional. A Comissão clusão de que estava a razão comigo, e unanimemente, se não me engano, decidiu que a ascensão é inconstitucional. Mas estamos esperando a decisão do Supremo e se ele julgar que é constitucional, faremos a ascensão dos nossos funcionários, porque eu não sou dono da verdade; o Senador Chagas Rodrigues que votou comigo, também não o é. Agora, o Supremo, é dono dessa verdade, a palavra dele é final.

O Ministro Moreira Alves votou e disse que era inconstitucional; o Ministro Célio Borja pediu vistas e o fez, *ad eternum*. Agora ele é Ministro, foi premiado, por certo porque não decidiu essa questão. O que aconteceu com essa demora do Supremo? É que nós amarramos os nossos funcionários, eles hoje são vítimas de uma preocupação jurídica minha e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eles não têm ascensão funcional porque entendemos ser ela inconstitucional. Mas, o Tribunal de Contas da União advertido — eu sei o que estou dizendo e tenho testemunho disso, porque fui eu quem pediu para telefonar para lá e quem o fez foi pessoa muito importante na hierarquia nacional — o Tribunal de Contas da União fez ascensão e continua fazendo até hoje, porque eles são príncipes, porque eles não têm Ministério Público, porque eles fazem o que bem entendem, porque não há limite na discricionariedade lá dentro. Eles decidem como bem entendem, porque ninguém fica sabendo — gostaria que um jornalista me dissesse se é capaz de descobrir alguma coisa lá dentro do Tribunal de Contas da União: daquele Tribunal de Contas não sai nada, nem espremido. É tudo secreto. Cinquenta por cento das reuniões realizadas no ano passado foram secretas.

Todo mundo sabe, e é lição do Norberto Bobbio, que uma das características fundamentais da democracia é a trans-

parência, é a ausência de segredos. E nós aqui estamos votando no sigilo deles. E sigilo com fundamento, no mais indeterminado dos conceitos jurídicos, que é o conceito de interesse público. O que significa que os Srs. Ministros farão sessões secretas quando eles quiserem, porque dizer que é interesse público é a coisa mais fácil do mundo.

O que estamos fazendo? Estamos brincando com a seriedade.

Quem sabe fazemos uma coisa séria. Quem sabe abrimos uma sindicância para saber o que o Tribunal de Contas faz. Acho que seria interessante, porque aqui, no nosso projeto, que é um aperfeiçoamento muito respeitado, mas insuficiente, admitimos que eles julguem vincular suas decisões com os fundamentos. Um absurdo total. E que eles julguem sem vincular a decisão deles com a prova, está aí no projeto.

Mas onde é que está a nossa cabeça? Olha aqui, o ex-Senador Paulo Brossard não gosta muito da minha pessoa.

O Sr. Pedro Simon — Não é verdade!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — S. Ex^a proferiu um julgamento, há poucos dias, do qual tripudiou, divertiu-se em cima de uma emenda produzida por mim na Constituição. Posso ficar chateado, mas não posso dizer que o Ministro Paulo Brossard é um homem vil. Não posso dizer que S. Ex^a é covarde, porque o que S. Ex^a diz é publicado. Entende, Senador? Eu tenho é que respeitá-lo. O que S. Ex^a diz de mim, lá no seu julgamento, é publicado e, se eu quiser, vou me defender. S. Ex^a tem o direito de dizer — e estou aqui para afirmar aos gritos — Brossard tem o direito de censurar ou discordar do Bisol e, até de gozar, de tripudiar, porque o que S. Ex^a faz e o que diz é escrito.

Agora, no Tribunal de Contas, só é publicada a conclusão com a qual concordamos aqui. Quero saber por quê? Expliquem-me por quê? É patético o que estou dizendo. Só quero saber o porquê. Qual é a diferença? Qualquer sentença de qualquer juiz, em qualquer hierarquia do Judiciário tem que ter dois tipos de fundamentação. Uma tem que ser juridicamente fundamentada, tem que estar ligada a uma norma jurídica; duas, tem que estar ligada ao fato. *Quod non est in acto* — dizem os juristas *non est in mundo*. O que não está no processo não está no mundo. Quer dizer, o juiz precisa fundamentar a sua decisão na lei e nos fatos. No Tribunal de Contas, estamos fazendo uma lei em que ele não precisa nem juntar a prova e só colocar as conclusões. Amanhã vou mostrar para os senhores dois julgamentos seriíssimos...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em três minutos devemos encerrar a sessão. Só para orientação de V. Ex^a

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Evidentemente, fico satisfeito de não poder falar mais, já estou exagerando, e hoje tive a oportunidade de escutar um brilhante discurso de uma hora e meia de um dos maiores Senadores que conheço, Mário Covas. Estou feliz e talvez, por isso, um pouco entusiasmado.

Veja que não estou pedindo simpatia, pelo contrário, estou enfrentando a borrasca, a dificuldade, enfrentando o difícil. Ser Senador, a meu ver, é isso. Nós temos que ter coragem de arrumar as coisas, o que é que adianta fazer leis contra a corrupção das pessoas se nós deixamos a corrupção institucional, que é muito mais grave do que a corrupção individual.

A corrupção institucional é que tem de ser combatida, porque, só depois disso é que vamos conseguir alguma coisa relativamente à corrupção das pessoas.

Deixo essa proposta no ar.

Vejo que existe muita dificuldade nisso aí, mas vou até o fim nessa luta. Não tenho amigos e nem inimigos dentro desse tribunal. Só descobri que, realmente, é um principado e o mais fantástico de tudo isso, para encerrar, é a maior sociedade secreta deste País. Uma instituição constitucionalmente prevista é por definição, pública, é por natureza, pública e é por substância, pública. E esse tribunal é a maior sociedade secreta do Brasil. É um paradoxo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, ofícios que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.
São lidos os seguintes:

Of. nº 053/92

Em 1º de abril de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal — PFL, no Senado Federal, para solicitar as necessárias providências no sentido de substituir o Senador Francisco Rollemberg pelo Senador Carlos Patrocínio, na composição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres do Brasil.

Agradecendo ao ilustre Presidente a atenção dispensada, valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração. — Senador Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

SGM/P nº 0522

Brasília, 1º de abril de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 39/92, desta data, da Liderança do PDC, a indicação do Deputado Jamil Haddad, para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar a incidência e esterilização em massa de mulheres no Brasil”, em substituição ao Deputado Eduardo Matias.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Ibsen Pinheiro, Presidente.

SGM/P nº 0523

Brasília, 1º de abril de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 45/92, de 31 de março p.p., da Liderança do Bloco, a indicação da Deputada Jandira Feghali (PC do B), para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar a incidência e esterilização em massa de mulheres no Brasil”, em substituição ao Deputado Jairo Carneiro.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Ibsen Pinheiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Está esgotado o prazo regimental da sessão.

Nestas condições, toda a matéria da pauta de hoje fica sobrestada.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobrestada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 62, de 1992, da Comissão

— de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao projeto com 35 emendas que oferece.

(Dependendo de Parecer sobre as emendas de Planário).

**(PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991
(COMPLEMENTAR))**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991— Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, tendo

PARECERES, proferidos em plenário. Relator: Senador Meira Filho.

— 1º **pronunciamento**: favorável ao projeto;

— 2º **pronunciamento**: favorável à emenda de plenário.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no país de origem, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1992, da Comissão

— de **Assuntos Econômicos**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1984

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984 (nº 44/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983, tendo

PARECERES, sob nº 35, 36 e 37, de 1992, das Comissões.

— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**: 1º pronunciamento: favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta; 2º pronunciamento: ratificando seu parecer anterior; e

— de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CRE.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1991 (nº 69/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, em Brasília, em 7 de novembro de 1990, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 31, de 1992, da Comissão

— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1991 (nº 46/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução de Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 32, de 1992, da Comissão

— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 24, de 1992, da

— **Comissão Temporária**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1991

Discussão, em turno único, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que altera a redação do art. 159, I, b, da Constituição, e o art. 34, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência cancela a sessão extraordinária anteriormente convocada para realizar-se, hoje, às 18 horas e 30 minutos.

O Sr. Senador Iram Saraiva enviou à Mesa requerimento cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, letra a, item 3 do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente. As proposições serão anunciadas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1991 (nº 4.618/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais”;

— Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1991 de autoria da Senadora Marluce Pinto, que dispõe sobre o custeio de transporte escolar e construção e manutenção de casas do estudante do ensino fundamental com recursos do salário educação, e dá outras providências; e

— Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que acrescenta dispositivos ao art. 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Aos Projetos não foram apresentadas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 62, de 1992, da Comissão

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao projeto com 35 emendas que oferece.

(Dependendo de parecer sobre as emendas de plenário.)

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991 (COMPLEMENTAR)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991 — Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, tendo

PARECERES proferidos em plenário: Relator: Senador Meira Filho.

— 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

— 2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 17, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 17, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no país de origem, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1992, da Comissão

— **de Assuntos Econômicos**.

— 5 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1984

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984 (nº 44/84, na Câmara dos Deputados),

que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983, tendo

PARECERES, sob nºs 35, 36 e 37, de 1992, das Comissões:

— **de Relações Exteriores e Defesa Nacional**: 1º pronunciamento: favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta; 2º pronunciamento: ratificando seu parecer anterior; e

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CRE.

— 6 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1991 (nº 69/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, em Brasília, em 7 de novembro de 1990, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 31, de 1992, da Comissão

— **de Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 7 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 1991

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1991 (nº 46/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 32, de 1992, da Comissão

— **de Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 8 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1992 (nº 99/91, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Governo da República relativas ao exercício financeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, da
— **Comissão Mista de Orçamento**.

— 9 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 24, de 1992, da
— **Comissão Temporária** (5ª sessão de discussão).

— 10 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1991

Discussão, em turno único, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que altera a redação do art. 159, I, b, da Constituição, e o art. 34, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (4ª sessão de discussão).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

(*ATO DO PRESIDENTE Nº 82, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.858/92-0 resolve aposentar, voluntariamente, JORGE SARAIVA DE CASTRO, Analista Legislativo, Área de Orçamento Público, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de março de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

(* Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II), de 17-3-92

PORTARIA Nº 11, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve designar MARCELO AUGUSTO BERNARDES NORMANDO, mat. 1317, Especialista em Administração Legislativa/Análise; FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ, mat. 1417, Especialista em Administração Legislativa/Análise; PAULO CÉSAR GUIMARÃES

SILVA, mat. 1123, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Análise, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Inquérito Administrativo incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 00254/92-4/CEGRAF.

Senado Federal, 2 de abril de 1992. — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS CONGRESSISTAS**
(Criado pela Lei nº 4.284/83)

PARECER

Assunto: Balancete Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, de acordo com o que estabelece o art. 12, inciso III da Lei nº 7.087 de 20 de dezembro de 1982, examinou o Balancete Patrimonial e o Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1º-1 a 31-10-91, juntamente com o Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de outubro/91 e, considerando que essas peças traduzem a situação patrimonial e financeira do Instituto em 31-10-91.

Resolve: aprovar os Balancetes e Demonstrativos das Receitas e Despesas do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, referentes ao mês de outubro/91, apresentando um Ativo com um Disponível Imediato de Cr\$15.454.548.013,84; investimentos no valor de Cr\$1.125.110.820,87 e Créditos Diversos no valor de Cr\$1.620.024.305,25; Recursos Realizáveis a Longo Prazo no valor de Cr\$5.927.579,62; Ativo Permanente no valor de Cr\$25.578.544,14 e Valores Custodiados de Cr\$11.926,23. O Passivo da Instituição demonstra um Exigível Operacional de Cr\$142.411.038,02; um Exigível Atuarial no valor de Cr\$16.429.756.249,70; Não Exigível de Cr\$1.655.117.595,23; Valores em Custódia de Cr\$11.926,23 e Contas de Resultado Futuro de Cr\$3.904.380,77. As Contas de Resultado demonstram a realização de Receitas no valor de Cr\$3.927.136.369,29 no mês de outubro/91 e de Cr\$20.058.197.269,94 acumuladas no ano e despesas de Cr\$3.927.136.369,29 no mês de outubro de 1991 e de Cr\$20.058.197.269,94 acumuladas no ano. Esta igualdade é resultante da constituição de reservas no mês de outubro no valor de Cr\$3.143.271.692,78.

Brasília, de de 1992. — Aloísio Vasconcelos.

-PROJCSN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SÉCULO FEDERAL
-4116811-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM OUTUBRO/91 (I P C)

Instituto de Previdência dos Cong...
Para Publicação no D.O.C.N. - Seção II

Em 21/03/1992
Rui Costa
Presidente

A T I V O		P A S S I V O	
70000 DISPONÍVEL IMEDIATO	15.454.548.013,04	81000 EXIGÍVEL OPERACIONAL	142.411.038,02
70200 BANCOS COM MOVIMENTO	3.417.416,28	81010 RESERVAS A RECEBER	62.520.082,54
70400 FÓRMICA	5.484.289.753,74	81011 IRRF SOBRE PENSÕES	51.690.822,54
70500 CONTA JORNAL C/USO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.438.379.400,14	81012 IRRF SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS	227.260,00
70600 CARTÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS/DOB	3.519.358.441,82	81300 CREDITOS DIVERSOS	79.054.236,51
70700 CERTIFICADOS DEPOSITOS BANCÁRIOS - CDB	2.139.713.643,75	81020 FOLGEO PARLAMENTAR	79.725.176,48
72000 INVESTIMENTOS	2.122.110.829,87	81024 DIVERSOS	131.059,03
72010 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVENÇADOS	1.122.046.191,00	81030 CECORIS	26.726,97
72020 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A	21.926,23	82000 EXIGÍVEL ATUARIAL	16.429.756.249,73
72030 AÇÕES DO BANCO PARLAMENTAR S/A	92.902,64	82010 RESERVAS MATEMÁTICAS/VENCIDOS EXPIRADOS	16.429.756.249,73
72040 CREDITOS DIVERSOS	1.628.026.308,25	82012 BENEFÍCIOS A CONCEDER	16.429.756.249,78
73010 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.699.016.400,97	83000 NÃO EXIGÍVEL	1.458.217.595,21
73020 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	69.444.791,60	83010 RESERVAS	1.650.670.755,73
73030 ADIANTAMENTOS POR DESPESAS DO PRONTO PAGAMENTO	44.489.147,37	83011 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.856,72
73040 CONSTITUÍCIAS A RECEBER	69.992,00	83012 RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	28.059.945,16
73100 J.S.E. E COR.MONEY.DA CONTA FIADO COMO APLIC. FINANCE.	51.444.712,31	83014 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	1.623.142.035,85
74010 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.927.579,42	83018 PROVISÕES	4.438.049,50
74010 INVESTIMENTOS A RECEBER	5.927.579,42	83021 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DUVIDOSAS	4.438.049,50
75000 PERMANENTE	25.578.544,14	84000 RESULTADO FUTURO	3.904.359,77
75010 BENS IMÓVEIS	24.660.009,00	84010 VARIAÇÃO NA CARTEIRA DE AÇÕES	45.406,77
75020 BENS MÓVEIS	1.918.544,14	84020 PENDENTE	3.049.026,00
76000 COMPENSADO	11.926,23	85000 CONFESSADO	11.926,23
76010 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23	85010 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23
TOTAL DO ATIVO	18.231.201.109,95	TOTAL DO PASSIVO	18.231.201.109,95

MARCA FELICIANO S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-DF 6747

FRANCISCO DOS SANTOS PASCOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4946

BRASÍLIA-DF, 31 DE OUTUBRO DE 1991

RUI COSTA
DIRETOR EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JAVIER
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TELEFONEIRO

-PROJCSN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SÉCULO FEDERAL
-4116751-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM OUTUBRO/91 (I P C)

A T I V O		P A S S I V O	
74010 INVESTIMENTOS A RECEBER	5.927.579,42		
74011 TÍTULOS DA DIVINDA AGRÁRIA	383.532,88		
74012 TÍTULOS DA ELECTROBRÁS	114.078,50		
74013 CDB/DOB - PERMANENTE	1.071.079,82		
74014 CDB/DOB NÃO CONVENCIONEIS	4.438.029,50		
75000 PERMANENTE	25.578.544,14		
75010 BENS IMÓVEIS	24.660.009,00		
75020 BENS MÓVEIS	1.918.544,14		
76000 COMPENSADO	11.926,23		
76010 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23		
TOTAL DO ATIVO	18.231.201.109,95	TOTAL DO PASSIVO	18.231.201.109,95

MARCA FELICIANO S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-DF 6727

FRANCISCO DOS SANTOS PASCOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4946

BRASÍLIA-DF, 31 DE OUTUBRO DE 1991

RUI COSTA
DIRETOR EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JAVIER
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TELEFONEIRO

-PRODASEN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESSAMENTO DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-A1107501-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM OUTUBRO/91 (X P C)

A T I V O		P A S S I V O	
72000 DISPONÍVEL IMEDIATO	15.454.548.813,84	410000 EXIGÍVEL OPERACIONAL	142.431.126,62
720200 BANCOS COM CONTABILIDADE	3.417.616,23	410100 RESERVAÇÃO A RECEBER	62.228.022,54
720201 BANCO DO BRASIL S/A C/ 393.322/1	3.243.163,68	410101 INF. SOBRE PESSOAS	61.898.822,54
720202 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 058.871/1	800,21	410200 INF. SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS	29.546,00
720203 BANCO DO BRASIL S/A C/ 105.878/9	84	410201 CREDITOS DIVERSOS	79.656.234,51
720204 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.811/0	173.546,13	410202 PECÚLIO PARLAMENTAR	79.725.176,68
720205 FIDUCIARIA	5.404.888.263,79	410203 DIVERSOS	131.859,03
720206 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 668.022/0	1.218.163.167,19	410300 RESERVA	28.721,97
720207 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 676.936/9	1.825.689.374,51	410400 EXIGÍVEL ATUARIAL	16.429.756.249,70
720208 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 677.342/9	326.206.356,49	420100 RESERVA MATEMÁTICA/RESERVA EXPIRADA	16.429.756.249,70
720209 BANCO DO BRASIL S/A C/ 118.193.322/1	811.225.404,69	420101 DOMÍCIOS A CONCEDER	16.429.756.249,70
720210 BANCO DO BRASIL S/A C/ 118.193.322/0	678.976,84	430000 NÃO EXIGÍVEL	1.655.117.595,23
720211 BANCO DO BRASIL S/A C/ 118.193.322/9	1.189.746.221,93	430100 RESERVA	1.650.878.725,73
720212 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 408.811/9	364.885,06	430101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.456,72
720213 BANCO DO BRASIL S/A C/ 118.193.322/5	940.222.651,77	430102 RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	24.859.956,16
720214 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 43.468.022/8	33.235,23	430103 RECEIVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	1.823.161.883,85
720215 CONTRA FUNDO FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.464.379.448,16	430200 PROVISÃO	4.428.029,50
720216 BANCO DO BRASIL S/A C/ 279.122/1	3.784.301.678,82	440000 RESULTADO FUTURO	3.969.369,77
720217 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.811/2	10.213.824,52	440100 VARIÁVEL DA CARTEIRA DE AÇÕES	63.604,77
720218 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.811/0	481.504.791,10	440200 PENDENTE	3.048.026,00
720219 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 676.936/9	545.402.119,90	450000 COMPENSADO	13.926,23
720220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 676.936/9	1.480.736.223,11	460100 VALORES CUSTODIADOS	13.926,23
720221 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 676.936/9	158.221.263,44		
720222 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.811/0	183.871.159,91		
720223 BANCO DO BRASIL S/A C/ 393.322/1	443.973.111,15		
720224 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 668.022/0	361.497.375,28		
720225 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 668.022/0	139.256.775,13		
720226 BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BOC	250.000.000,00		
720227 BANCO BIC S/A - BIC	250.000.000,00		
720228 CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CDB	2.286.721.683,76		
720229 BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A - BIC	1.104.172.943,88		
720230 BANCIUS - S/A	237.437.763,35		
720231 BANESPA S/A	887.188.777,21		
720232 BANCO COMERCIAL BANCESA S/A - BANCESA	259.600.606,08		
720300 INVESTIMENTOS	1.125.116.828,67		
720301 CARTILHA DE EMPRÉSTIMOS - AVERBADOS	1.123.846.891,00		
720302 SENADORES	10.728.475,26		
720303 DEPUTADOS	299.282.997,98		
720304 PARLAMENTARES DO SENADO FEDERAL	245.239.681,09		
720305 PARLAMENTARES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	243.080.007,09		
720306 CDT DO SENADO FEDERAL	389.333,68		
720307 FUNCIÓNIOS DO PRODASEN	28.778.476,81		
720308 FUNCIÓNIOS DO CENAP	91.431.952,69		
720309 INATOS DO SENADO FEDERAL	88.456.410,49		
720310 INATOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	92.109.183,85		
720311 PENSÕES	15.358.840,31		
720312 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A	11.926,23		
720313 CDT	434,20		
720314 AÇÕES DA CISTEIRA	11.491,73		
720315 AÇÕES DO BANCO PATRIMONIAL S/A	51.832,64		
720316 CDT	12.002,64		
720317 AÇÕES DIVERSAS	1.429.826.275,15		
720400 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.499.016.466,97		
720401 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	49.444.791,06		
720402 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	49.444.791,06		
720403 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	46.488,17		
720404 ADIANTAMENTOS POR DESPESAS DO PRONTO PAGAMENTO	49.992,89		
720405 CONSTITUIÇÃO A RECEBER	49.992,89		
720406 DIVERSOS	49.992,89		
720407 JRS. E CONTR. DA CONTRA FUNDO FUNDO APLIC. FINANC.	81.444.712,31		
720500 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.927.879,62		

-PRODASEN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AT104901-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTÁ RECEITA E DESPESA ACUMULADA ATÉ OUTUBRO/91 II P CI

R E C E I T A		D E S P E S A	
300000 RECEITAS CORRENTES	20.058.197.269,94	300000 GASTOS CORRENTES	20.058.197.269,94
310000 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.054.109.195,70	310000 GASTOS DE CUSTEIO	136.787.257,13
111100 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	763.891.586,50	311300 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	98.491.625,75
111101 DA CÂMARA	331.356.002,50	311500 AUXÍLIO-DOENÇA	37.940.227,13
111102 DO SENADO	432.535.584,00	312000 AUXÍLIO-FUNERAL	1.622.275,00
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	855.987.269,75	312000 PERÍCIAS JUDICIAIS	1.799.823,00
111201 DA CÂMARA	365.247.887,80	312700 OBRIGATORIOS JUDICIAIS	459.411,50
111202 DO SENADO	367.691.843,37	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	27.475.787,63
111203 DO PRODASEN	28.826.738,58	313100 ASSINATURAS DE JORNALIS	800.745,65
111204 CLT DA CÂMARA	18.040.407,96	313200 TELEFONE	239.116,00
111205 CLT DO SENADO	347.236,11	314000 SEGURO CONTRA INCÊNDIO	1.402.407,30
111206 CLT CIGRAF	94.897.802,43	317000 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	13.928.794,60
111300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	314.804.197,75	318000 IMPOSTOS E TAXAS	86.217,00
111400 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA	31.553.821,49	318100 EDUCACIONO	1.248.214,28
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA/SEG. OBRIGATORIOS	13.284.931,01	319000 DESPESAS DIVERSAS	1.704.115,83
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENÇA/SEG. FACULTATIVOS	18.268.890,48	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.723.572.854,88
111800 CONTRIBUIÇÃO DE IMPOSTO	72.035.505,34	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUÍNTES OBRIGATORIOS	3.736.026.923,06
111800 ASSIST. SOCIAL - X S/JRS. E COM. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	37.056.949,45	320001 EX-SENADORES	448.858.096,88
111800 ASSIST. SOCIAL - CÂMARA DE PÉCULO	101.079,58	320002 EX-DEPUTADOS	3.287.371.019,68
320000 RECEITA PATRIMONIAL	10.319.457.708,32	320100 PENSÕES A EX-CONTRIBUÍNTES FACULTATIVOS	787.742.462,64
323000 JRS. E COM. MONET. CONTRA FUND. OURO APLIC. FINANCEIRA	2.163.746.746,03	323001 EX-FUNCIONÁRIOS DO SENADO	350.993.578,30
323100 JRS. E COM. MONETÁRIA DE COM. MON.	1.858.056.899,55	323002 EX-FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA	406.759.004,38
323200 JRS. E CORR. MONETÁRIA DE POUÇANÇA	4.392.445.153,52	323200 PENSÕES A BENEFICIÁRIOS	1.192.951.549,57
323300 JRS. E COM. MONET. DE CRUZADOS NOVOS À ORDEM DO BACEN	452.805.529,52	323201 DE EX-SENADORES	290.479.023,27
323400 JRS. E COM. MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMOS	919.424.823,08	323202 DE EX-DEPUTADOS	259.946.225,48
323500 ALUGUÉIS	23.500.865,37	323203 DE EX-FUNCIONÁRIOS DO SENADO	15.311.219,87
323600 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.679.057,34	323204 DE EX-FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA	18.189.310,15
323700 BANCO DO BRASIL S/A		323205 ASSIST. SOCIAL - X S/JRS. E COM. MONET. EMPRÉSTIMOS	37.056.949,65
340000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.483.247.894,79	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	13.851.727,15
341100 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.950.647.925,39	330001 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	12.400.929,36
341200 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	939.801.888,50	330002 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	1.336.607,77
341300 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PRODASEN	41.049.426,98	331100 PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	125.016,08
341400 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CERAF	103.347.726,70	331101 POR MONTE	125.016,08
342100 REG. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.409.107.793,54	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	14.133.782.432,78
342101 CONTR. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	923.679.662,30	341100 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EMPRÉSTIMOS	12.793.736.479,23
342102 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	2.375.427.079,18	341102 BENEFÍCIOS A CO-CEDER	1.348.045.959,48
342103 REG. DO SENADO FEDERAL	906.793.566,66	342100 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	
342104 CONTR. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	1.391.401,13		
342105 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	101.363,58		
350000 RECEITAS DIVERSAS	1.267.748,23		
351000 MULTAS E JUROS DE MORA	82.370,84		
351000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
352000 JUROS EMPRÉSTIMOS	4.822,88		
353000 JUROS EMPRÉSTIMOS	96.551,68		
354000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
355000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
356000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
357000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
358000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
359000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
360000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
361000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
362000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
363000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
364000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
365000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
366000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
367000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
368000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
369000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
370000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
371000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
372000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
373000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
374000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
375000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
376000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
377000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
378000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
379000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
380000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
381000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
382000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
383000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
384000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
385000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
386000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
387000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
388000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
389000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
390000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
391000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
392000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
393000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
394000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
395000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
396000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
397000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
398000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
399000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
400000 JUROS EMPRÉSTIMOS			
TOTAL	20.058.197.269,94	TOTAL	20.058.197.269,94

MARIA FELICIANA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADOR CRC-UF 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPT. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-UF 4946

BRASÍLIA-DF, 31 DE OUTUBRO DE 1991
Marta Tomelin
MARTA SANTOS TOMELIN
DIRETORA EXECUTIVA

Deputado Osmar Tinetti
PRESIDENTE

Deputado Valter Pereira
VIGARIEIRO

-PROOISEN-
CENTRO DE INFORMATICA E
PEÇAS DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AL106301-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTA RECEITA E DESPESA EM
OUTUBRO/91 (Z P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	3.927.136.369,29	310000 DESPESAS CORRENTES	3.927.136.369,29
110000 RECEITA TRIBUTÁRIA	274.610.271,14	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	81.600.072,88
111000 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	93.444.423,09	311000 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	13.574.277,78
111100 DA CÂMARA	48.897.879,13	311200 AUXÍLIO-DOÇUA	7.015.771,24
111120 DO SENADO	12.846.723,94	311200 PERÍCIAS JUDICIAIS	1.179.571,00
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	110.338.406,46	311000 PERÍCIAS DE TIPOLETRAS	23.111,60
111230 DA CÂMARA	47.897.450,47	313200 ADICIONAIS DE JORNAL	11.110,00
111200 DO SENADO	47.199.016,29	313200 TELEFONIA	73.222,00
111230 DO SENADO	2.485.322,60	314000 SELADO CONTRA FURTO	1.482.472,23
111234 CLT CEGRAF	12.344.016,34	317000 HONORÁRIOS ADVOCACÍCIOS	3.240.131,00
111300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	48.895.183,80	318000 IMPOSTOS E TAXAS	10.519,00
111400 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENTIA	4.773.041,10	318100 CDMOCHIMED	179.474,22
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENTIA/RES. OBRIGATORIOS	1.748.824,68	319000 DESPESAS DIVERSAS	193.574,81
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENTIA/RES. FACULTATIVOS	3.025.016,42		
111500 CONTRIBUIÇÃO DE MANDATO	18.132.247,74	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	720.842.287,31
111501 INTEGRALIZAÇÃO DE CARENTIA/RES. OBRIGATORIOS	8.800.274,51		
111502 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE RECULDO	17.238,00	320000 PÊNEÇAS A EX-CONTRIBUENTES OBRIGATORIOS	444.153.423,41
320000 RECEITA PATRIMONIAL	2.817.489.328,19	320001 EX-SERVIDORES	50.832.016,40
323000 JRS. E COR.MONEY.COMTA FUNDO OURO APLIC.FINANCEIRA	584.390.004,86	320002 EX-DEPUTADOS	466.127.637,81
323100 JRS. E COR. MONETÁRIA DE COR/ROS	787.931.879,44	320003 PÊNEÇAS A EX-CONTRIBUENTES FACULTATIVOS	180.427.641,00
323200 JRS. E COR.MONEY DE CRIZADOS NOVOS A ORDEM DO BACEN	400.951.177,48	320101 EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	53.225.412,44
323300 JRS. E COR.MONEY DE CRIZADOS NOVOS A ORDEM DO BACEN	61.442.915,79	320102 EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	56.342.242,84
323400 JRS. E COR. MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMOS	200.187.432,82	320200 PÊNEÇAS A BENEFCIÁRIOS	250.896.574,59
324000 ALUGUEIS	3.890.444,28	320201 DE EX-SENADORES	20.441.272,00
324300 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.179.750,18	320202 DE EX-DEPUTADOS	187.115.647,84
324302 BANCO DO BRASIL S/A		320301 DE EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	1.879.642,52
		320302 DE EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	2.579.934,23
		321000 ASSIST. SOCIAL - Z S/JRS. E COR.MONEY. EMPRÉSTIMOS	8.800.274,51
340000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.154.810.843,74	330000 DEBITOS DE INVESTIMENTOS	1.127.111,07
341000 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	259.214.189,72		
341200 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO SENADO FEDERAL	129.087.082,18	330001 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	1.079.521,00
341300 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO PRODASEN	5.109.645,80		
341400 CONTRIBUIÇÃO PATRIMIAL DO CEGRAF	25.176.571,20	330002 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	272.472,42
342000 REC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	597.447.809,23		
342001 CONST. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	343.588.414,44	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	3.243.271.872,78
342002 REC. DO SENADO FEDERAL	134.726.043,43		
342001 CONST. DE RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	65.289.271,63	340001 RESERVA PATRIMONIAL - MEMBR. E OPERAÇÕES	7.836.146.341,97
342002 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES	69.446.771,04	340002 RESERVA PATRIMONIAL - A FUND. 1000	322.966,11
342003 EQUIPARAÇÃO DE PENSÕES		340003 RESERVA PATRIMONIAL - INVESTIMENTOS	322.966,11
350000 RECEITAS DIVERSAS	10.706,00		
350000 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	10.706,00		
TOTAL	3.927.136.369,29	SOMA DA DESPESA	3.927.136.369,29
		EXATAMENTE VERIFICADO NO MÊS DE OUTUBRO/91	
		TOTAL	3.927.136.369,29

MARIA FELICIANA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
CONTÁBIL DO CRC-DF 0727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DEPUTADO DO SUPLENTE DE CIDADANIA
CONTADOR CRC DF 4746

ALICIA SANTOS TOMLIN
DEPUTADA EXECUTIVA

DEPUTADO CONVENCIONAL ANTONIO
PREZIDENTE

DEPUTADO VICE-PRESIDENTE
RESERVADO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

(Criado pela Lei nº 4.284/63)

PARECER

Assunto: Balancete Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, de acordo com o que estabelece o art. 12, inciso III, da Lei nº 7.087, de 20 de dezembro de 1982, examinou o Balancete Patrimonial e o Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1º-1 a 30-11-91, juntamente com o Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de novembro/91 e, considerando que essas peças traduzem a situação patrimonial e financeira do Instituto em 30-11-91.

Resolve:

Aprovar os Balancetes e Demonstrativos das Receitas e Despesas do Instituto de Previdência dos Congressistas —

IPC, referentes ao mês de novembro/91, apresentando um Ativo com um Disponível Imediato de Cr\$20.348.832.390,10; Investimentos no valor de Cr\$1.040.809.296,79 e Créditos Diversos no valor de Cr\$1.370.905.779,75; Recursos Realizáveis a Longo Prazo no valor de Cr\$5.927.579,62; Ativo Permanente no valor de Cr\$27.478.544,14 e Valores Custodiados de Cr\$11.926,23. O Passivo da Instituição demonstra um Exigível Operacional de Cr\$108.817.380,64; um Exigível Atuarial no valor de Cr\$20.810.478.431,38; Não Exigível de Cr\$1.870.753.397,61; Valores em Custódia de Cr\$11.926,23 e Contas de Resultado Futuro de Cr\$3.904.380,77. As Contas de Resultado demonstram a realização de Receitas no valor de Cr\$5.431.665.232,48 no mês de novembro/91 e de Cr\$25.489.862.502,42 acumuladas no ano e despesas de Cr\$5.431.665.232,48 no mês de novembro de 1991 e de Cr\$25.489.862.502,42 acumuladas no ano. Esta igualdade é resultante da constituição de reservas no mês de novembro no valor de Cr\$4.596.357.984,06.

Brasília, de _____ de 1992. — Aloisio Vasconcelos.

-PROJASEM-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-A1104591-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM NOVENO/91 (Z P C)

Instituto de Previdência dos Cong...
Para Publicação no D.O.C.M., Seção II

31/03/1992
Francisco dos Santos Passos

A T I V O		P A S S I V O	
72000 DISPONÍVEL EXECIATO	29.340.012.390,10	010000 EXIGÍVEL OPERACIONAL	108.017.300,44
721000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	11.241.549,46	010100 RESERVAÇÕES A RECEBER	35.549.688,40
721010 POUQUANCA	6.749.013.351,45	010101 IRRF SOBRE PENSÕES	19.434.241,39
721020 CONTA FUNDO OURO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.214.564.401,09	010103 IRRF SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS	136.607,21
721030 CECOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS/PDB	5.405.174.945,79	010200 CRÉDITOS DIVERSOS	73.242.595,87
721070 CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CDB	6.948.025.710,23	010201 EMPRÉSTIMOS	133.335,16
721080 INVESTIMENTOS	1.046.009.246,74	010203 PÉCÚNIO PARLAMENTAR	72.777.199,08
721090 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVENÇADOS	1.046.704.307,72	010204 DIVERSOS	131.059,63
722000 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A	11.926,23	010300 SECURIS	20.730,97
723000 AÇÕES DO BANCO MEXICANO S/A	32.908,64	020000 EXIGÍVEL ATUARIAL	20.010.470.431,38
730000 CRÉDITOS DIVERSOS	1.379.982.779,75	020100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RISCOS EXPIRADOS	20.010.470.431,38
730100 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.246.256.724,01	020102 BENEFÍCIOS A CONCEDER	
730200 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	89.464.791,00	030000 NÃO EXIGÍVEL	1.079.753.597,41
730300 ADIANTAMENTOS POR DESPESAS DO PRONTO PARAMENTO	246.409,27	030100 RESERVAS	1.044.310.500,21
730400 CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	70.490.477,32	030101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.054,72
731000 JBS-E CDR.MOINET.CA CONTA FUNDO OURO APLIC. FINANC.	69.905.395,45	030103 RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	24.859.945,16
740000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.927.579,62	030104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRSSUAL	1.010.777.006,23
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER	3.927.579,62	030200 PROVISÕES	4.430.089,58
750000 PERMANENTE	27.478.544,14	030301 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DUVIDOSAS	4.430.089,58
750100 BENS IMÓVEIS	24.048.009,08	040000 RESULTADO FUTURO	1.994.380,77
750200 BENS MÓVEIS	3.410.544,14	040100 VARIACÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	63.494,77
760000 COMPENSADO	11.926,23	040200 PENDENTE	3.600.006,02
760100 VALORES CUSTOZIADOS	11.926,23	050000 COMPENSADO	11.926,23
TOTAL DO ATIVO	22.795.945.516,63	050100 VALORES CUSTOZIADOS	11.926,23
		TOTAL DO PASSIVO	22.795.945.516,63

MARIA FELIZADA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADORA CRC-DF 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4966

BRASILIA-DF, 30 DE NOVENO DE 1991
Francisco dos Santos Passos
LÍZIA SANTOS TORRELLI
DIRETORA EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TESOUREIRO

-PROJASEM-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-A1107591-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM NOVENO/91 (Z P C)

A T I V O		P A S S I V O	
740100 CDB/PCB - PROJASEM	1.071.079,02		
740104 DEBITOS NÃO CONVERTÍVEIS	4.430.059,58		
750000 PERMANENTE	27.478.544,14		
750100 BENS IMÓVEIS	24.048.009,08		
750200 BENS MÓVEIS	3.410.544,14		
760000 COMPENSADO	11.926,23		
760100 VALORES CUSTOZIADOS	11.926,23		
TOTAL DO ATIVO	22.795.945.516,63	TOTAL DO PASSIVO	22.795.945.516,63

MARIA FELIZADA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADORA CRC-DF 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4966

BRASILIA-DF, 30 DE NOVENO DE 1991
Francisco dos Santos Passos
LÍZIA SANTOS TORRELLI
DIRETORA EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TESOUREIRO

PROJETAÇÃO
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-4119791-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETE PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM NOVEMBRO/91 (R\$ C)

A T I V O		P A S S I V O	
710000 DISPONÍVEL INDICADO	29.348.031.390,10	810000 EXIGÍVEL OPERACIONAL	168.019.368,68
710200 BANCO COMA MOVIMENTO	11.031.066,25	810100 PREVIDÊNCIA A PÉCUNIA	35.549.048,68
710201 BANCO DO BRASIL S/A C/ 100.000/91	888,33	810101 INSS - PENSÃO SEMIPENS	35.014.743,99
710202 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/480.871/91	454	810102 INSS - SOMM SERVIÇOS QUOTIDIANOS	148.077,21
710203 BANCO DO BRASIL S/A C/ 145.398/91	298.744,34	810200 CATEGORIAS DIVERSAS	77.241.993,07
710204 BANCO DO BRASIL S/A C/ 400.811/91	2.442.384.065,95	810201 PREVIDENTES	331.333,36
710205 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/440.822/90	1.341.492.276,13	810202 PREVIDENTE PARLAMENTAR	131.859,03
710206 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/477.343/90	428.576.333,23	810204 DIVERSOS	84.728,97
710207 BANCO DO BRASIL S/A C/ 110.193.322/91	1.049.821.573,31	810300 SEGUROS	
710208 BANCO DO BRASIL S/A C/ 100.191.172/90	264.599,16	810301 SEGURO ACIDENTAL	10.810.470.431,90
710209 BANCO UNIBAN S/A C/ 100.191.000/90	1.374.216.034,31	810302 SEGURO VIDA	10.810.470.431,90
710210 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/ 480.382/91	436.724,12	820000 RESERVA PATRIMONIAL/RESCISAO EMPREGADOS	
710211 BANCO DO BRASIL S/A C/310.123.312/90	2.141.702.734,13	820102 INDEMNIZACAO A CONCESSAO	20.019.478.431,30
710212 CONTA FLUO DUPO DE APLICACAO FINANCEIRA		830000 NAO EXIGIVEL	1.670.755.197,61
710213 BANCO DO BRASIL S/A C/393.312/91	2.732.217.040,34	830100 RESERVAS	
710214 BANCO DO BRASIL S/A C/ 400.811/91	23.319.799,08	830101 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.068.316.266,11
710215 BANCO DO BRASIL S/A C/ 400.811/91	1.448.819.141,75	830102 RESERVA DE REAVILIZACAO DE DIVEROS	3.474.636,70
710600 RECEBOS DE DEPOSITOS BANCARIOS/DOB	2.448.174.945,79	830103 RESERVA DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	20.000.000,00
710601 BANCO DO BRASIL S/A C/ 400.811/91	1.403.159.049,70	830104 PROVISAO PARA COBERTURA DE APLICACAO DIVERSAS	4.438.000,00
710602 CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/400.811/91	604.000.000,00	840000 RESULTADO FUTURO	2.904.206,77
710603 BANCO DO BRASIL S/A - C/ 145.312/91	239.149.041,14	840100 VARIAÇÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	65.496,77
710604 BANCO DO BRASIL S/A - C/ 145.312/91	1.073.293.114,68	840101 PERLENTE	3.049.206,00
710605 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.047.182.276,25	850000 COMPROMISSO	11.926,23
710610 BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - CBC	386.952.595,00	850100 VALORES CONTRATADOS	11.926,23
710700 CERTIFICADOS DEPOSITOS BANCARIOS - CDB	2.448.059.710,31		
710701 BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A - BIC	1.404.445.491,00		
710702 BANERJANUS S/A	293.254.000,00		
710703 BANESPA S/A	643.177.639,49		
710704 BANCO COMERCIAL BANCERA S/A - BANCERA	607.177.580,00		
720000 INVESTIMENTOS	1.910.009.240,79		
720100 CARTEIRA DE ESPRITIMOS - AVENIDADES	1.048.745.347,72		
720101 SEMANONES	20.009.016,25		
720102 DEPOSITOS	200.618.832,43		
720103 FUNCIONARIOS DO SENADO FEDERAL	215.108.963,10		
720104 FUNCIONARIOS DA CAMARA DOS DEPUTADOS	216.937.789,23		
720105 C/P DO SENADO FEDERAL	345.333,20		
720107 FUNCIONARIOS DO PROCON	11.176.851,95		
720108 FUNCIONARIOS DO CENAP	81.435.774,63		
720109 INATIVOS DO SENADO FEDERAL	82.079.054,66		
720110 INATIVOS DA CAMARA DOS DEPUTADOS	90.063.700,39		
720111 PENSIONISTAS	24.078.472,00		
720200 AÇÚC DO BANCO DO BRASIL S/A	436,30		
720201 CUSTO	11.493,93		
720202 VARIAÇÃO DA CARTEIRA			
720203 AÇÚC DO BANCO PATRIMONIAL S/A	52.012,04		
720204 CUSTO			
730000 CRÉDITOS DIVERSOS	1.378.905.779,75		
730100 VALORES A RECEBER DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1.169.294.714,01		
730102 EQUIPARACAO DE TEMPOS			
730103 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	60.446.793,00		
730104 VALORES A RECEBER DE OUTROS	48.164.272,00		
730105 ANUENCIO DE INDEMNIZACAO POR SERVIÇOS DE PRONTO PARANASSIO	246.000,74		
730106 CONTRIBUICAO A PLUCCOM	70.000.079,32		
730107 C/CENAP	65.218,30		
730108 DIVERSOS	44.205.395,45		
730109 JRS.E COM.HONER.DA CONTA FLUO DUPO APLIC. FINANC.			
740000 REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.727.579,62		
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER	3.727.579,62		
740101 TITULOS DA DIVIDA GOVERNATA	303.451,00		
740102 REALIZACAO DA ELEICAO	114.978,30		

-PRODASEN-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-ALISSAADI-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTA RECEITA E DESPESA ACUMULADA ATÉ NOVEMBRO/91 (R P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	25.469.842.502,42	300000 DESPESAS CORRENTES	25.469.842.502,42
110000 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.350.342.407,39	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	246.747.547,77
111100 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATÓRIOS		311300 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	231.454.374,75
111110 DA CÂMARA	724.081.476,35	311350 AUXÍLIO-DESTITA	51.070.059,75
111120 DO SENADO	114.202.726,04	312000 AUXÍLIO-FUNERAL	1.027.557,23
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	956.389.269,63	312200 PERÍCIAS JUDICIAIS	1.763.557,23
111201 DA CÂMARA	618.083.597,94	312900 DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	460.371,53
111220 DO SENADO	614.639.318,67	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	20.094.071,24
111203 DO PRODASEN	23.220.046,08	313100 ASSINATURAS DE JORNALS	461.745,23
111204 C/T DA CÂMARA	18.040.407,74	313200 TELEFONE	220.093,23
111205 C/T DO SENADO	367.210,11	314000 Seguro CONTRA INCÊNDIO	1.422.477,39
111206 C/T CEGRAF	187.250.794,13	317000 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	18.571.814,45
112000 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS		318000 IMPOSTOS E TAXAS	46.550,23
112000 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA		318300 CORRETIMENTO	1.429.172,56
112001 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. OBRIGATÓRIOS	15.128.378,89	318500 SEGURO	31.428.022,42
112002 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. FACULTATIVOS	29.426.037,27	319000 DESPESAS DIVERSAS	1.731.058,14
112000 CONTRIBUIÇÃO DE MANTENÇÃO			
112000 ASSIST. SOCIAL - Z S/JRS. E COR.HOMET.DE EMPRÉSTIMOS	88.412.940,78	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.496.012.374,23
112000 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCULO	119.025.942,94	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES OBRIGATÓRIOS	6.208.710.774,49
120000 RECEITA PATRIMONIAL	16.487.222.117,61	320001 EX-SENADORES	526.487.428,48
123000 JRS. E COR.HOMET.COMTA FUND. OLVID. APLIC.FINANCEIRA	3.246.741.795,52	320002 EX-DEPUTADOS	3.674.822.897,20
123100 JRS. E COR. MONETÁRIA DE C/D/PROS	3.277.144.127,38	320100 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES FACULTATIVOS	867.723.374,77
123200 JRS. E COR. MONETÁRIA DE ROLUPANCA	8.787.413.899,57	320101 EX-FUNICIONÁRIOS DO SENADO	480.193.343,04
123300 JRS. E COR.HOMET.DE CRUZADOS NOVOS À ORDEM DO SACEN	958.005.529,63	320102 EX-FUNICIONÁRIOS DA CÂMARA	463.530.034,67
124000 JRS. E COR. MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMOS	1.345.799.332,16	320200 PENSÕES A BENEFICIÁRIOS	1.248.460.333,53
124000 ALUGUÉIS	27.699.215,42	320201 DE EX-SENADORES	337.061.895,27
124000 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.679.057,34	320202 DE EX-DEPUTADOS	909.520.578,02
124002 BANCO DO BRASIL S/A	1.679.057,34	320203 DE EX-FUNICIONÁRIOS DO SENADO	17.207.497,76
140000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.712.046.496,30	320204 DE EX-FUNICIONÁRIOS DA CÂMARA	28.757.212,93
141100 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.297.807.812,93	320200 ASSIST. SOCIAL - Z S/JRS. E COR.HOMET. EMPRÉSTIMOS	82.089.942,94
141200 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	1.058.078.007,32	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	14.149.123,44
141300 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PRODASEN	46.448.081,49	330001 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	12.409.909,33
141400 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CEGRAF	214.654.210,38	330002 TAMA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	1.618.270,79
142100 REC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.019.717.137,79	331100 PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	128.712,17
142101 COMIS. DE PRESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	1.330.299.654,56	331101 POR FORTÉ	128.712,17
142102 EQUIPAMENTO DE PENSÕES	2.919.417.501,23	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	10.730.130.412,53
142200 REC. DO SENADO FEDERAL	1.035.276.346,44	341100 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EXPIDADOS	17.174.454.427,53
142201 COMIS. DE PRESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	432.461.741,44	341102 BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.555.691.742,19
142202 EQUIPAMENTO DE PENSÕES	432.594.624,40		
150000 RECEITAS DIVERSAS	1.391.461,13	342100 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	
151000 MULTAS E JORNOS DE HORA	101.363,38		
151002 SOBRE EMPRÉSTIMOS	4.522,98		
151004 SOBRE ALUGUÉIS	48.841,38		
151009 RESCATEMTO DE JUROS E IOF	1.267.745,23		
151000 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	22.371,52		
T U T A L	25.469.842.502,42	SOMA DA DESPESA ACUMULADA ATÉ NOVEMBRO/91	25.469.842.502,42
		EMPATE VERIFICADO ATÉ NOVEMBRO/91	
		T G T A L	

MARIA FELIZANGA DA COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE EXECUÇÃO
CONTADOR CPC-07 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-07 4766

BRASILIA-DF, 30 DE NOVEMBRO DE 1991

[Assinatura]
DIRETORA EXECUTIVA

[Assinatura]
DEPUTADO DEPUTADOS JAVONIL
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO VALTER FERREIRA
TESOUREIRO

PROJECÇÃO
CENTRO DE INFORMATICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-42106261-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTA RECEITA E DESPESA EM NOVENO/91 (Z P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	5.431.665.232,40	300000 DESPESAS CORRENTES	5.431.665.232,40
110000 RECEITA TRIBUTÁRIA	126.242.211,40	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	61.908.219,56
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	94.362.246,23	312300 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	12.967.571,00
111201 DA CÂMARA	82.518.518,87	311500 AUXÍLIO-DOÇUA	13.838.222,92
111202 DO SENADO	12.844.727,96	312000 DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	6.458,22
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	119.437.097,80	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	677.315,11
111201 DA CÂMARA	47.435.718,00	313200 TELEFONES	50.977,29
111202 DO SENADO	46.907.778,10	317000 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	2.642.927,00
111243 DO PROSASEM	2.478.322,00	310100 CONDOMÍNIO	356.637,76
111204 CDT CIGRAF	13.193.291,79	310200 RESUMO	33.479.820,48
111200 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS	49.226.522,53	319000 DESPESAS DIVERSAS	82
111400 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE	3.993.794,87	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	773.633.337,35
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE/SEG. OBRIGATORIOS	1.838.246,20	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUENTES OBRIGATORIOS	464.603.604,58
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE/SEG. FACULTATIVOS	2.150.547,99	320001 EX-SENADORES	50.032.016,40
111500 CONTRIBUIÇÃO DE MANDATO	9.377.435,40	320002 EX-DEPUTADOS	464.651.708,18
111600 ASSIST. SOCIAL - 2 S/MS. E COM. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	45.631.971,27	321000 PENSÕES A EX-CONTRIBUENTES FACULTATIVOS	184.966.277,11
111600 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCULO	10.259,00	320101 EX-FUNCIONÁRIOS DO SENADO	55.289.366,74
320000 RECEITA PATRIMONIAL	4.687.024.409,29	320102 EX-FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA	56.772.229,37
320300 JRS. E COM. MONET. COM. FUNDO OLVID. FINANÇEIRA	1.400.906.900,47	320200 PENSÕES A BENEFICIARIOS	33.481.272,80
323100 JUNTOS E COM. MONETARIA DE CORR/ADD	2.410.167.835,03	320201 DE EX-DEPUTADOS	309.438.273,84
323200 JRS. E CORR. MONETARIA DE PROPAR/CA	1.264.987.966,05	320202 DE EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	1.823.337,89
323300 JRS. E COM. MONETARIA DE EMPRÉSTIMOS	819.375.689,28	320203 DE EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	2.817.901,70
324200 ALUGUEIS	4.170.559,24	329100 ASSIST. SOCIAL - 2 S/MS. E COM. MONET. EMPRÉSTIMOS	48.831.978,79
140000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.839.546.433,59	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	292.358,48
141200 CONTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	159.220.087,84	331002 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	292.358,48
141200 CONTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL DO SENADO FEDERAL	119.608.950,82	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	4.596.257.926,06
141300 CONTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL DO PROSASEM	8.393.845,60	341100 RESERVA PATRIMONIAL - RESERVA EMPRÉSTIMOS	4.370.777.182,06
141400 CONTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL DO CIGRAF	26.308.503,40	341200 RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	215.480.743,50
242100 PÉC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	539.609.496,23	SEM. DA DESPESA	5.431.665.232,40
242101 CONST. DE RESERVA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	286.429.794,10	EMPRE. VERIFICADO NO MÊS DE NOVEMBRO/91	
242102 EQUIPAMENTO DE PENSÕES	343.909.702,85	T O T A L	5.431.665.232,40
242103 MÓB. DO SENADO FEDERAL	94.407.606,08		
242200 LUGAR. DE MEMORIA DA PREVIDENCIA CONGRESSUAL	29.616.888,20		
242200 EQUIPAMENTO DE PENSÕES	49.466.781,00		
T O T A L	5.431.665.232,40		

BRASÍLIA-DF, 30 DE NOVENO DE 1992

MARIA FELICIANA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURAÇÃO
CONTADORIA GPC-DF 077

SAMUEL DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR GPC-DF 496

ALBERTO FERREIRA
LUIZ SANTOS TORRES
DIRETORA EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TESOUREIRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei nº 4.284/63)

PARECER

Assunto: Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, de acordo com o que estabelece o art. 12, inciso III, da Lei nº 7.087, de 20 de dezembro de 1982, examinou o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1º-1 a 31-12-91, juntamente com o Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de dezembro/91 e, considerando que essas peças traduzem a situação patrimonial e financeira do Instituto em 31-12-91, com as notas explicativas anexas,

Resolve:

Aprovar o Balanço e os Demonstrativos das Receitas e Despesas do Instituto de Previdência dos Congressistas —

IPC, referentes ao mês de dezembro/91, apresentando um Ativo com um Disponível Imediato de Cr\$26.847.643.592,01; Investimentos no valor de Cr\$865.579.822,08 e Créditos Diversos no valor de Cr\$3.964.268.324,50; Recursos Realizáveis a Longo Prazo no valor de Cr\$5.927.579,62 Ativo Permanente no valor de Cr\$27.478.544,14 e Valores Custodiados de Cr\$11.926,23. O Passivo da Instituição demonstra um Exigível Operacional de Cr\$73.043.166,61; um Exigível Atuarial no valor de Cr\$29.732.907.344,93; Não Exigível de Cr\$1.899.769.405,81; Valores em Custódia de Cr\$11.926,23 e Contas de Resultado Futuro de Cr\$5.177.945,00. As Contas de Resultado demonstram a realização de Receitas no valor de Cr\$10.419.361.713,91 no mês de dezembro/91 e de Cr\$35.909.224.216,33 acumulados no ano e despesas de Cr\$10.419.361.713,91 no mês de dezembro de 1991 e de Cr\$35.909.224.216,33 acumulados no ano. Esta igualdade é resultante da constituição de reservas no mês de dezembro no valor de Cr\$8.951.444.921,75.

Brasília, de de 1992 — Aloisio Vasconcelos

-PROGASEM-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-ALIC2601-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM DEZEMBRO/91 (I P C)

Instituto de Previdência dos Congressistas
Esta Publicação no D.O.N. - Seção II

Em 31/03/1992
Lucia Santon Louvel

A T I V O		P A S S I V O	
710000 DISPONÍVEL IMEDIATO	26.097.643.892,81	810000 EXIGÍVEL OPERACIONAL	78.043.166,63
710200 BANCOS CONTA MOVIMENTO	11.976.729,57	010100 RETENÇÕES A RECOLHER	108.107,93
710400 POLÍCIA	8.542.441.449,91	010101 IMPL. JOSÉ PENSOUS	100.167,93
710500 CONTA FUNDO OURO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.763.828.379,47	010200 CREDORES DIVERSOS	72.908.259,71
710600 RECIBOS DE DEPOSITOS BANCARIOS/POB	7.243.507.349,39	010203 PECULIO PARLAMENTAR	72.777.119,08
710700 CERTIFICADOS DEPOSITOS BANCARIOS - COM	3.906.617.629,74	010204 DIVERSOS	131.059,63
720000 INVESTIMENTOS	668.379.822,00	010300 SELICOS	26.718,97
720100 CARTETA DE CUPÊS/TIMON - AVERBADOS	615.315.893,81	020000 EXIGÍVEL ATUARIAL	29.732.007.366,93
720300 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A	11.726,23	020100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RESERVAS EQUIPADAS	29.732.987.366,93
720300 AÇÕES DO BANCO MERIDIONAL S/A	32.092,64	020102 BENEFÍCIOS A CONCRETAR	69.732.987.366,93
730000 CRÉDITOS DIVERSOS	3.944.668.324,58	030000 NÃO EXIGÍVEL	1.639.769.405,01
730100 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.470.766.461,75	030100 RESERVAS	1.895.330.516,31
730200 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	150.043.535,83	030101 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.476.036,72
730400 IRS.E CONTRIB. MONETÁRIA DE CDS-POB A RECEBER	1.525.905.848,60	030102 RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	26.259.569,26
730600 ADIANTAMENTOS POR DESPESAS DO PRONTO PAGAMENTO	111.243,17	030104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	1.847.793.694,63
730700 CONDIÇÕES A RECEBER	43.400.036,32	030200 PROVISÕES	4.430.069,50
731000 IRS.E CONTRIB. DA CONTA FUNDO OURO APLIC. FINANC.	135.633.387,67	030201 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DUVIDOSAS	4.430.069,50
740000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.927.579,62	040000 RESULTADO FUTURO	5.177.955,00
740100 INVESTIMENTOS A RECEBER	5.927.579,62	040100 VARIACÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	63.496,77
750000 PERMANENTE	27.478.544,14	040200 PENDENTE	5.114.458,23
750100 BENS IMÓVEIS	26.060.808,00	050000 COMPENSADO	11.926,23
750200 BENS MÓVEIS	3.410.544,14	050100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23
760000 COMPENSADO	11.926,23		
760100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23		
TOTAL DO ATIVO	31.710.909.708,50	TOTAL DO PASSIVO	31.710.909.708,50

BRASÍLIA-DF, 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Lucia Santon Louvel DEPUTADA DOMINGOS JUVENIL PRESIDENTE

Valter Pereira DEPUTADO VALTER PEREIRA TESOUREIRO

MARTA FELIZARDA S. COELHO CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITÓRIO CONTADOR CRC-DF 8727

FRAZISCO DOS SANTOS PASSOS DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC-DF 4964

Lucia Santon Louvel DIRETORA EXECUTIVA

-PROGASEM-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-ALIC2601-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM DEZEMBRO/91 (I P C)

A T I V O		P A S S I V O	
740104 OBRIGACIONES NÃO CONVENCIONAIS	4.430.069,50		
750000 PERMANENTE	27.478.544,14		
750100 BENS IMÓVEIS	26.060.808,00		
750200 BENS MÓVEIS	3.410.544,14		
760000 COMPENSADO	11.926,23		
760100 VALORES CUSTODIADOS	11.926,23		
TOTAL DO ATIVO	31.710.909.708,50	TOTAL DO PASSIVO	31.710.909.708,50

BRASÍLIA-DF, 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Lucia Santon Louvel DEPUTADA DOMINGOS JUVENIL PRESIDENTE

Valter Pereira DEPUTADO VALTER PEREIRA TESOUREIRO

MARTA FELIZARDA S. COELHO CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITÓRIO CONTADOR CRC-DF 8727

FRAZISCO DOS SANTOS PASSOS DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC-DF 4964

Lucia Santon Louvel DIRETORA EXECUTIVA

-PRODASA-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-AL107591-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇO PATRIMONIAL ANÁLITICO ENCERRADO EM DEZEMBRO/91 (R P C)

A T I V O		P A S S I V O	
72000 DISPONÍVEL IMEDIATO	26.647.643.592,01	610000 EXTENSÍVEL OPERACIONAL	73.043.186,61
72020 BANCOS COM A MOVIMENTO		610100 RETENÇÕES A RECEBER	100.107,93
72021 BANCO DO BRASIL S/A C/ 193.322/1	11.978.970,79	610102 IMRF SOBRE PENSÕES	78.906.259,71
72022 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/958.071/1	606,33	610200 CREDITOS DIVERSOS	131.459,83
72023 BANCO DO BRASIL S/A C/ 193.540/7	,54	610300 SECURDS	26.710,47
720000 BANCARIA	8.642.641.446,91	620000 EXIGÍVEL ATUALIZADA	29.732.907.344,93
72001 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/668.022/9	1.917.873.340,53	620100 RESERVAS MATEMÁTICAS/RESERVAS EXPIRADAS	29.732.907.344,93
72002 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/676.936/4	1.761.950.100,87	620102 OBRIGACÕES A CONCORRER	29.732.907.344,93
72003 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/677.340/9	266.161.033,42	630000 NÃO EXIGÍVEL	1.899.769.405,01
72004 BANCO DO BRASIL S/A C/ 118.193.322/1	1.305.371.321,68	630100 RESERVAS	1.079.330.516,31
72005 BANCO DO BRASIL S/A C/ 160.193.322/9	1.128.791,81	630101 RESERVA DE CONTINUIDADE	3.476.256,72
72006 BANCO DO BRASIL S/A C/ 160.193.322/9	1.731.836.826,72	630102 RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE INOVEZES	24.859.965,16
72007 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/ 408.522/4	579.309,19	630104 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRSSUAL	1.847.793.696,43
72008 BANCO DO BRASIL S/A C/130.193.322/5	1.497.599.640,92	630108 PROVISÕES	4.438.669,50
72009 CONTA FUNDO OURO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.753.619.373,67	630301 PROVISÃO PARA COBERTURA DE APLICAÇÕES DUVIDOSAS	4.438.669,50
72010 BANCO DO BRASIL S/A C/91.322/1	4.606.948.871,58	640000 RESULTADO FUTURO	5.177.945,00
72011 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.010/2	27.498.174,89	640100 VARIACÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES	93.496,77
72012 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.011/0	1.054.266.326,40	640200 PERLENTE	5.124.450,23
72013 BANCOS DE DEPOSITOS BANCÁRIOS/BOB	7.243.547.348,38	650000 COMPROMISSO	13.925,23
72014 BANCO DO BRASIL S/A C/ 408.011/9	2.993.711.859,47	650100 VALORES CUSTODIADOS	11.924,23
72015 CREDICIAL - S/A	648.676.164,00		
72016 BANPARA - S/A	319.311.443,99		
72017 BANCO DO BRASIL S/A - C/ 193.322/1	1.429.708.850,41		
72018 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.416.246.871,59		
72019 BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BOB	411.911.945,33		
72020 CERTIFICADOS DEPOSITOS BANCÁRIOS - CDB	1.491.413.354,08		
72021 BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A - BIC	408.419.010,02		
72022 BANERJAS - S/A	878.271.055,96		
72023 BANESPA S/A	925.913.406,48		
72024 BANCO COMERCIAL BANCESA S/A - BANCESA			
720000 INVESTIMENTOS	843.579.822,08		
720100 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - AVERBADOS	648.515.895,81		
720101 SENADORES	16.949.015,24		
720102 DEPUTADOS	259.402.426,75		
720103 FUNCIONÁRIOS DO SENADO FEDERAL	171.829.010,84		
720104 FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	158.209.339,42		
720105 CLT DO SENADO FEDERAL	369.333,20		
720107 FUNCIONÁRIOS DO PROCADEN	17.482.037,61		
720108 FUNCIONÁRIOS DO CONAP	45.406.405,29		
720109 UNIDADES DO SENADO FEDERAL	78.716.150,42		
720110 UNIDADES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	81.764.670,30		
720111 PENSIONISTAS	29.633.899,49		
720200 AÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A	11.926,23		
720201 CUSTO	434,39		
720202 VARIACÃO DA CARTEIRA	11.491,84		
720203 AÇÕES DO BANCO MEXICANO S/A	52.802,04		
720201 CUSTO			
720400 CREDITOS DIVERSOS	3.944.246.326,58		
720401 VALORES A RECEBER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.070.754.403,25		
720402 VALORES A RECEBER DE PENSÕES	2.074.734.481,25		
720403 VALORES A RECEBER DO SENADO FEDERAL	150.053.538,01		
720404 COMISSÃO DE FISCALIAZ	1.335.968.440,48		
720405 COMISSÃO MONTARIA DE CONCURSO A RECEBER	111.243,27		
720406 ADIANTAMENTOS POR DESPESAS DO PRONTO PARLAMENTO	43.408.856,32		
720407 COMISSÃO A RECEBER	155.626.107,47		
720408 COM. CON. COM. DA CONTA FUNDO OURO APLIC. FINANCI.	5.927.579,42		
720000 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	395.332,09		
720100 INVESTIMENTOS A RECEBER	114.670,33		
720101 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRIETA	1.071.879,42		
720102 OBRIGAÇÕES DA ELETROBRAS			
720103 CEF/AM - PRODASA			

PROJASPH-
CENTRO DE INFORMÁTICA E
PROCESS. DE DADOS DO
SENADO FEDERAL
-A1184401-

CONGRESSO NACIONAL
INSTITUTO DE PROVISÃO DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTA RECEITA E DESPESA ACUMULADA ATÉ DEZEMBRO/91 (Z P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	35.909.224.216,33	330000 DESPESAS CORRENTES	35.909.224.216,33
110000 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.795.532.103,76	330000 DESPESAS DE CUSTEIO	352.035.238,12
111000 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	1.023.092.738,16	331000 GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES	355.001.349,94
111100 DA CÂMARA	464.301.946,78	331100 AUXÍLIO-DOENÇA	45.075.137,10
111200 DO SENADO	139.510.271,44	331200 AUXÍLIO-FUNERAL	1.021.559,00
111300 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	1.187.487.029,95	331300 PERÍCIAS JUDICIAIS	1.789.558,00
111301 DA CÂMARA	472.834.978,98	331301 PERÍCIAS JUDICIAIS	940.872,43
111302 DO SENADO	474.639.392,09	331302 SERVIÇOS DE TERCEROS	29.577.703,44
111303 DO PROJASPH	26.792.482,20	331303 ASSUNTOS DE JORNALIS	374.745,00
111304 CLY DA CÂMARA	19.046.487,76	331304 TELEFONE	319.118,00
111305 CLY DO SENADO	347.210,11	331400 SERVIÇO CONTRA INCÊNDIO	1.422.477,19
111306 CLY CIGRAF	123.744.449,01	331700 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	28.025.217,00
111350 CONTRIBUIÇÕES DE MEMBRISTAS	428.645.682,34	331800 INDIÚSTRIAS E TAXAS	86.568,00
111400 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE	39.540.325,47	331801 COMÉRCIO	1.044.094,74
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE/SEC. OBRIGATORIOS	16.291.749,03	331802 SÍMBOLO	78.054.253,78
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPACIDADE/SEC. FACULTATIVOS	23.248.766,44	331900 DESPESAS DIVERSAS	1.990.032,84
111500 CONTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO	108.694.653,72	332000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.041.315.349,33
111600 ASSIST. SOCIAL - X S/RES. E COR.MONET. DE EMPRÉSTIMOS	95.394.071,54	332000 PERÍCIAS A EX-CONTRIBUENTES OBRIGATORIOS	3.117.222.859,31
111600 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE PÉCUNIA	377.421,54	332001 EX-SERVIDORES	643.888.636,21
120000 RECEITA PATRIMONIAL	22.434.589.360,75	332002 EX-DEPUTADOS	4.676.194.219,11
121000 JRS. E COR.MONET. CONTRA FUNDO COM. APLIC. FINANÇEIRA	6.468.102.105,92	332003 PERÍCIAS A EX-CONTRIBUENTES FACULTATIVOS	1.007.365.320,24
121100 JRS. E COR. MONETÁRIA DE CORPUS	7.490.134.344,68	332010 EX-FUNCIONÁRIOS DO SENADO	471.027.511,32
121200 JRS. E CORPÇÃO MONETÁRIA DE MORFANDIA	7.830.001.209,03	332020 EX-FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA	535.542.794,72
121300 JRS. E COR. MONET. DE EMPRÉSTIMOS À OQUEM DO BACEN	922.035.274,03	332030 PERÍCIAS A BENEFCIÁRIOS	1.041.873.174,23
121400 JRS. E COR. MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMOS	1.458.427.547,64	332031 DE EX-SERVIDORES	416.372.294,22
121500 ALIQUOTAS	32.429.774,51	332032 DE EX-DEPUTADOS	1.103.174.662,66
121600 DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.679.057,34	332033 DE EX-FUNCIONÁRIOS DO SENADO	19.014.700,94
121700 BANCO DO BRASIL S/A	1.679.057,34	332034 DE EX-FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA	23.764.344,21
121800 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.478.575.776,69	332035 ASSIST. SOCIAL - X S/RES. E COR.MONET. EMPRÉSTIMOS	95.394.071,54
141000 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.741.680.002,83	333000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	16.498.084,29
141200 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	1.829.007.325,86	333001 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANÇEIRAS - IOF	12.489.989,54
141300 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PROJASPH	21.106.964,54	333002 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES	1.955.364,91
141400 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CUMAR	247.453.778,16	333100 PERÍCIAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	125.018,00
141500 REC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.950.205.804,23	333101 POR CONTE	105.018,00
141600 CONST. DE RESERVA DA PROVISÃO CONGRESSUAL	1.284.355.910,67	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	27.061.563.344,59
141700 EQUIPAMENTO DE PERÍCIAS	1.200.299.456,56	341000 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS ESPERADOS	26.896.005.594,53
141800 REC. DO SENADO FEDERAL	3.037.942.347,67	341001 PERÍCIAS DUIS A FOMENAS	1.844.697.769,06
141901 CONST. DE RESERVA DA PROVISÃO CONGRESSUAL	483.697.750,84	SOMA DA DESPESA	35.909.224.216,33
142000 EQUIPAMENTO DE PERÍCIAS	782.638.108,61	EMPENH. EFICAZADO ATÉ DEZEMBRO/91	35.909.224.216,33
150000 RECEITAS DIVERSAS	4.526.967,13		
151000 PRECATORIOS E JUROS DE TRAZA	181.343,10		
151002 JUROS FINANCEIROS	4.872,00		
151004 JUROS ALIQUOTAS	96.841,98		
151006 RECUPERAÇÃO DE JUROS E IOF	1.267.795,23		
151008 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	3.157.658,82		
T O T A L	35.909.224.216,33		

MARIA FELIZADA S. COELHO
CHEFE DA SEÇÃO DE ESCRITURACÃO
CONTADOR CRC-DF 8727

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF 4964

INSTITUTO DE PROVISÃO DOS CONGRESSISTAS
LUCIA SANTOS FONSECA
DIRETORA EXECUTIVA

DEPUTADO DOMINGOS JAVELIN
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEVEIRA
TESOUREIRO

PRODUBAN - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESS. DE DADOS DO SENADO FEDERAL - 41106101

CONGRESSO NACIONAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA CONTA RECEITA E DESPESA EM DEZEMBRO/91 (R P C)

R E C E I T A		D E S P E S A	
100000 RECEITAS CORRENTES	18.419.361.713,91	300000 DESPESAS CORRENTES	18.419.361.713,91
210000 RECEITA TRIBUTÁRIA	437.107.496,44	310000 DESPESAS DE CUSTEIO	105.267.678,61
111180 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS OBRIGATORIOS	169.338.499,35	311000 MATUTIFICACÕES A SERVIDORES	44.146.468,19
111101 DA CÂMARA	25.308.045,80	311800 JUÍZICO-JURIS	16.009.047,35
111102 DO SENADO		312000 DESPESAS JUDICIAIS	491.476,95
111200 CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS FACULTATIVOS	141.017.651,32	313000 SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.454.439,42
111201 DA CÂMARA	61.150.900,94	313100 ASSUNTOS DE JORNALIS	193.408,08
111202 DO SENADO	59.866.874,02	313200 TELEFONE	89.025,84
111203 DO PRODUBAN	3.572.941,68	313700 MONOPÓLIOS ADVOCATÍCIOS	3.453.513,88
111206 CLT CEGRAF	16.493.654,68	313100 CONDOMÍNIO	425.962,88
111300 CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTAS		313200 SÉRIOS	335.157,80
111400 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA		319000 DESPESAS DIVERSAS	
111401 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. OBRIGATORIOS	1.171.878,94	320000 DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.364.303.983,18
111402 INTEGRALIZAÇÃO DE CARÊNCIA/SEG. FACULTATIVOS	2.021.929,17	320000 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES OBRIGATORIOS	916.572.125,72
111500 CONTRIBUIÇÃO DE MANDATO		320001 EX-SENADORES	116.488.713,01
111600 ASSIST. SOCIAL - X S/MS. E COM. MONET. DE EMPRÉSTIMOS	28.801.712,95	320002 EX-DEPUTADOS	889.173.411,91
111600 ASSIST. SOCIAL - CAIXA DE RECOLTO	12.505.118,69	320100 PENSÕES A EX-CONTRIBUINTES FACULTATIVOS	139.641.944,53
120000 RECEITA PATRIMONIAL	6.227.307.283,14	321001 EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	67.429.384,48
121000 JRS. E COR. MONET. CONTA FIADO C/OUTRO APLIC. FUNDACIÃO	2.429.168.438,40	321002 EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	72.012.542,95
122000 JRS. E COR. MONETÁRIA DE POUPOANÇA	4.612.957.937,39	322000 PENSÕES A BENEFICIÁRIOS	495.504.788,25
123000 JRS. E COR. MONETÁRIA DE EMPRÉSTIMOS	2.072.620.109,46	322001 DE EX-SENADORES	76.581.193,95
124000 ALUGUEIS	312.426.215,88	322002 DE EX-DEPUTADOS	412.922.053,64
140000 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.930.550,99	322003 DE EX-FUNCIONARIOS DO SENADO	2.500.343,18
141000 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.781.729.280,31	322004 DE EX-FUNCIONARIOS DA CÂMARA	3.087.154,20
142000 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SENADO FEDERAL	463.608.329,00	323000 ASSIST. SOCIAL - X S/MS. E COM. MONET. EMPRÉSTIMOS	12.505.118,69
143000 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PRODUBAN	170.234.238,00	330000 DESPESAS DE INVESTIMENTOS	369.130,65
144000 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO CEGRAF	7.195.802,96	330002 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	347.139,65
145000 REC. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	35.131.459,76	340000 CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS E PROVISÕES	8.951.444.921,75
146000 REC. DO SENADO FEDERAL	918.467.766,44	341000 RESERVA MATEMÁTICA - RISCOS EMPRÉSTADOS	6.922.428.913,55
147000 REC. DE RECEITA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	279.879.844,02	341002 BENEFÍCIOS A CONCEDER	29.016.008,20
148000 REC. DE RECEITA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	29.016.008,28	342000 RESERVA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	
149000 REC. DE RECEITA DA PREVIDÊNCIA CONGRESSUAL	158.943.535,01		
150000 RECEITAS DIVERSAS	3.125.466,00		
159000 OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	3.125.466,00		
T O T A L	18.419.361.713,91	T O T A L	18.419.361.713,91

MARIA FÉLIX DA S. COLMUS
CHEFE DE SEÇÃO DE PATRIMÔNIO
LUGAR PARA CPL DE 8127

FRANCISCO DOS SANTOS PASSOS
DIRETOR DO DEPTO. DE CONTABILIDADE
EXATIDÃO CRC DE 4794

BRASÍLIA-DF, 31 DE DEZEMBRO DE 1991
LÍZIA SANTOS TAVELIN
DIRETORA EXECUTIVA

MURIEL ARAÚJO
DEPUTADO DOMÍNIO JAVIER
PRESIDENTE

DEPUTADO VALTER PEREIRA
TESOUREIRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei nº 4.284/63)
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE — IPC
NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS AO
BALANÇO PATRIMONIAL DE DEZEMBRO/91

1. A aplicação em "RDB" do Produban no valor de NCz\$200.000,00, vencida em 16-11-88, foi liquidada mediante emissão de "CDB" em 5-9-89 no valor de NCz\$1.785.133,03, com vencimentos em parcelas sucessivas nos seguintes valores: em 19-2-91 NCz\$238.017,00; em 19-3-91 NCz\$238.017,00; em 18-4-91 NCz\$238.019,21; em 14-2-92 NCz\$357.026,00; em 17-3-92 NCz\$357.026,00; em 15-4-92 NCz\$357.027,82. (Resgatadas as três primeiras).

2. A aplicação em "Debêntures", equivalentes a títulos não conversíveis da "A Rural Colonização S/A", realizada em 29-12-88, no valor de NCz\$4.438.889,50, pertencentes ao grupo Realizável a Longo Prazo, representando à época 45% do Ativo Contábil, acha-se sub judice, em virtude de irregularidades constatadas na emissão dos títulos e falta de documentação hábil, conforme Processo nº 14.332/89 da Câmara dos Deputados.

3. A rubrica "Reserva Matemática de Benefícios a Conceder", do grupo Exigível Atuarial, tem como finalidade atender a cobertura de benefícios a conceder de acordo com orientação da STEA — Empresa de Atuária, o que será ratificado nos lançamentos futuros baseados em cálculos atuariais a serem apresentados pela referida empresa.

4. Valores a receber da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de Equiparação de Pensões e Constituições da Reserva da Previdência Congressional, assim constituídos:

4.1 — Câmara dos Deputados
Exercício/90
— Equiparação de Pensões..... Cr\$258.338.261,16
— Constituição da Reserva da Previdência Congressional Cr\$108.877.231,76

Exercício/91
— Equiparação de Pensões..... Cr\$1.611.124.347,67
— Constituição da Reserva da Previdência Congressional Cr\$1.079.173.522,03
4.2 — Senado Federal
— Equiparação de Pensões, mês 12/91 Cr\$150.065.535,81

— Constituição da Reserva da Previdência Congressional, mês 12/91..... Cr\$60.278.001,37

5. Deixaram de ser incorporados à Equação Patrimonial os valores da Constituição da Reserva da Previdência Congressional a receber da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

6. A rubrica "Juros e Correção de CDB/RDB" do Grupo Receita Patrimonial recebeu no seu montante o valor de Cr\$1.535.985.640,48, correspondente à parcela da receita apropriada dos títulos aplicados em dezembro/61, a serem resgatados em janeiro/92.

7. Está contido na Rubrica 7301.02/2 — "Equiparação de Pensões a Receber da Câmara dos Deputados" o valor de Cr\$209.321.872,42, lançado em duplicidade, que será regularizado em janeiro/92.

Brasília, 31 de dezembro de 1991. — Francisco dos Santos Passos, Diretor do Departamento de Contabilidade — Maria Felizarda S. Coelho, Chefe da Seção de Escrituração.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E CONSULTIVO, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1991

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e noventa e hum, às onze horas e trinta minutos, reuniram-se, em conjunto, o Conselho Deliberativo e o Conselho Consultivo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em sua sede, situado ao anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senhor Deputado Domingos Juvenil, com a presença dos Senhores Deputados Aloisio Vasconcelos, Paulino Cícero, Manuel Castro, e dos Drs. Henrique Lima Santos, Pedro Alves de Freitas e Djacyr Arruda pelo Conselho Deliberativo e os Senhores Ruy Baccalar e Chagas Rodrigues e Doutor Passos Porto pelo Conselho Consultivo. Presentes também o Deputado Valter Pereira e o Doutor Djalma Bessa, ambos Tesoureiros deste Instituto. Observado o quorum regimental, o Presidente iniciou os trabalhos dizendo que esta reunião conjunta foi convocada e estava sendo realizada por força do disposto no art. 13 da Lei nº 7.087/82. Feitas estas considerações, o Presidente determinou ao Senhor Secretário a leitura da Ata da reunião ordinária anterior, realizada em 31 de outubro de 1991. Após a leitura, a Ata foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente ponderou que alguns membros do Conselho Consultivo já não são detentores de mandatos parlamentares e nem sempre residem em Brasília. Nessas condições fica muito dispendioso para estes Conselheiros se locomoverem de seus Estados, pagando do próprio bolso passagem e hospedagem. O Presidente disse que se é a lei que determina a convocação deste Conselho Consultivo, o IPC deve oferecer condições aos membros deste Conselho que não detiverem mandato parlamentar e também não residirem em Brasília. Por essas razões o Presidente propôs ao Conselho Deliberativo o seguinte: toda vez que for necessária a convocação do Conselho Consultivo, os membros que não exercerem mandato parlamentar e que não residirem em Brasília, o instituto obriga-se a arcar com as despesas de passagem e hospedagem para esses Conselheiros. Colocada em discussão, e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Presidente apresentou e distribuiu ofícios acompanhados de cópias da Programação Administrativo-Financeira para o exercício do ano de 1992. Após a leitura do ofício feita pelo próprio Presidente, a matéria foi colocada

em discussão. No curso desta, o Presidente prestava informações aos membros dos Conselhos, na medida que ia sendo solicitado. Encerrada a discussão, a matéria foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Continuando, o Presidente apresentou um Projeto de Resolução estabelecendo o valor mínimo das pensões. No curso da discussão dessa matéria, o Senador Chagas Rodrigues disse louvar a demonstração de respeito à dignidade humana. Já o Doutor Henrique Lima Santos, também elogiando a iniciativa, consultou ao Presidente sobre a possibilidade dessa pensão mínima, que trata o Projeto, não poderia já ser paga no mês de dezembro. O Presidente respondeu dizendo da impossibilidade do pagamento para o mês de dezembro porque inviabilizava os estudos efetuados pelos técnicos desta área, no IPC. Em seguida o Projeto de Resolução foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade, tomando essa Resolução o número 7/91, que será publicada à parte. Continuando, o Presidente apresentou os Demonstrativos Financeiros referentes ao mês de novembro/91. Em seguida foram apreciados e aprovados os seguintes processos: 1 — de inscrição de segurado facultativo — Imelda Pires Cunha (1326/91), Angela Maria Matias (1341/91), Pedro Hayrtom Custódio Ramos (1359/91), Olívia Freitas de Rezende (1428/91), Adir dos Santos Pinto (1395/91), Angela Maria Pontes dos Santos (1447/91), Luzinete Silva Gebrim (1460/91) e Alexis Sales de Paula e Souza (1473/91); 2 — de cancelamento de inscrição — Carlos Augusto da Fonseca (1435/91), Dalva de Souza Mota (1433/91), José Gonçalves dos Santos (1438/91), Neusa Gomes da Fé (1444), Rosane Paraguassu Bastos de Abreu (1423/91), Rosa Maria Junqueira Giovanini (1427/91), Suzana Meira Magalhães (1496/91), Roberto José Rocha Miranda (1520/91), Salustiano Mesquita Pinto (1497/91), Katia de Lima Silva (1527/91), Solange de Azevedo Polla (1539/91), José Nogueira A. Filho (1512/91), Antonio Noberto A. Campelo (1537/91), Vera Lúcia Menezes Farinha (1461/91), Silvio Ferreira das Virgens (1559/91), Assuero de Souza Neto (1558/91), Gildete Martins Lima de Souza (1557/91), Antonio Castelo Branco Junior (1560/91), Silvino Carlos Borges (1563/91), Marínez Ferreira de Almeida (1573/91), Chestaine Francisconi (1538/91); 3 — de auxílio-doença — Lúcia Helena C. Medeiros (1373/91), Antonio de Lisboa Machado (1387/91), Raul de Souza Reis (1412/91), Lúcia Santos Tomelin (1421/91), Adileia Gonçalves B. da Silva (1420/91), Maria do Socorro de Araujo (1414/91), Zilá Dias (1426/91), Rubem Patu Trezena (1422/91), Marcelo Chagas Muniz (1407/91), Irma Passoni (1419/91), José Thomaz Nonô (1418/91), Lael Vieira Varella (1430/91), Aldemir Luna Souza (1398/91), Marino Clinger Toledo Neto (1413/91), Alcebiades Ferreira (1377/91), Claudio Caputo Leite (1411/92), Délio José Braz (1362/91), Gilberto Fernandes Alves (1394/91), Joana Ferreira D. Alves (1370/91), João Ricardo Mendes (1309/91), Joaquim Elias de Lima (1391/91), Jorge Pinto Castello Branco de Carvalho (1372/91), José Lopes Araújo Sobrinho (1383/91), José Pedro de Souza (1388/91), Maria Lucia B. Martins Pioli (1393/91), Maria Tereza Soares Dulci (1375/91), Nejea Nivea de Andrade Madruga (1361/91), Odília Santos da Conceição (1382/91), Olinel Cardoso Lemos (1332/91), Paulo de Almeida (1366/91), Redinau Decio Carvalho Domingos (1374/91), Rita de Cassia Araujo (1356/91), Rosemary de Oliveira (1392/91), Rubem Guanais Dourado (1357/91), Saulo Pimentel (1286/91), Sgualdo Chianelli (1380/91), Rita de Cassia Araujo (1371/91), Vasco Fernandes Furlan (1378/91), Vinicius Cansação Filho (1288/91), Albertina Paula R. Costa (1451/91), Maria José

dos Santos Silva (1437/91), Luiz Gonzaga Lopes Costa (1475/91), Eleidimar Alves Neiva (1471/91), Regina Moreira Suzuk (1469/91), Joana Fonseca Diniz (1466/91), Roberto Callotti Schardeder (1457/91), Marcos Nogueira Magalhães (1408/91), Luiz Antonio Soares Laranja (1452/91), Gasparina Gonçalves dos Reis (1442/91), Vilmar Dallanhol (1264/91), Fernando Wilson Araújo Magalhães (1480), João Hermann Neto (1401/91), João Neirelli Filho (1434/91), Sgualdo Chianelli (1441/91), Juarez Rocha Gomes (1448/91), Walter Sotero Franco (1363/91), Vicente de Paulo Paiva (1474/91), Ignácio de Alcântara (1476/91), Silvio de Souza Cervo (1436/91), Eliane Alves de Matos (1462/91), Deraldo Ruas Guimarães (1443/91), Fausto de Fátima Leite do Egito (1463/91), Francisco de Sales Ribeiro (1439/91), Annamélia Lima R. M. Fernandes (1449/91), Carlos Alberto Cotta (1143/91), Wilson José da Cunha (1458/91), Ubaldo Barem (1605/91), Fernando Monteiro (1482/91), Lael Vieira Varella (1485/91), Regina Célia François Diniz (1501/91), Deraldo Ruas Guimarães (1518/91), Walda Laura Leite Lima (1525/91), João de Deus França (1536/91), Adrião Soares Barbosa (1543/91), Afrísio Veira Lima (1578/91), José Hugo Mardini (1472/91), Valdivino Ilario da Cruz (1540/91), Maria Felizarda S. Coelho (1546/91), Mathews José Schimidt Filho (1424/91), Joaquim Neto de Aguiar (1545/91), Nilza Teixeira Soares (1487/91), Clemente de Souza Fortes (1548/91), José de Alvarenga (1516/91), Irma Passoni (1292/91), João Neirelli Filho (1488/91), Rubens Souto Pereira (1494/91), João Alencar Dantas (1526/91), Josias Ferreira Leite (1535/91), Eliane Alves de Matos (1534/91), Lais da Rocha Varela (1547/91), Marina Pereira das Neves (1453/91), Dilmá Dias Pacheco de Quadros (1507/91), Afrísio de Souza Veira Lima (1481/91), Manoel Cavalcanti Novaes (1468/91), Alceste Almeida (1483), Ovídio José dos Santos (1493/91), Adiléia Gonçalves da Silva (1491/91), Jabez Rabelo (1429/91), Ester Almeida Valadares (1455/91), Maria Felizarda Santana Coelho (1503/91), José Geraldo Lopes (1489/91), Francisco dos Santos Passos (1504/91), Clemente de Sousa Fortes (1505/91),

Rosina Andrade N. Cardoso (1486/91), Doralice Barbosa (1502/91), Raimundo Nonato R. Cordeiro (1479/91), Benjamim Miguel Farah (1446/91); b) foram indeferidos os processos de Armando Gonçalves Costa (1376/91), Jacinta Bernardete da S. Campos (1470/91) e Luiz Carlos Menezes Muniz (1464/91); 4 — de requerimento de pensão — Heráclito de Souza Fortes (1454/91), Carlos Alberto Gomes Chiarelli (1384/91), Maria Celina Simon Flexa Ribeiro (1477/91), Zoé Noronha Chagas Freitas (1402/91), Iracema Pinto de Mesquita (1456/91), Darmin Araujo de Carvalho (1015/91), Manoel Messias do Nascimento (1253/91), Damião Nunes (1450/91), Antônio Cavalcante Sobrinho (1440/91), Maria José Ceci (1524/91), Beni Beltrão de Faria (1528/91), Vera Brígida Campos (1529/91), Miguel Arcanjo de Souza (1532/91), Geni Bezerra Leite (1530/91), Maria Lucia Borges (1522/91), Joaquim Martins da Silva (1508/91), Glaydes Motta Monteiro (1358/91), Espedito José Custódio (1591/91), Yone de Abreu (1580/91); 5 — de revisão de pensão — Adiles do Amaral Torres (1618/91), Lycurgo Leite Filho (1467/91) e Vitorio Manoel de Almeida (1228/91); b) foi indeferido o processo de Tarcísio da Silva Marques (1340/91); 6 — de integralização de carência — João da Cruz Coelho Milhomem (1568/91), Afonso Vieira Nuvem (1490/91), Eider Ramos da Silva (1509/91), Sebastião Aurélio Rovo (1510/91) e Arlete Alves bação de mandato — processo do Deputado Aracely de Paulo (1500/91). Vencidos todos os assuntos da pauta, o Presidente disse que aproveitava da oportunidade desta Reunião para expressar seus agradecimentos aos seus pares, pelo apoio e colaboração que todos têm lhe hipotecado, desejando a todos um Natal de paz e um Ano Novo repleto de alegrias e realizações. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às treze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Raymundo Urbano, Secretário, lavei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.